



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ELUANA FRARE

**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Eluana Frare

**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Henrique Nuernberg.

Área de Concentração: Práticas Sociais e Constituição do Sujeito.

Linha de Pesquisa: Relações éticas, estéticas e processos de criação.

Florianópolis
2013

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Frare, Eluana

A atuação do Psicólogo na política de assistência social na região da Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina / Eluana Frare ; orientador, Adriano Henrique Nuernberg - Florianópolis, SC, 2013.

170 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

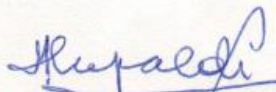
1. Psicologia. 2. Psicologia. 3. Política pública. 4. Assistência Social. 5. Exercício profissional do Psicólogo.
I. Nuernberg, Adriano Henrique. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

Eluana Frare

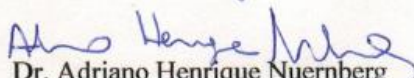
***A atuação do psicólogo na Política de Assistência Social na Região da
Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina***

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

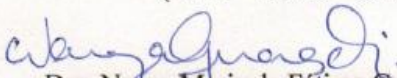
Florianópolis, 06 de junho de 2013.



Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



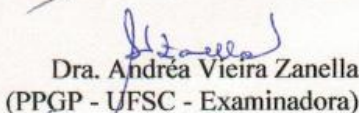
Dr. Adriano Henrique Nuernberg
(PPGP - UFSC - Orientador)



Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi
(PPGPSI - UFRGS - Examinadora)



Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento
(PPGSS - UFSC - Examinador)



Dra. Andréa Vieira Zanella
(PPGP - UFSC - Examinadora)

Dr. Leandro Castro Oltramari
(PSI - UFSC - Suplente)

Dra. Sandra Regina Coimbra
(PMF - Suplente)

Aos que sonham e lutam por uma
sociedade sem exploração,
sem preconceitos, sem miséria e
sem desigualdade social

AGRADECIMENTOS

Momento de retribuir com um pequeno agrado a pessoas tão especiais que estiveram ao meu lado neste caminho...

A todos àqueles – usuários, colegas de trabalho, companheiros de reflexões sobre a política de assistência social – que incitaram inquietações que me trouxeram até aqui.

Aos meus colegas psicólogos que, voluntariamente, aceitaram dialogar comigo nesta pesquisa, e outros que também atuam na política de assistência social que, apesar de todas as dificuldades encontradas, tem se proposto a construir o exercício profissional da Psicologia nessa política pública, sonhando e lutando por uma sociedade com menos desigualdades e injustiças.

À AMFRI, em especial à assistente social Neuza, que concedeu o espaço físico para realização dos grupos focais desta pesquisa e me auxiliou no contato com os psicólogos e gestores municipais da política de assistência social.

Aos colegas e professores do Mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Serviço Social que contribuíram, e muito, nessa caminhada. Com certeza esta pesquisa reflete e refrata várias das vozes com as quais dialoguei neste período.

Ao meu professor orientador, Dr. Adriano Henrique Nuernberg, que aceitou o desafio de trilhar este caminho ao meu lado...agradeço pela presença constante e efetiva ao meu lado, em todos os momentos, e pela sua delicadeza e competência ao contribuir com esta pesquisa. Foi muito honroso e gratificante ter tido a oportunidade de dialogar contigo nestes anos.

Aos professores convidados a dialogar comigo na banca de qualificação desta pesquisa – Dra. Andréa Veira Zanella, Dr. Hélder Boska Sarmiento e Dr. Leandro Castro Oltramari –, e outros que foram acrescidos na banca de defesa - Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi e Dra. Sandra Regina Coimbra –, agradeço pelas preciosas contribuições na qualificação, e por aceitarem o convite de refletir comigo sobre esta política pública, tão presente na prática profissional dos psicólogos, mas ainda distante das discussões da formação em Psicologia.

Às minhas amigas Mafaldas, mais que especiais...Camila, Cida, Quéli e Roberta...e, claro, aos meus amigos Bilinskis também...Ivan e Eduardo...com vocês vivo, cotidianamente, a percepção de que relações familiares vão muito além dos laços consanguíneos e de que relações

solidárias e afetuosas nos fazem acreditar que um outro mundo é possível.

À minha amiga Dani e ao meu amigo-irmão Cleverton, pelas conversas, pelas risadas, pelo amor e carinho recebido, e por me incentivarem, sempre e tão verdadeiramente, na minha trajetória.

À minha família, especialmente meus pais e irmão – Darci, Rosa e Anderson – por todas as oportunidades concedidas, por todo o amor e “colinhos” especiais, que me ajudaram a chegar até este momento. E, também, por terem compreendido meus momentos de ausência nesses anos.

Ao meu amor Rafael, o que dizer de uma relação tão singular e especial...parafraçando-o...obrigada por completar a minha existência e torná-la mais apaixonante, viva e espontânea ao seu lado.

A luz que me abriu os olhos
para a dor dos deserdados
e os feridos de injustiça,
não me permite fechá-los
nunca mais, enquanto viva.
Mesmo que de asco ou fadiga
me disponha a não ver mais,
ainda que o medo costure
os meus olhos, já não posso
deixar de ver: a verdade
me tocou, com sua lâmina
de amor; o centro do ser.
Não se trata de escolher
entre cegueira e traição.
Mas entre ver e fazer
de conta que nada vi
ou dizer da dor que vejo
para ajudá-la a ter fim,
já faz tempo que escolhi.

(Já faz tempo que escolhi, de
Thiago de Melo)

Ser significa conviver. Morte
absoluta (o não ser) é o
inaudível, a irreconhecibilidade,
o imemorable. Ser significa ser
para o outro e, através dele,
para si. O homem não tem um
território interior soberano, está
todo e sempre na fronteira,
olhando para dentro de si ele
olha *o outro nos olhos* ou *com
os olhos do outro*.

(Problemas da Poética de
Dostoiévski, Mikhail Bakhtin)

RESUMO

Diante da recente implementação da política de assistência social, que oportunizou a abertura de um novo campo de atuação para os psicólogos, com exigências teórico-metodológicas e ético-políticas diferenciadas, esta pesquisa buscou investigar como está sendo construída a atuação dos psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tem a intenção de investigar quais as tensões existentes entre as práticas profissionais dos psicólogos nos CRAS e as normativas regulamentadoras desta atuação, consolidadas nos princípios e diretrizes propostos pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social. Trata-se de um estudo com 10 psicólogos que atuam em CRAS nos municípios vinculados à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), no Estado de Santa Catarina. Como procedimentos metodológicos para a pesquisa, foram realizados dois grupos focais, cada um com 05 psicólogos e duração de duas horas, aproximadamente. Os grupos focais tiveram a intenção de promover diálogos com esses profissionais sobre suas perspectivas teóricas, metodológicas e ideológicas que embasam a atuação na política de assistência social, quais as práticas que vem construindo nesta política pública, as dificuldades e as potencialidades verificadas na inserção do psicólogo neste campo de atuação. Para a análise das informações, foram utilizados os pressupostos teóricos e metodológicos propostos pelo Círculo de Bakhtin, com o intuito de compreender as tensões e dissonâncias presentes nas relações dialógicas estabelecidas pelos e com os sujeitos da pesquisa. A partir dos diálogos com os sujeitos, foram destacados três grandes temas a serem analisados: 1) tensões entre a formação em Psicologia e a prática dos psicólogos na política de assistência social; 2) tensões entre os documentos normativos da política de assistência social e a prática dos psicólogos nos CRAS e 3) exercício profissional dos psicólogos nos CRAS: tensões, desafios e possibilidades. Os resultados apontam para dissonâncias existentes entre a formação em Psicologia, os documentos normativos da política de assistência social e a prática profissional dos psicólogos nos CRAS, que, por vezes, auxiliam na construção de práticas profissionais distanciadas dos principais objetivos da política de assistência social – a emancipação humana e social. Verificou-se, enfim, que a atuação dos psicólogos nos CRAS tem se caracterizado por uma dificuldade em compreender tais dissonâncias e contradições que permeiam a política de assistência social no movimento de produção e reprodução social, assim como a constituição da Psicologia como campo nesta política pública.

Palavras-chave: Psicologia. Política Pública. Assistência Social. Exercício Profissional do Psicólogo. SUAS. CRAS.

ABSTRACT

Given the recent implementation of the social assistance policy, that it has provided an opening of a new performance place for the psychologists, with differentiated theoretical and methodological, ethical and politics requirements, the purpose of this research is to investigate how the performance of the psychologists has been established at Social Assistance Centers (CRAS). It has the intention of investigating what are the tensions between the psychologist professional practices at CRAS and the regulatory laws of this performance, which are consolidated in the principles and guidelines of the National Social Assistance Policy and of the Unified Social Assistance System. It is an research with 10 psychologists that work at CRAS in the cities that are bound to AMFRI, at Santa Catarina State. As methodological ways for the research, two focal groups were performed, each group with 05 psychologists and about two hours of duration. The focal groups have had the intention of promoting dialogues with these professionals about the theoretical, methodological and ideological perspectives that support their performance in the social assistance policy, and the difficulties and potentialities found in the psychologist insertion in this performance place. For the information analyses, were used the theoretical and methodological assumptions of the Bakhtin Circle, with the intention of understanding the tensions and dissonances that are in the dialogues relations that are established for and with the subjects of research. After the dialogues with the subjects, three big themes were appointed to be analised: 1) tensions between the Psychology academic teaching and the psychologist practices in the social assistance policy; 2) tensions between the regulatory documents of the social assistance policy and the psychologist practices at CRAS; 3) professional work of the psychologists at CRAS: tensions, challenges and possibilities. The results show tensions between the Psychology academic teaching, the regulatory documents of the social assistance policy and the psychologist professional practice at CRAS that, sometimes, help in the implementation of professional practices that are away from the main objects of the social assistance policy – the human and social emancipation. The psychologist performance at CRAS has been featured for some difficulty in understanding the dissonances and disagrees that goes through the social assistance policy in the social production and reproduction movement, like the constitution of the Psychology as performance place in this public policy.

Keywords: Psychology, public policy, social assistance, psychologist professional performance, SUAS, CRAS.

LISTA DE SIGLAS

AMFRI	– Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
ANPEPP	– Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
CENTRO-POP	– Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF	– Constituição Federal
CFESS	– Conselho Federal de Serviço Social
CFP	– Conselho Federal de Psicologia
CNAS	– Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	– Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	– Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LBA	– Legião Brasileira de Assistência
LOAS	– Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	– Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/SUAS	– Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB/RH	– Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PAIF	– Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	– Política Nacional de Assistência Social
PRONATEC	– Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RH	– Recursos Humanos
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
SUS	– Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A INCURSÃO DA PSICOLOGIA NESTA POLÍTICA PÚBLICA...29	
2.1 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	39
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	49
3.2 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DIALÓGICAS.....	52
4 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DIALÓGICAS COM OS PSICÓLOGOS QUE ATUAM NOS CRAS.....	59
4.1 TENSÕES ENTRE A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	60
4.2 DISSONÂNCIAS ENTRE OS DOCUMENTOS NORMATIVOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PRÁTICA DOS PSICÓLOGOS NO CRAS.....	83
4.2.1 Sobre o conceito de matricialidade sociofamiliar.....	97
4.2.2 Sobre o conceito de território/territorialização.....	105
4.2.3 Sobre o conceito de participação popular.....	113
4.3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS PSICÓLOGOS NOS CRAS: TENSÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICE A – Carta da Pesquisadora aos Gestores da Política de Assistência Social dos Municípios Vinculados à AMFRI.....	163
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido....	165
APÊNDICE C - Questionário de Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa.....	167
APÊNDICE D - Roteiro Orientador do Grupo Focal.....	169

1 INTRODUÇÃO

O interesse por esta pesquisa é fruto de uma incursão na política de assistência social, iniciada por esta pesquisadora em 2007, logo após o término de sua graduação em Psicologia. Esta trajetória teve seu início a partir do trabalho que desenvolvi como psicóloga com crianças e adolescentes vítimas de violências, em um dos programas que compunham a política de assistência social de Itapema (SC), na região litorânea do Vale do Rio Itajaí-Açu. Nesse município pude experimentar uma trajetória profissional repleta de angústias, inquietações, indagações, militâncias, movimentos conflitantes de construção e desconstrução de formação e prática profissionais.

Atuando em cargos “de ponta¹” e de gestão da política de assistência social, bem como em espaços de controle social, compreendi o quanto essa política pública encontra-se em movimento de construção, e como a Psicologia vem sendo chamada a ocupar importantes espaços de atuação. Também percebi uma clara e constante necessidade de reinvenção das práticas profissionais nesses espaços, e o quanto a formação em Psicologia ainda está distante das demandas emergentes dessa política pública. Fato esse, que fez com que eu iniciasse o movimento de construção da pesquisa, buscando compreender como os psicólogos tem desenvolvido e construído suas práticas profissionais na política de assistência social, em uma clara tentativa de aproximação entre a formação e a prática profissional em Psicologia.

Historicamente, a Psicologia preocupou-se com a sua legitimação como ciência, assumindo a necessidade de adequar metodologias científicas a partir dos parâmetros positivistas decorrentes das ciências naturais. Essa tentativa de aproximação da ciência psicológica ao conceito de ciência positivista, fez com que a sua construção teórico-prática fosse iniciada de forma pautada nos regimes científicos de normatização, empirismo, generalização e quantificação.

A história da ciência nos mostra que os avanços da Física, a partir do século XVIII, trouxeram para a busca do conhecimento científico a prevalência da objetividade como condição para o estabelecimento de leis gerais. A Psicologia, ao se apropriar dessa condição de cientificidade imposta pelas ciências naturais, acabou por produzir “saberes estruturados numa visão de ser humano estável, previsível e,

¹ Expressão utilizada corriqueiramente nas políticas sociais ao referenciar os trabalhadores que atuam diretamente no atendimento/acompanhamento dos usuários.

portanto, passível de generalizações [...], sendo que qualquer explicação só seria completa se assumisse o *status* de lei” (SCARPARO; BERNARDES, 2000, p. 187).

Apesar de Wundt ter empreendido uma série de estudos sobre a “psicologia dos povos”, sendo considerado o pai da Psicologia Social, foram seus estudos experimentalistas sobre a experiência imediata dos indivíduos que se propagaram entre os estudiosos da Psicologia, em uma clara tentativa de enquadrá-la nos parâmetros das ciências naturais (NUERNBERG, 2005). Tal necessidade de enquadramento da Psicologia aos parâmetros científicos positivistas resultou num tardio desenvolvimento de correntes teórico-práticas que enfatizassem a dimensão social, histórica e cultural da produção das subjetividades no contexto das vivências cotidianas sociais, históricas e culturais.

A Psicologia no Brasil, como profissão regulamentada, iniciou sua história estabelecendo uma relação explícita com o Estado de forma a responder, primordialmente, demandas voltadas à normatização social. Aproximou-se do Estado a fim de obter benefícios para a categoria profissional, como a própria lei que a regulamentou – Lei 4.119/1962, procurando fortalecer-se socialmente enquanto profissão. No entanto, para obter esses benefícios, atuou de forma colaborativa a este Estado, fortalecendo uma Psicologia marcada pela demanda de normatização de “desvios sociais”, distanciada do compromisso social de garantia de direitos humanos (OLIVEIRA, 2005).

Em 1964, após dois anos da inscrição da Psicologia enquanto profissão, o Brasil entrou no período político de ditadura militar que institucionalizou a repressão e o controle ideológico no interior da academia. Segundo Yamamoto e Oliveira (2010, p. 09), “é nesse contexto histórico, de suspensão dos direitos fundamentais, incluídas as liberdades de organização e de expressão, que a Psicologia, profissão e formação profissional, desenvolve-se no Brasil”.

Esse momento de repressão e supressão dos direitos fundamentais possibilitou a inserção inicial, no Brasil, de uma psicologia social experimentalista e individualista, advinda dos Estados Unidos, que tinha nos pressupostos positivistas a tentativa da normatização e naturalização dos fenômenos sociais e psicológicos, convergentes, em certa medida, com os ideais da ditadura militar. É somente em meados da década de 70, com o início da resistência a esta psicologia social, que a Psicologia, principalmente com as primeiras publicações de Silvia Lane, distancia-se da necessidade de normatização social e aproxima-se do compromisso com a transformação social e a garantia dos direitos humanos (GUARESCHI, 2001; NUERNBERG, 2005).

A Psicologia, nesse sentido, passa a aproximar-se de produções de saberes e *práxis* comprometidas com uma leitura social e histórica de uma realidade marcada por injustiças sociais, processos de exclusão e submissão. Dessa forma, ampliou-se a intencionalidade de refletir sobre esses processos e concretizar intervenções sociais transformadoras na ciência psicológica, repensando a função da Psicologia e seu compromisso ético com a sociedade. Há, para Freitas (2000), neste momento, a construção de uma psicologia social implicada com a realidade e com os problemas específicos produzidos na e pela realidade social e histórica brasileira.

Essa aproximação da ciência psicológica com um compromisso ético e social amplia os olhares dos profissionais de Psicologia para diferentes campos de atuação, fazendo com que as práticas profissionais tradicionalmente confinadas em consultórios, fossem repensadas a partir da tentativa de aproximação de demandas do coletivo e do olhar para seus processos de subjetivação a partir da realidade social e histórica existente.

E é a partir desta perspectiva que, em 1985, a Psicologia vincula-se a práticas estatais com um novo discurso de atuação, na tentativa de resistência contra o regime autocrático-burguês instaurado pelo regime da ditadura militar. Na década de 80, com a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a Psicologia aproxima-se efetivamente das políticas públicas. Recentemente, a partir da consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, a Psicologia passou a consolidar sua atuação, também, na política de assistência social (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

A fim de problematizar a inserção da Psicologia nos contextos das políticas públicas, passa-se a algumas compreensões do que as políticas públicas representam em um Estado Moderno, tido como democrático. Segundo Souza (2006), muitas são as definições possíveis para as políticas públicas, no entanto, dentre todas elas, alguns elementos são comuns:

- 1) a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- 2) a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- 3) a política pública é

abrangente e não se limita a leis e regras; 4) a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; 5) a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; 6) a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36-37).

Para Gonçalves (2010), as políticas públicas são constituídas de relações dinâmicas entre o Estado, a sociedade, a economia e os indivíduos. Segundo essa autora, ao falar-se de políticas públicas, fala-se de:

[...] relações sociais em situações diversas; ocupação e convivência nos espaços públicos; adesão de indivíduos a orientações gerais de comportamento; expressão, identificação, problematização e transformação de demandas; participação de indivíduos em diferentes contextos; decisões coletivas; adequação de linguagem e procedimentos de intervenção a populações diversas; estruturação de grupos e movimentos sociais; dinâmicas de relações entre indivíduos, grupos, movimentos e poder público (GONÇALVES, 2010, p. 32).

Política pública é, portanto, a resposta do Estado frente às demandas que emergem da sociedade, caracterizando-se como um direito coletivo que objetiva a promoção de cidadania. Segundo Cruz e Guareschi (2009), o termo “público”, associado à política, refere-se à coisa pública, ou seja, de todos e não uma referência ao Estado, pois, “embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas, podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos” (p. 16).

Sendo assim, pensar a Psicologia inserida no campo das políticas públicas de garantia de direitos humanos é problematizar como essa inserção vem sendo normatizada e demandada por práticas de governo do Estado Moderno. Estado esse que, segundo Flores (2010), é constituído pela ambiguidade/dualidade existente em virtude das expectativas nele depositadas, pois, ao mesmo tempo em que se exige

deste Estado certo afastamento interventivo nas escolhas individuais, a fim de garantir a emancipação humana por meio da liberdade e da autonomia, exige-se a sua intervenção cada vez mais ampliada para a garantia dos direitos humanos.

A análise de como as políticas públicas vem sendo pensadas e implementadas esclarece o modelo de Estado representativo de cada governo. Se pensarmos que nos encontramos pautados em um modelo econômico hegemonicamente neoliberal, precisamos analisar se as políticas públicas no Brasil têm sido organizadas sob essa lógica mercantil ou sob a lógica da política de garantia de direitos. Nessa análise, também é preciso considerar de que maneira a Psicologia – constituída essencialmente como uma profissão “liberal” – vem adentrando o campo das políticas públicas e como responde à formação estatal e econômica constituída na modernidade.

Segundo Sader (2011), o Estado é um espaço de disputa entre a esfera pública e a esfera mercantil, podendo estar sendo dominado por uma ou por outra. O autor destaca que:

[...] o neoliberalismo mercantiliza tudo, portanto, ser contra o neoliberalismo, democratizar, é desmercantilizar, é criar espaços de políticas que subtraíam essas políticas que transformam em mercadorias o que seriam direitos. É criar espaços que recomponham, como direitos, na esfera daquilo que os indivíduos têm direito de ter, independentemente da sua idade, do seu sexo, da sua identidade sexual, da sua nacionalidade, da sua etnia e assim por diante (SADER, 2011, p.18).

Neste sentido, pensar que a luta antineoliberal é uma luta de afirmação de direitos contra a esfera mercantil, faz-nos ter, como via de discussão, ações afirmativas de direitos humanos, as quais não necessariamente estão representadas no modelo de Estado moderno. Esse, constituído cada vez mais por um estado de exceção e de imposição de normatizações jurídicas, as quais, por vezes, justificam atos de controle e punição pela defesa dos direitos humanos, traz implícita uma noção de direitos humanos essencialista e universalizante (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008).

Procurando resgatar a possibilidade de existência de uma teoria de direitos humanos que não se configure essencialista e universalizante, Sen (2010) esclarece que os direitos humanos são demandas éticas e não necessariamente precisam estar regulamentados em legislações

específicas para que sejam garantidos. Quando discutidos abertamente em um escrutínio de livre expressão e sem fronteiras nacionais, os direitos humanos tornam-se universais e são incorporados pela população, consolidando condutas éticas voltadas à emancipação humana, as quais não precisam ser normatizadas-normalizadas em práticas de governo. Essas condutas, de caráter ético, geram ações afirmativas no sentido de colaborar na promoção ou proteção dos direitos humanos. Para Sen (2010, p. 24), “a implementação dos direitos humanos pode ir além da legislação, e uma teoria de direitos humanos não pode ser confinada no modelo jurídico em que frequentemente é encarcerada”.

A leitura essencialista e abstrata dos direitos humanos, claramente perceptível na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, traz concepções normatizadoras e a-históricas, que desconsidera os diferentes modos de viver, existir e estar no mundo. É necessária uma noção de direitos humanos pautada na processualidade desses direitos, como construções em movimento histórico e social, e na afirmação do humano enquanto sujeito em permanente reinvenção de si e de modos de viver. Compreendendo que a humanidade vai se construindo a partir das experiências de cada indivíduo na coletividade e nas práticas e lutas de seu tempo histórico, a luta pela afirmação dos direitos humanos se traduz em um constante movimento e devir, localizado, descontínuo, fragmentário, processual e com múltiplas forças que o atravessam e o constituem (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO; 2008).

Para Santos (2010), o projeto da modernidade é marcado por um suposto equilíbrio entre dois pilares: da regulação, enquanto práticas de governo que normatizam condutas humanas, e da emancipação, tida como postura ética pautada na liberdade e autonomia. Com a intensificação do capitalismo na modernidade, o pilar da regulação fortaleceu-se frente ao pilar da emancipação, num movimento contraditório e com oscilações entre um e outro pilar. Esse fortalecimento da regulação resultou em uma soberania das práticas de governo em detrimento da liberdade humana, bem como na construção de uma cidadania pautada em direitos e deveres abstratos e universais. Essa construção de cidadania universal transformou os sujeitos em:

[...] unidades iguais e intercambiáveis no interior de administrações burocráticas públicas e privadas, receptáculos passivos de estratégias de produção, enquanto força de trabalho, de estratégias de consumo, enquanto consumidores, e de estratégias de dominação, enquanto cidadãos da democracia de massas (SANTOS, 2010, p.240).

Com a conquista dos direitos sociais, além dos já conquistados direitos civis e políticos, a cidadania foi alargada, tornando possíveis vivências individuais de autonomia e de liberdade, mas, ao mesmo tempo, aumentando a burocracia e a vigilância normativa dos indivíduos, destruindo estratégias de solidariedade, coletividade e emancipação social. Essa conquista produziu uma cidadania atomizante e estatizante e um Estado burocrático, normativo e repressivo, como resposta à crescente atomização da vida social (SANTOS, 2010).

Para retomar o princípio de comunidade, solidariedade e, portanto, da emancipação enquanto luta democrática presente em todos os espaços estruturais da prática social, faz-se necessário um novo senso comum político, pautado na descentração do Estado. Esse movimento constitui e é constituído por uma nova cidadania marcada não apenas pela verticalização política entre cidadãos e Estado, mas por uma horizontalidade política entre os próprios cidadãos. Essa nova constituição política é, por Santos (2010), denominada de “sociedade-providência”, que:

[...] sem dispensar o Estado das prestações sociais a que o obriga a reivindicação da cidadania social, sabe abrir caminhos próprios de emancipação e não se resigna à tarefa de colmatar as lacunas do Estado e, deste modo, participar, de forma benévola, na ocultação da opressão e do excesso de regulação (SANTOS, 2010, p. 278).

Pautando-nos na noção de política pública e de emancipação, acima apresentada, e no compromisso da Psicologia com a aproximação de demandas éticas e afirmativas de direitos humanos, delineamos o caminho inicial a ser percorrido nesta pesquisa, lançando nosso olhar para a política de assistência social no Brasil e para a atuação dos psicólogos inseridos nesse contexto. Nesse âmbito, procuramos discutir e problematizar posições enunciativas de profissionais psicólogos que

atuam nesta política pública, avaliando posturas éticas de autonomia e liberdade, bem como analisar como se inserem em práticas reguladoras das condutas humanas e da manutenção de um modelo de Estado.

Em virtude da abertura e da consolidação desse campo de atuação da Psicologia, constata-se a relevância de se pesquisar como os psicólogos estão atuando na política de assistência social, em termos das concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que baseiam seu trabalho e as práticas que caracterizam o fazer profissional.

Esta pesquisa buscou identificar e compreender como está sendo construída a *práxis* nesses espaços e quais as tensões existentes entre estas práticas e as normativas regulamentadoras dessa atuação consolidadas nos princípios e diretrizes propostos pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social. Buscou, ainda, analisar as dissonâncias e conflitos constituintes dos discursos dos profissionais de Psicologia que atuam nesses espaços sobre suas práticas profissionais.

Teve como objetivos específicos, identificar as dificuldades, potencialidades e deficiências encontradas pelos psicólogos em sua atuação na política de assistência social; verificar as perspectivas teóricas, metodológicas e ideológicas que configuram a atuação dos psicólogos nesta política pública; e investigar a atuação dos psicólogos da região da Foz do Rio Itajaí que se vinculam à política de proteção social básica de assistência social, identificando práticas que caracterizam sua inserção profissional no âmbito dessa política pública.

A identificação das diferentes formas de inserção dos psicólogos na política de assistência social possibilitará reconhecer quais os potenciais, as dificuldades e deficiências nessa inserção e atuação dos psicólogos. Possibilitará, também, verificar se essas práticas psicológicas consolidam posturas que possam tanto se constituir na promoção da emancipação e autonomia dos sujeitos e famílias em vulnerabilidade social, como na reprodução das práticas intervencionistas que valorizam a lógica clientelista e assistencialista que historicamente marca a assistência social no Brasil e, de certa forma, a Psicologia enquanto profissão.

Assim, conhecer as peculiaridades da atuação dos psicólogos na política de assistência social, bem como os impactos das regulamentações desta política pública nas práticas profissionais dos psicólogos, possibilita-nos refletir sobre saberes e fazeres, no sentido de identificar necessidades de mudanças na formação dos psicólogos, e, também, avanços e lacunas na prática destes profissionais. Isso para que essas mudanças possibilitem uma inserção profissional crítica e criativa

na política de assistência social, “eticamente comprometida com a luta pela emancipação humana, o que requer superação das desigualdades sociais e produção de uma sociedade em que a riqueza econômica e cultural socialmente produzida possa ser prerrogativa de todos” (ZANELLA, 2003, p. 69).

Nesta dissertação, iniciamos o primeiro capítulo contextualizando os determinantes estruturais do Estado no Brasil, caracterizado, nessa pesquisa, primordialmente, pelas políticas sociais, e as bases de constituição histórica da política de assistência social existente neste contexto. Também procuramos contextualizar, criticamente, a história da Psicologia no Brasil, seus projetos sociais e políticos, e sua entrada nas políticas públicas, primordialmente, na política de assistência social.

Já no segundo capítulo esclarecemos os percursos metodológicos trilhados na pesquisa. Nele estão descritos os procedimentos metodológicos que balizaram a pesquisa de campo, a caracterização dos sujeitos que se disponibilizaram a participar da pesquisa, bem como as perspectivas teóricas e metodológicas que dialogaram conosco na análise das relações dialógicas constituídas com os sujeitos dessa pesquisa no decorrer desse caminho.

Seguindo, no terceiro capítulo, encontramos as apresentações das informações obtidas na pesquisa de campo, ou seja, os diálogos que tivemos com os sujeitos da pesquisa, com as reflexões e novas possibilidades de discursos nessa cadeia enunciativa. Encontram-se, como cenário, as tensões entre a formação e prática desses profissionais, entre os documentos regulamentadores da política de assistência social e a prática dos psicólogos nessa política pública. Além disso, as tensões, desafios e possibilidades no exercício profissional dos sujeitos da pesquisa nos CRAS.

O quarto e último capítulo dessa dissertação se encerra como uma possibilidade de abertura a novos diálogos com os sujeitos da pesquisa, bem como com outros trabalhadores, gestores e usuários da política de assistência social. Também pretende dialogar sobre fazeres e saberes com as instituições de ensino superior em Psicologia, assim como com o Conselho Federal de Psicologia e organizadores dos documentos regulamentadores da política de assistência social, principalmente, a nível federal. Em foco, a busca de perceber lacunas e propor mudanças na formação e prática dos psicólogos, para que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, esteja comprometida, eticamente, com a afirmação de direitos, com a emancipação humana e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A INCURSÃO DA PSICOLOGIA NESTA POLÍTICA PÚBLICA

Antes de traçarmos um breve histórico sobre a política de assistência social no Brasil, a fim de situar nosso objeto de pesquisa, é importante tecermos algumas análises em relação à constituição do Estado brasileiro e a política social implementada pelo mesmo.

Para compreender os determinantes estruturais do Estado no Brasil é necessário situá-lo no sistema econômico capitalista. Vivemos em um País latino, em um sistema capitalista monopolista que explora os trabalhadores, por meio de jornadas maiores de trabalho e salários inferiores à satisfação das necessidades humanas. Este capitalismo é diferenciado pela alta produção de mais-valia, em virtude da exploração dos trabalhadores, e pela necessidade de importação de tecnologia, na maioria das vezes, precarizada, de países europeus e norte-americanos, tornando a produção de riqueza muito elevada (BARAN; SWEEZY, 1966).

O centro da constituição da sociedade capitalista monopolista está na produção do excedente econômico. Para Baran e Sweezy (1966, p.19) “o excedente econômico, na definição mais breve possível, é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção”. Portanto, no capitalismo monopolista, a produção do excedente, em virtude da exploração dos trabalhadores, é muito elevada pelo volume de riqueza produzido. E, para dar conta do excedente, o Estado, nestes países, é ampliado e fortalecido, como forma de arranjo político e ideológico de poder para a manutenção e fortalecimento do próprio capitalismo monopolista. No capitalismo monopolista há, portanto, uma elevada concentração e centralização do capital (BARAN; SWEEZY, 1966).

Esse excedente produzido pela acumulação e centralização do capital é apropriado pelo Estado por meio de impostos, transformando-o em estruturas para que mantenham e fortaleçam o capitalismo, como a construção de estradas, ferrovias, e as próprias políticas sociais como estratégias de fortalecer o trabalhador para a exploração e impedir conflitos sociais (BARAN; SWEEZY, 1966; BRAVERMAN, 1983).

Traspadini e Stedile (2005), ao organizar a obra de Ruy Mauro Marini, trazem as análises feitas por este autor sobre as especificidades do sistema capitalista nos países latino-americanos. Para Marini, o sistema capitalista impõe aos países latinos uma relação de dependência e subordinação aos países capitalistas centrais, ou seja, europeus e norte-

americanos. Essa dependência se dá, sobretudo, porque os países latinos exportam produtos valiosos a um custo baixo e importam produtos e tecnologias a um valor muito alto. Essa relação interfere no valor conferido à força de trabalho latino-americana. Assim, a falta de tecnologia desenvolvida, os baixos salários (abaixo das necessidades reais do trabalhador) e as condições políticas facilitam a exploração dos países latinos.

Essa exploração produz elevada mais-valia, que, em virtude da ausência de condições econômicas dos trabalhadores de consumirem grande parte dos produtos produzidos nesses países, em virtude de seus baixos salários, faz com que grande parte de nossa produção seja comercializada nos países centrais, com exportações a baixo custo. Assim, além dos países centrais lucrarem com a exportação a alto custo de tecnologias aos países latinos, também lucram na importação dos produtos desses países a baixo custo.

Ademais, parte pequena da mais-valia produzida nos países latinos se transforma em salário do trabalhador pelo ganho com a produtividade, outra parte vira excedente para o Estado, que por meio de impostos mantém políticas públicas que fortalecem o capitalismo e confortam o trabalhador, e a outra parte vai para o mercado externo nos países centrais (MARINI, apud TRASPADINI; STEDILE, 2005).

Portanto, para esses autores (MARINI, apud TRASPADINI; STEDILE, 2005; BARAN; SWEEZY, 1966; BRAVERMAN, 1983), parte do excedente produzido pelo sistema capitalista monopolista dos países latino-americanos é destinado ao financiamento das políticas sociais. Porém, além desta parte ser pequena e insuficiente perante a desigualdade social produzida por este sistema, muitas vezes, a política social cumpre apenas uma função também econômica, dedicando-se a atenuar os problemas produzidos pelo próprio capitalismo e possibilitar a satisfação de algumas necessidades humanas que o trabalhador, em virtude dos salários baixos e do desemprego, não consegue satisfazer.

Inserido neste modelo de Estado, próprio do capitalismo monopolista dos países latino-americanos, o Brasil apresenta especificidades na implementação das políticas sociais. Passaremos, a partir de agora, a uma breve análise da constituição das políticas sociais no mundo e, mais especificamente, no Estado brasileiro, a fim de compreender como se deu o processo de implementação da política de assistência social até a constituição do Sistema Único de Assistência Social.

Para discutir a atual configuração da política de assistência social, faz-se necessário resgatar o surgimento da discussão dos direitos

enquanto pauta na agenda social que surge na transição de uma sociedade de organização feudal para a emergência do Estado-nação, ou seja, o Estado de ordem burguesa fortalecido pelas revoluções Industrial (1769), Americana (1776) e Francesa (1789) (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Pautado no princípio de acumulação e no fundamento da propriedade privada dos meios de produção, o século XVIII instaura, por meio do Estado burguês, a era dos direitos civis, garantindo a liberdade de ir e vir para vender a força de trabalho, bem como a segurança em relação à propriedade privada. Já o século XIX, foi marcado pelas exigências da classe trabalhadora do direito de organização em sindicatos e de participação na vida política, constituindo-se assim, os direitos políticos (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

A luta pela conquista dos direitos sociais acontece, apenas, no século XX, após constantes enfrentamentos da classe trabalhadora desde meados do século XIX pela garantia de atendimento, pelo Estado, de necessidades humanas básicas, como alimentação, habitação, assistência social, saúde e educação. Antes da conquista do Estado de Bem-Estar Social, principalmente na Europa do pós-guerra, que tem como proposta um Estado implementador de políticas sociais baseadas nos princípios sociais universais, igualitários e solidários, prevaleciam as idéias liberais de um estado mínimo que somente assegurasse a ordem e a propriedade, estado esse, que foi retomado após 1960 com a abertura ao neoliberalismo (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Não se pode falar de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, se o compararmos com a experiência internacional (CRUZ; GUARESCHI, 2009). Contudo, para engendrar um caminho histórico da constituição da assistência social no Brasil enquanto política pública de dever do Estado e de direito do cidadão, pode-se apontar a década de 30 do século XX como o período em que o Estado brasileiro passou a intervir nas relações entre capital e trabalho, inaugurando os primeiros ensaios das políticas sociais no Brasil.

Anterior a 1930, o domínio da assistência social se encontrava sob a égide da filantropia, que regulava as práticas assistencialistas das igrejas, sobretudo da Igreja Católica, que teve o papel de assistir os ‘pobres e doentes’ no Brasil. Segundo Mestriner (2001), as práticas assistencialistas filantrópicas, higienistas, disciplinadoras e clientelistas promoviam intervenções no espaço urbano de controle da pobreza e das ‘classes desviantes’, reduzindo indigentes, abandonados, deficientes e doentes à categoria de ‘assistidos sociais’. A Igreja teve a função social

de filantropia caritativa aos excluídos, enquanto o Estado passou a realizar suas primeiras intervenções sociais pautado em uma perspectiva de ‘higienismo’ social e de controle da pobreza, excluindo, ainda mais, os que já se encontravam às margens da sociedade.

Durante a Primeira República (1889 a 1930) o Estado não intervinha nas vulnerabilidades sociais, pois considerava que a área social não era função pública, sendo que, deste modo, a assistência social era desenvolvida pela Igreja Católica. É somente a partir da década de 30 do século XX, em virtude das consequências históricas da abolição dos escravos e do intenso processo imigratório de trabalhadores europeus, que impulsionou o crescimento desordenado das cidades e o aumento do desemprego e das relações precárias de trabalho, que o Estado passou a intervir nas relações entre capital e trabalho (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Nesse sentido, o governo Vargas incentivou a formulação de legislações que buscavam a legitimação de um Estado social autoritário, de cunho regulatório e assistencialista. O sistema de proteção social no Brasil iniciou de forma conservadora e meritocrática, com características corporativas e clientelistas na concessão de benefícios. Iniciou, portanto, com algumas ações pontuais em assistência social, mas ainda distante de uma concepção de política pública, garantindo apenas alguns direitos sociais e políticos a algumas parcelas da população (COUTO, 2004; CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), órgão responsável por coordenar as ações de assistência social em âmbito nacional. Mestriner (2001) enfatiza que a institucionalização do primeiro-damismo ocorreu a partir da LBA, em que “se desloca o papel direto do Estado, que vai assumir dupla figura: uma mediada pelas organizações filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante” (p. 108). Segundo Couto (2004), a constituição da LBA como principal ação assistencialista de governo deflagrou traços clientelistas e subalternizadores que persistiram (e ainda persistem) por muitos anos na política de assistência social brasileira.

Durante o período de regime político militar brasileiro, houve um intenso processo de cerceamento dos direitos políticos, ainda que tenham sido preservadas algumas conquistas sociais obtidas em períodos políticos anteriores, principalmente, na área trabalhista. Para Couto (2004), a forma como o regime militar lidava com os direitos, revelava a forma como eram compreendidas as políticas sociais. Se a política era de controle, “para manter a população sob a guarda de instrumentos técnicos e burocráticos do governo, a compreensão dos

direitos era de concessão a quem os governos entendiam merecedores” (p. 132).

O período compreendido entre 1975 e 1985 corresponde a um dos grandes momentos históricos do país – o movimento de redemocratização do país e do pluripartidarismo -, pautado no enfrentamento do regime militar e na valorização dos movimentos sociais e populares. É nesse cenário que o governo convoca a Assembléia Nacional Constituinte, na qual se iniciam as discussões, com a intensa participação dos movimentos sociais, de uma nova Constituição Federal que vise o fortalecimento da democracia.

Esse momento é marcado, de um lado, por um processo singular de reformas para ampliação da democracia, e, por outro lado, por uma grande recessão econômica no país, “onde ocorreram várias tentativas de minimizar os processos inflacionários e buscar a retomada do crescimento, tendo como eixo os princípios da macroeconomia expressa na centralidade da matriz econômica em detrimento da social” (COUTO, 2004, p. 139). Essa grave crise econômica aumentou, ainda mais, a desigualdade social no país, requerendo a implementação de políticas sociais universais pautadas na afirmação de direitos.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma mudança para a concepção de assistência social no Brasil. Em seus artigos 203 e 204 (título VIII, da ordem social, capítulo II), consolida a assistência social, juntamente com a saúde e a previdência social, na base da seguridade social brasileira (BRASIL, 2004b). Afirma a assistência social como direito de cidadania, a ser assegurado por meio de política pública universal (a quem dela precisar), não contributiva (não sujeita às exigências de rentabilidade econômica) e de gestão participativa. Segundo Cruz e Guareschi (2009), este é um marco histórico que institui o início da transformação da caridade e ajuda para a noção de direito e cidadania da assistência social, apontando para seu caráter de política pública de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e condições dignas de vida.

Para Yazbek (2009), apesar de algumas mudanças ocorridas nas políticas sociais no processo histórico do país, o que se pode observar ainda é que o caráter regulatório da intervenção estatal vem formatando as políticas sociais como “políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos (...), constituindo-se em ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira” (p. 47).

Em sintonia com as perspectivas descritas acima acerca da função do Estado na constituição do capitalismo monopolista dos países latino-americanos, Sposati (apud YAZBEK, 2009) afirma que:

As políticas sociais brasileiras, e, nelas, as de assistência social, embora aparentem a finalidade de concentração da acumulação da miséria e sua minimização através da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras tem conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social (SPOSATI apud YAZBEK, 2009, p. 48).

Desse modo, o Estado, por meio de seus programas, projetos e benefícios socioassistenciais, apóia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regular essas relações e intervindo, tanto na viabilização do processo acumulativo, como na manutenção das classes subalternas. É, portanto, neste contexto, que a política de assistência social se organiza como uma estratégia ambígua, sendo, sob a ótica da ação Estatal um mecanismo de regulação das relações sociais e, sob a ótica de seus usuários, um espaço concreto de reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania social (YAZBEK, 2009).

Decorridos cinco anos da promulgação da Constituição Federal, em 1993, é aprovada a Lei 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A LOAS delimita a especificidade da assistência social no campo das políticas sociais, exigindo que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Em seu artigo 1º, a LOAS descreve que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para

garantir o atendimento às necessidades básicas” e reafirma seus objetivos no artigo 2º - “A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 2005a).

Essa definição da política de assistência social, segundo Couto (2009), engloba diversos aspectos inovadores:

- (a) a sua definição como política social; (b) a definição de que é possível existir provisão social sem que, para isso, seja necessária a contribuição financeira de quem é mandatário da política; e (c) o caráter universalizante, colocando-a no rol de integração com as demais políticas sociais e principalmente econômicas (COUTO, 2009, p.42).

Se por um lado, a partir deste momento, há a garantia constitucional da assistência social como política pública de dever do Estado para garantia da seguridade social dos cidadãos, por outro, a presença das concepções históricas que marcaram a assistência social enquanto prática assistencialista, clientelista e de benevolência, ainda se fazem presentes na compreensão sobre o seu acesso e sobre o papel do Estado e da sociedade brasileira na garantia desse acesso. Nesse sentido, Couto (2009) afirma que “o avanço jurídico tem sido contrastado com práticas baseadas na cultura do favor, pouco assegurando as condições para a afirmação de um rompimento (...) no caminho de garantir o acesso à política como direito social” (p. 42).

Após a promulgação da LOAS, em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é organizada a primeira Política Nacional de Assistência Social e sua Norma Operacional Básica, a qual, segundo Nery (2009), trouxe poucos avanços na consolidação da assistência social como política pública de dever do Estado, refletindo tensões entre

as exigências do marco legal e as estratégias neoliberais de um Estado mínimo.

É somente em 2004, por meio de deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que outra Política Nacional de Assistência Social é aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e, em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como estratégias de consolidação da assistência social como política pública de garantia de direito e de dever do Estado.

A Política Nacional de Assistência Social indica os eixos estruturantes para a sua operacionalização: concepção, territorialidade, financiamento, controle social e participação popular, monitoramento e avaliação, e recursos humanos, enquanto o Sistema Único de Assistência Social estabelece em suas diretrizes a descentralização político-administrativa desta política pública, o atendimento a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e a participação na e da comunidade (BRASIL, 2005b).

Segundo a PNAS, a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. Tem como diretrizes norteadoras a descentralização político-administrativa (federal, estadual e municipal), a territorialização no planejamento e implantação da política, a participação popular na formulação e controle das ações, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social e a centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais (BRASIL, 2005b).

Os usuários da política de assistência social são cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005b).

Para Couto, Yazbek e Raichelis (2012a), essa concepção dos usuários da política de assistência social evidencia necessidades humanas objetivas e subjetivas, identificadas a partir de condições relacionais, materiais e culturais, que interferem na reprodução social

das vulnerabilidades e da pobreza. Assim, essa concepção de pobreza implícita à política de assistência social vai além da ausência das condições materiais de sobrevivência, focalizando outras dimensões e necessidades humanas que precisam ser satisfeitas.

Para garantir a acolhida e a proteção social do complexo escopo de demandas descritas acima, a política de assistência social foi organizada em dois níveis de proteção social – a proteção social básica e a proteção social especial (de média e alta complexidade).

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2005c).

A partir da Resolução N° 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b), a proteção social básica foi organizada em três serviços: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; 2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 3) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, os quais são referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Este equipamento é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social que atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário, além de organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

A proteção social especial organiza os serviços e programas destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, violência física, psicológica e/ou sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A proteção social de média complexidade oferece atendimento às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Os seguintes serviços são organizados na proteção social de média complexidade: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; 2) Serviço Especializado em Abordagem Social; 3) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida

Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; 4) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias e 5) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Esses serviços são organizados e coordenados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO-POP).

Já a proteção social especial de alta complexidade destina-se à garantia de proteção integral – moradia, alimentação, dentre outros mínimos sociais – para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Nesta proposta de proteção social, os seguintes serviços são ofertados: 1) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva; 2) Serviço de Acolhimento em República; 3) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e 4) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Segundo Couto (2009), com a PNAS e o SUAS como perspectiva de consolidar uma nova forma de relação entre Estado e sociedade civil que compreenda a proteção social brasileira como garantidora de direitos assegurados pela seguridade social, é estabelecido um novo patamar na implementação da política de assistência social no Brasil.

Em julho de 2011, a Lei n. 12.435/2011 é aprovada e sancionada, garantindo a inclusão de princípios e diretrizes estabelecidas pelo SUAS na Lei Orgânica de Assistência Social. Nessa lei são adensadas, principalmente, as regulamentações, orientações e financiamentos, permitindo ao Estado assumir plenamente sua responsabilidade de garantia de oferta da política de assistência social.

A política de assistência social, a partir de sua materialização com a PNAS e o SUAS, passa, portanto, a se constituir como uma política pública de proteção social às pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, objetivando garantir a autonomia, a emancipação e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de prover os mínimos sociais e atender às necessidades básicas dos cidadãos (MDS, 2005b).

Cabe aqui definir o que se compreende por vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social é muitas vezes associada diretamente a condições de pobreza e miserabilidade, demonstrada por meio de índices socioeconômicos. Em outra perspectiva, a vulnerabilidade também pode ser olhada a partir da análise do acesso da população a serviços e

políticas públicas e à cidadania, olhando não somente para a escassez de recursos, mas principalmente para a potencialidade da população em lidar com os recursos existentes (TOROSSIAN; RIVERO, 2009).

A forma como se compreende a vulnerabilidade social influencia na maneira como olhamos para o movimento da vida e para as relações entre os sujeitos e, portanto, para os jogos de poder construídos a partir desses discursos e olhares sobre esses “sujeitos vulneráveis”. O olhar sobre a vulnerabilidade pode tanto enfatizar as carências desses sujeitos, contribuindo para uma homogeneização e manutenção deste sujeito em um lugar de risco, numa condição de impossibilidade de vida e de subalternidade, como pode construir estratégias de empoderamento dos sujeitos na construção de potência de vida (TOROSSIAN; RIVERO, 2009).

Apesar da política de assistência social vivenciar um amplo processo de consolidação, com ganhos constitucionais do ponto de vista dos direitos sociais, e com um forte apelo redistributivo, o trabalho na assistência social é caracterizado, historicamente, por uma desprofissionalização, por uma prática eventual e assistemática e por ações inconsistentes que não alcançam mudanças na realidade social (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). A inserção de outros profissionais que não os assistentes sociais ainda é recente nesta política pública, o que enaltece a importância de se consolidarem parâmetros e diretrizes para a atuação dos trabalhadores (aqui incluídos os profissionais da Psicologia) e princípios éticos e políticos para a prática profissional. É somente a partir da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH/SUAS (BRASIL, 2007) que os psicólogos passaram a constituir oficialmente a equipe de referência da Política Nacional de Assistência Social, consolidando a entrada da Psicologia nesta política pública.

2.1A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A discussão sobre a Psicologia no campo das políticas públicas é algo recente na ciência e prática psicológicas. Na história da Psicologia enquanto profissão no Brasil, tanto a formação como a prática psicológica voltaram-se mais para as discussões relativas à psicoterapia e às instituições educacionais e organizacionais. A inclusão de psicólogos nas equipes de trabalho das políticas públicas inicia-se no final da década de 80 e início dos anos 90, quando passaram a ser inseridos, principalmente, nas políticas públicas de saúde e de proteção à

criança e ao adolescente. Recentemente, em 2006, é o que o profissional de Psicologia consolidou, de forma regulamentada, sua inserção na política pública de assistência social.

A fim de compreender como se deu essa inserção da Psicologia no campo das políticas públicas no Brasil, faz-se necessário resgatar brevemente as condições históricas de regulamentação e constituição da Psicologia como ciência e prática. Para Campos (2010):

(...) a história do psicólogo deve ser contada a partir do movimento engendrado pelas demandas que emergem da formação social onde sua prática passa a ser requerida – mediadas pelo quadro ideológico de representação do real formulado a partir daquela organização histórico-social – conjugados com o esforço em atendê-las representado pelo progresso da própria técnica (CAMPOS, 2010, p. 206).

Na constituição da Psicologia como ciência, apesar da existência de movimentos contrários, obteve-se uma predominância de práticas que procuravam controlar, enquadrar e adaptar indivíduos às maneiras como a sociedade capitalista vinha se constituindo no País, produzindo-se concepções naturalizantes e normatizadoras das subjetividades (GONÇALVES, 2010; CAMPOS, 2010; BOCK, 2003).

Campos (2010) aponta esta lógica de controle e adaptação dos indivíduos pela Psicologia, com a justificativa de contribuir para a “modernização” da sociedade brasileira, em vários campos de atuação: na lógica higienista e normatizadora presente nas práticas psiquiátricas e nas escolas; na lógica de ajuste e no enfoque individualista presente na educação; e na lógica adaptativa que aparece na Psicologia aplicada ao trabalho. O sentido histórico e social destas práticas era legitimar, psicologizar e naturalizar as desigualdades sociais, esvaziando-as de construção social, como pretendia a ideologia liberal.

Outros autores, como Botomé (2010) e Mello (2010), também denunciaram o compromisso que, por muitos anos, a Psicologia teve com as elites brasileiras, em virtude de suas práticas, na maioria consolidadas em consultórios privados, tornarem-se acessíveis a uma pequena parcela da população. Essa imagem de um profissional de “luxo”, apontado por Mello (2010), implicou em uma concepção da Psicologia afastada das instituições sociais, enaltecendo o estudo do

comportamento humano em si e por si, bem como em uma prática profissional voltada à melhoria individual em si e por si.

Para Gonçalves (2010), a análise crítica deste período da Psicologia, em síntese, pode ser caracterizada como:

(...) uma Psicologia pretensamente neutra, falando de processos naturais e universais do homem; uma Psicologia que aplicava esses conhecimentos em diferentes situações, sem atentar para o contexto sócio-histórico particular de que se trata cada caso e para as subjetividades constituídas nessas particularidades; uma formação em Psicologia predominantemente reprodutora de conhecimentos e práticas, levando a uma formação tecnicista; uma Psicologia com pouca inserção social, na medida em que atuava em espaços sociais a que apenas parte da população, elite e classes média e média alta, tinham acesso; uma Psicologia, portanto, longe das necessidades mais amplas, mais relevantes da sociedade brasileira (GONÇALVES, 2010, p. 90).

Por razões ligadas ao próprio modelo de expansão e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a Psicologia enfrentou uma crise no mercado de trabalho destinado à população com melhores condições socioeconômicas, provocando a necessidade de ampliar o seu mercado, a fim de garantir o acesso às práticas psicológicas para a população em condições socioeconômicas menores. Esse movimento, fortalecido pelo aumento dos movimentos populares e por uma abertura nas universidades após o período de ditadura militar no País, ampliando discussões que rejeitavam esse modelo de dominação implícito na ciência e prática psicológica da época, fez com que os psicólogos passassem a refletir sobre sua *práxis*. Essa reflexão trouxe como necessidade real para a Psicologia a construção de ações que pudessem denunciar a opressão e as desigualdades sociais, inserindo psicólogos em outros espaços de atuação que estivessem atrelados a um maior compromisso social da profissão.

Assim, os referenciais de atuação dos psicólogos passam a ser revistos, surgindo novos referenciais teórico-metodológicos que viabilizam práticas condizentes com a visão de homem como ser ativo e fazedor de sua história. Nesse processo passam a ser legitimadas novas

práticas que denunciam as formas de opressão e desigualdades sociais, enquanto construção coletiva de um sistema econômico e social vigente.

É neste contexto que a Psicologia Social e Comunitária passa a ser vislumbrada como alternativa teórico-metodológica para negar o paradigma hegemônico de neutralidade, de intervenções tecnicistas e de conformação/adaptação dos indivíduos às concepções econômicas e sociais vigentes. Essa perspectiva teórico-metodológica da Psicologia, segundo Freitas (2009) privilegia o trabalho com as coletividades, “colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos” (p. 73).

Para Góis (apud LANE, 2009):

Fazer psicologia comunitária é estudar as condições (internas e externas) ao homem que o impedem de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito numa comunidade, ao mesmo tempo que, no ato de compreender, trabalhar com esse homem a partir dessas condições, na construção de sua personalidade, de sua individualidade crítica, da consciência de si (identidade) e de uma nova realidade social (GÓIS apud LANE, 2009, p. 32).

É dessa maneira que a Psicologia passa a requerer sua inserção no campo das políticas sociais, encontrando possibilidades concretas com o fim do período da ditadura militar no país, que inicia um processo de lutas pela ampliação das políticas sociais atreladas ao Estado. Neste contexto, com a democratização do Estado, a ampliação das políticas sociais e os referenciais teórico-metodológicos com preceitos pautados na garantia dos direitos sociais e na contramão das desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista, a Psicologia tem como demanda construir sua atuação nas políticas sociais (GONÇALVES, 2010).

Assim, a atuação dos psicólogos no SUAS busca contemplar a compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos na área social e/ou definição de políticas públicas (CFP; CFESS, 2007).

As intervenções dos profissionais de Psicologia na política de assistência social voltam-se aos processos de constituição de sujeitos a partir do olhar para as comunidades, para os territórios onde os sujeitos em situação de vulnerabilidade social estabelecem seus laços mais significativos. Aproximam-se do cotidiano de desigualdades e violências dessas populações, a fim de investir na apropriação desses sujeitos do lugar social de protagonistas na conquista e afirmação de direitos (CFP; CFESS, 2007).

Uma Psicologia comprometida com demandas éticas de emancipação humana e social toma como foco as necessidades, objetivos e experiências de sujeitos constituídos em relações familiares e sociais. Nesse sentido, as práticas psicológicas buscam compreender os processos em que tais situações se consolidam, por meio de suas particularidades e circunstâncias, de forma articulada com os aspectos histórico-culturais da sociedade, produzindo-se a construção de novos significados ao lugar do sujeito-cidadão autônomo, com voz e vez no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades vivenciadas (CFP; CFESS, 2007).

Diante dessas novas concepções, que elevam a Psicologia como ciência e prática comprometidas com um projeto político e social de emancipação humana e de enfrentamento das desigualdades sociais, trazidas, principalmente pela Psicologia Social e Comunitária, os psicólogos adentram a política de assistência social. Essa inserção, em razão da constituição histórica da profissão da Psicologia e desta política pública no Brasil, acontece permeada de tensões entre os ideais de uma Psicologia que passa a ser mais comprometida, ética e politicamente, com a construção de uma sociedade democrática e igualitária, e os resquícios históricos de uma Psicologia elitista, pragmática, instrumentalista e pautada na clínica tradicional como identidade profissional.

A atuação dos psicólogos no SUAS dialoga, também, com as tensões e dissonâncias entre concepções da política de assistência social que vislumbram a afirmação de direitos, o fortalecimento da autonomia e o protagonismo popular, e concepções assistencialistas que reproduzem a exclusão social e retroalimentam a miséria.

De fato, a atuação na política de assistência social amplia o trabalho dos psicólogos, fortalecendo um conhecimento de aspectos que, por muito tempo, permaneceram fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos de saber. Segundo Yamamoto e Oliveira (2010), a noção de “sujeito psicológico” não cabe nos desafios colocados pela política pública de assistência social, tampouco, a crença

de que a Psicologia só intervém no sofrimento psíquico ou no ajustamento. Pensar numa atuação que conjugue um posicionamento político mais crítico por parte dos psicólogos é um dos desafios para a profissão no campo das políticas sociais em geral.

Imbuídos da intencionalidade de reconhecer como estão sendo construídas as práticas psicológicas neste campo de atuação e, objetivando perceber quais dissonâncias e tensões estão postas nesta construção, é que buscamos nesta pesquisa dialogar com os psicólogos que atuam nos CRAS.

Intenção essa, que busca construir, também, um diálogo com a formação desses profissionais. Pois, como apontam Mattos e Nuernberg (2010), apesar das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia (BRASIL, 2004a) permitirem projetos pedagógicos que incorporem novas demandas de prática profissional, ainda são muitos os entraves conceituais e políticos encontrados que inviabilizam essas mudanças nos processos formativos. Ademais, a escassez de pesquisas e estudos referentes à formação do psicólogo também contribui como entrave para essas mudanças. Assim, produzir dados sobre a atuação do psicólogo em contextos e demandas diferenciadas das tradicionalmente encontradas por este profissional, como a política de assistência social, pode contribuir neste processo de mudança formativa.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A busca de informações que nortearam a discussão com o problema de pesquisa colocado nesta dissertação se deu por meio de duas fontes complementares: a análise de documentos e os relatos verbais por meio da realização de grupos focais. A escolha por estes métodos possibilitou analisar os discursos produzidos em seu contexto de enunciação, suas tensões, dissonâncias e conflitos, permeados pelas diversas vozes que os constituem, bem como as formas de atuação dos psicólogos inseridos na política de assistência social.

Foram analisados documentos de domínio público, como, documentos oficiais publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativos à política de assistência social, e publicações de instrução e regulamentação das práticas profissionais nessa política pública, elaborados, principalmente, pelos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social.

Segundo Spink (2000):

Os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos [...]. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas (SPINK, 2000, p. 136).

Assim, a análise desses documentos possibilitou avaliar como os princípios e diretrizes da política pública de assistência social estão sendo definidos, analisados, avaliados e, de certa forma, significados pelos psicólogos que atuam nesta política pública. Essa análise também possibilitou compreender o que se espera dos profissionais de Psicologia nessa política pública, no sentido de perceber quais práticas sociais e formas de compreensão das demandas coletivas de injustiça social e violações de direitos humanos estão sendo vinculadas a esses profissionais a partir desses documentos.

Os documentos oficiais, em sua maioria, buscam a normatização das práticas profissionais nas políticas públicas. Analisar os documentos, enquanto enunciados normativos que buscam instituir

práticas, em consonância com os discursos produzidos pelos sujeitos trabalhadores a partir de relatos verbais, possibilitou compreender quais as tensões presentes nos diversos enunciados que os constituem, ou seja, as forças centrípetas (que tendem a monologização) e as forças centrífugas (enquanto discursos que tencionam as tendências centralizadoras) dos enunciados (FARACO, 2009).

Nesse sentido, o discurso dos profissionais de Psicologia que atuam na política de assistência social também se tornará esclarecedor das questões acima mencionadas. Os relatos verbais foram obtidos por meio da realização de grupos focais, nos quais se buscou compreender as tensões e dissonâncias presentes nos enunciados, vinculados ao seu contexto histórico e social de enunciação, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos do Círculo de Bakhtin. Os discursos dos psicólogos entrevistados enunciaram, não apenas, uma forma de expressão e comunicação, mas processos de significação, de constituição de sujeitos e produção de sentidos, historicamente contextualizados.

Para realização dos grupos focais foram contatados os 12 (doze) psicólogos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios vinculados à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Essa Associação é composta pelos seguintes municípios: Penha, Balneário Piçarras, Navegantes, Ilhota, Luiz Alves, Itajaí, Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas.

Foram sujeitos da pesquisa, apenas os psicólogos que atuam na proteção social básica e constituam as equipes de referência dos CRAS, conforme diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social. Essa escolha deu-se pelo fato de que nos serviços, programas e projetos desenvolvidos na proteção social básica, tendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como equipamento público de referência deste nível de proteção, os psicólogos tem sido solicitados a construir práticas profissionais que mais se diferenciam das práticas consolidadas em uma perspectiva clínica tradicional. Assim, nesses espaços, os psicólogos são chamados para atuar a partir de uma perspectiva sócio-comunitária, realizando intervenções com a comunidade referenciada por este nível de proteção social, na garantia de direitos coletivos e em uma perspectiva de fortalecimento do protagonismo e participação social.

Atualmente, 197 (cento e noventa e sete) psicólogos atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no Estado de Santa

Catarina². Na Região da Foz do Rio Itajaí, 34 (trinta e quatro) psicólogos atuam na política de assistência social, distribuídos na proteção social básica, proteção social especial e na gestão. Desses, 12 (doze) encontram-se atuando nos CRAS³ e, portanto, foram escolhidos como sujeitos para esta pesquisa. A escolha por essa região se deu em virtude da proximidade da pesquisadora com esses profissionais, por já ter participado de um Grupo de Trabalho e Discussão promovido pela AMFRI, o qual já discutia a atuação dos psicólogos na política de assistência social, facilitando, assim, o acesso aos sujeitos da pesquisa. A sede administrativa da AMFRI também é aberta para reuniões, encontros de formação e desenvolvimento de pesquisas, desde que envolvam trabalhadores dos municípios vinculados a essa Associação. Esse fato facilitou o desenvolvimento dos grupos focais nesta instituição, já que a mesma não exige qualquer ressarcimento e/ou permissão prévia e os gestores da política de assistência social destes municípios autorizam seus trabalhadores a participar dos encontros promovidos por essa Associação.

Todos os psicólogos foram contatados via AMFRI, com o auxílio da Assistente Social que atua na Associação e tem contato direto com os trabalhadores e gestores da política de assistência social desses municípios. Os mesmos foram contatados, inicialmente, por endereço eletrônico, assim como os seus gestores, que também receberam pelo endereço eletrônico uma carta da pesquisadora (APÊNDICE A), explicando os objetivos da pesquisa e solicitando a liberação dos psicólogos para participar da pesquisa em horário de trabalho na sede administrativa da AMFRI.

Essa Associação cedeu o espaço físico que utiliza para realização de reuniões, para que fossem realizados os grupos focais como instrumento de coleta de informações para o desenvolvimento da pesquisa. Esse espaço físico situa-se no município de Itajaí/SC.

O primeiro grupo focal foi agendado para o dia 22 de outubro de 2012, a partir das 13 horas e 30 minutos. Neste grupo, dos 12 psicólogos contatados e convidados a participar da pesquisa, 05 (cinco) estiveram presentes.

O grupo iniciou com esclarecimentos da pesquisadora referentes aos objetivos da pesquisa. Seguiu-se da leitura conjunta do Termo de

² Dado obtido por meio do Censo SUAS 2010 – BRASIL. **Censo SUAS 2010: Relatório Síntese – Recursos Humanos**. Brasília: MDS, 2011.

³ Dados fornecidos pela Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, em setembro de 2012.

Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNCIDE B), o qual foi assinado pela pesquisadora e pelo participante em duas cópias iguais, ficando uma cópia com o participante e outra com a pesquisadora. Após a permissão dos sujeitos da pesquisa para filmagem e gravação de voz, os mesmos responderam a um questionário de caracterização pessoal (APÊNCIDE C). Ademais, foram realizados alguns esclarecimentos pela pesquisadora sobre o método de grupo focal e o mesmo foi iniciado.

Para a realização desse grupo, a pesquisadora contou com o apoio de uma assistente, sem qualquer vínculo com os sujeitos da pesquisa, para o manuseio da filmadora. O grupo aconteceu em apenas um encontro, que teve início às 13 horas e 30 minutos, e se estendeu até às 16 horas.

Após a realização deste primeiro grupo focal, com a presença de 05 (cinco) psicólogos, a pesquisadora realizou contato com outros 07 (sete) psicólogos que atuam nos CRAS da região por meio de endereço eletrônico e por telefone. Foi agendado outro grupo focal com esses 07 psicólogos para o dia 05 de novembro de 2012, no período vespertino, também na sede administrativa da AMFRI. Novamente, foi encaminhada para os gestores municipais da política de assistência social uma carta com esclarecimentos sobre a pesquisa e com pedido de liberação dos psicólogos no horário de trabalho para participar da pesquisa.

A realização desse segundo encontro de grupo focal não foi possível, pois, no dia agendado estiveram presentes apenas 03 (três) dos 07 (sete) psicólogos contatados. Uma nova tentativa foi feita pela pesquisadora por meio de contato telefônico e por endereço eletrônico com os sujeitos da pesquisa, agendando-se nova data para a realização do grupo focal no dia 09 de novembro de 2012, no período matutino, no mesmo espaço acordado anteriormente.

No dia 09 de novembro de 2012 estiveram presentes no grupo 05 (cinco) psicólogos que atuam em CRAS da região da AMFRI. Os outros 02 (dois) psicólogos não puderam participar da pesquisa em virtude do horário de trabalho reduzido e da falta de outros profissionais na equipe técnica do CRAS, fatos estes, que impossibilitaram a saída desses psicólogos de seus espaços de trabalho para participar da pesquisa. Esse grupo teve início com a mesma abordagem do grupo realizado anteriormente, sendo realizado em um encontro que se iniciou às 9 horas e estendeu-se até às 11 horas e 30 minutos.

O trabalho com grupos focais permitiu a compreensão de processos de construção da realidade por determinado grupo social com

aspectos em comum, constituindo-se como técnica importante para conhecimento de valores, crenças, hábitos e práticas cotidianas (GATTI, 2005). Em virtude do objeto de pesquisa ser comum a todos os sujeitos da mesma, optou-se pela escolha do grupo focal como método de entrevista, a fim de nas relações também ser possível perceber as tensões e dissonâncias produzidas pelos relatos verbais.

Os grupos focais foram realizados a partir de um roteiro que indicava os assuntos a serem debatidos nos grupos (APÊNDICE D). Os encontros foram gravados com uma câmera filmadora digital, modelo Panassonic SDR – H40, e as falas foram gravadas com gravador de áudio digital, modelo Panassonic RR-U300. Os dados coletados por meio de vídeo e áudio foram transcritos, posteriormente, em unidades de análise, asseguradas as condições de sigilo preconizadas pelo Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, conforme aprovação da pesquisa emitida em Parecer 169.333 do referido Comitê de Ética.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Conforme descrito anteriormente, os sujeitos que participaram desta pesquisa são psicólogos que atuam em Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) em municípios vinculados à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Os 10 sujeitos que participaram da pesquisa atuam em 10 CRAS diferentes, sendo que 04 encontram-se no município de Itajaí e o restante está distribuído nos demais municípios que fazem parte da Associação.

Em relação ao sexo, dos 10 sujeitos que participaram dos dois grupos focais, 09 são do sexo feminino e 01 do sexo masculino. Já em relação ao tempo de formação e idade dos sujeitos, 08 encontram-se na faixa etária de 25 a 32 anos e 02 tem entre 47 e 58 anos de idade, sendo que 09 desses sujeitos encontram-se formados há menos de 10 anos e apenas 01 formou-se há mais tempo – em 1996.

Em relação à formação acadêmica, 02 sujeitos já finalizaram o Mestrado ou estão cursando-o, 07 são especialistas ou estão com a especialização em andamento e 01 sujeito tem ensino superior. As formações acadêmicas no que se refere aos programas de pós-graduação, especialização e Mestrado, foram voltadas em sua maioria para áreas da Psicologia que não estão diretamente atreladas à política de assistência social, como, Psicologia Clínica, Psicologia Organizacional e Psicologia Hospitalar. Há 03 sujeitos que realizaram especializações vinculadas à assistência social, com foco no

atendimento às violências contra crianças e adolescentes e no atendimento integral à família. Há, ainda, 01 sujeito que cursou Mestrado em Gestão de Políticas Públicas.

Quanto às experiências profissionais anteriores como psicólogos, 04 sujeitos já haviam atuado na política de assistência social em funções de gestão ou como psicólogos na proteção social especial de média e alta complexidade, antes de se inserirem profissionalmente no CRAS. Os outros sujeitos haviam atuado, anteriormente, em campos de atuação da Psicologia Organizacional, da Psicologia Clínica, da Psicologia Escolar, e de outras políticas públicas, como a de saúde e habitacional. Dos 10 psicólogos que participaram da pesquisa, 05 mantêm sua atuação em Psicologia Clínica, em consultórios privados, cumulativamente à atuação no CRAS.

Em relação ao vínculo de trabalho no CRAS, 09 sujeitos tem vínculo trabalhista efetivo nos respectivos municípios, adquirido por meio de concurso público, e apenas 01 sujeito tem vínculo de contratação temporária. A carga horária de trabalho no CRAS para 03 desses sujeitos é de 40 horas semanais, para outros 05 é de 30 horas semanais e para os outros 02 sujeitos é de 20 horas semanais. Quanto ao tempo em que atuam em CRAS, 03 sujeitos atuam nestes espaços há 04 anos, 03 deles há 02 anos, 01 há 01 ano e outros 03 há menos de 01 ano.

Quanto aos profissionais que compõem a equipe de referência no CRAS onde atuam, todos os sujeitos atuam em conjunto com Assistentes Sociais e, 04 sujeitos ainda contam, além dessa parceria de trabalho, com o trabalho de Pedagogos. Dos 10 CRAS pesquisados, 03 encontravam-se sem coordenação, no momento dessa pesquisa. Dos 07 CRAS em que havia um profissional na função de coordenação deste equipamento, 01 estava sendo coordenado por um trabalhador com formação no ensino médio e, nos 06 onde havia coordenação feita por trabalhadores com formação em ensino superior, essa função era ocupada por 02 profissionais Assistentes Sociais, 02 Pedagogos, 01 Psicólogo e 01 Historiador.

Em pesquisa realizada entre 2006 e 2008 por iniciativa do Grupo de Trabalho de Psicologia Organizacional e do Trabalho da ANPEPP sobre o exercício profissional da Psicologia no Brasil, foram encontrados dados semelhantes aos dessa pesquisa em relação à caracterização dos sujeitos. Naquela pesquisa, constatou-se que as mulheres representam mais de oitenta por cento dos profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Psicologia. Quanto às principais áreas de atuação ocupadas pelos psicólogos, verificou-se que a clínica ainda se encontra como a área de maior atuação, seguida pelas áreas da

saúde e organizacional e do trabalho. Além disso, as áreas social e jurídica aparecem com percentuais bastante reduzidos (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010).

Essa pesquisa também constatou que o consultório ainda é o principal local de trabalho dos psicólogos, sendo que 70% dos psicólogos que se identificam como psicólogos clínicos trabalham em consultórios próprios ou alugados. Outra constatação importante foi em relação às atividades desenvolvidas pelos psicólogos. Apesar das áreas de atuação estarem mais diversificadas, a pesquisa constatou que o psicólogo continua desenvolvendo atividades que, historicamente, conferiram identidade a esta profissão, como a avaliação psicológica, o psicodiagnóstico e a aplicação de testes psicológicos (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010).

Outro dado importante da pesquisa descrita acima, que corrobora os dados que caracterizam os psicólogos que atuam nos CRAS, encontrados, também, em nossa pesquisa, é a tendência de o psicólogo, em grande proporção, combinar inserções em diferentes áreas de atuação. Fato esse, que, segundo Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010, p. 262), “pode ser tomado como um indicador adicional de fragilidade do mercado de trabalho, levando o psicólogo a ter que possuir vários empregos ou trabalhos”.

Essa pesquisa também aponta para um crescente assalariamento dos psicólogos, em virtude da grande inserção que a Psicologia tem tido nas políticas públicas. Para a maioria dos psicólogos entrevistados nesta pesquisa, o trabalho autônomo é complementar ao trabalho assalariado, fato esse que também pode ser observado em nossa pesquisa. Essa pulverização de vínculos, atrelada à combinação de vários trabalhos de tempo reduzido, revela, também, uma fragilidade do mercado de trabalho dos psicólogos, mas, por outro lado, pode indicar “uma multiplicidade de possibilidades de trabalho que é desejada e mantida pelo psicólogo para poder exercitar conjuntos de competências e objetivos profissionais distintos” (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010, p. 264). Para além disso, entende-se que a grande quantidade de trabalhos autônomos na área clínica, representa como esta área de atuação ainda é um forte norteador da própria identidade da categoria profissional.

3.2 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DIALÓGICAS

A análise das relações dialógicas enquanto possibilidade de leituras de documentos (compreendidos enquanto produções discursivas) e discursos foi sendo construída a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos do Círculo de Bakhtin. Segundo Brait (2010), sem a pretensão de criar uma teoria e um método sobre a análise de discurso, o conjunto de obras do Círculo Bakhtiniano (Bakhtin, Voloshinov e Medvedev) motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica de discurso, influenciando os métodos utilizados nas Ciências Humanas.

Bakhtin, ao questionar a racionalidade científica moderna condicionada, dentre outros paradigmas, pela determinação e objetividade, não tem a pretensão de construir um modelo diferente de análise científica, mas de refletir sobre o inesgotável da existência, sobre o sentido da criação estética e sobre o ser da linguagem (FARACO, 2009).

Segundo Faraco (2009), Bakhtin encontra nas ciências humanas a possibilidade de uma forma de saber dialógica, diferente das ciências naturais na qual o saber é monológico, pois há uma relação sujeito/sujeito, na medida em que o texto e o discurso são sempre de alguém situado historicamente, ou seja, por detrás deles sempre há um sujeito, uma visão de mundo, um universo de valores com que se interage. Para ele, diferentemente das ciências naturais que buscam a explicação, as ciências humanas trabalham com a compreensão.

Para Brait (2010), o embasamento constitutivo dessa perspectiva explicita:

A indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos, instaurando os estudos da linguagem/discurso como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável, e não apenas como procedimento submetido a teorias e metodologias dominantes em determinadas épocas (BRAIT, 2010, p. 10).

Assim, essa perspectiva traz implícita uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos, apoiadas, necessariamente, nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados. Reconhecer que a linguagem e a construção de

sentidos se dão de forma contextualizada social, cultural e historicamente (enunciado concreto), é “reconhecer que as atividades intelectuais e/ou acadêmicas são atravessadas por idiossincrasias institucionais e, necessariamente, por uma ética que tem na linguagem, e em suas implicações nas atividades humanas, seu objetivo primeiro” (BRAIT, 2010, p. 10).

Bakhtin (2010a), ao se propor analisar os romances polifônicos inaugurados por Dostoiévski, encontra nas relações dialógicas um fenômeno universal que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana. Analisando os romances polifônicos de Dostoiévski, Bakhtin (2010a), assim compreende as relações dialógicas:

Dostoiévski tinha o dom genial de auscultar o diálogo de sua época, ou, em termos mais precisos, auscultar a sua época como um grande diálogo, de captar nela não só vozes isoladas, mas antes de tudo as relações dialógicas entre as vozes, a interação dialógica entre elas. [...] auscultava também as vozes dominantes [...] os ecos das vozes-idéias do passado [...] ele procurava auscultar também as vozes-idéias do futuro. [...] Desse modo, no plano da atualidade confluíam e polemizavam o passado, o presente e o futuro (BAKHTIN, 2010a, p. 100-101).

Ainda sobre as relações dialógicas, Bakhtin (2010a) afirma que elas são extralinguísticas e não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, do enunciado concreto, contextualizado histórico, cultural e socialmente. Para ele, “a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. [...] Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego está impregnada de relações dialógicas” (p.209).

Assim, muito mais que buscar a síntese da compreensão dialética nas diversas vozes sociais que se apresentam nos discursos dos sujeitos, as relações dialógicas compreendidas enquanto tensões existentes entre os enunciados concretos, datados historicamente, exprimem as multissonâncias e dissonâncias desses discursos sem, portanto, expressar a necessidade de dar a esse discurso uma palavra última, ou seja, de torná-lo monológico.

Na sua primeira obra – *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de co-autoria com Voloshinov, Bakhtin (2010b) antecipa a importância da

linguagem na perspectiva das Ciências Humanas. O pensamento bakhtiniano presente nessa obra trouxe mudanças significativas na forma de observar a linguagem, compreendendo-a para além do que tem de sistemático, abstrato, invariável, em seu uso concreto, como uma forma de conhecer o ser humano, suas atividades, sua condição de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural, pela linguagem.

Há, portanto, no pensamento do Círculo de Bakhtin, o reconhecimento da linguagem na constituição de sujeitos históricos. Para Bakhtin (2010a, p. 323), “ser significa conviver, significa ser para um outro e, pelo outro, ser para si mesmo”. A subjetividade, portanto, se constitui nas relações dialógicas discursivas, nas complexas cadeias de enunciação, nas quais a alteridade e a intersubjetividade são indispensáveis. Bakhtin (2010a) ainda aponta que “o homem não tem um território interior soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha para *o outro nos olhos* ou *com os olhos do outro*” (p. 323, grifo do autor).

A noção de sujeito para Bakhtin (2010a) é de:

Um ser situado na fronteira, em um limiar em que interage com o outro, de quem recebe muitos adendos à sua personalidade e à sua consciência e a quem ele também transmite adendos similares. É o indivíduo em convívio, entre uma multiplicidade de consciências, o indivíduo em processo de construção dialógica (BAKHTIN, 2010a, p. 321, nota de rodapé).

A importância dada à linguagem, enquanto enunciado concreto, e à comunicação, enquanto produção das relações dialógicas entre sujeitos, pelo Círculo de Bakhtin, é constitutiva da sua linha de compreensão do fenômeno social, e decorre da compreensão que se tem dos signos. Segundo Faraco (2009), para o Círculo:

Os signos são intrinsecamente sociais, isto é, são criados e interpretados no interior dos complexos e variados processos que caracterizam o intercâmbio social. Os signos emergem e significam no interior de relações sociais, estão **entre** seres socialmente organizados; não podem, assim, ser concebidos como resultantes de processos apenas fisiológicos e psicológicos de

um indivíduo isolado; ou determinados apenas por um sistema formal abstrato. Para estudá-los, é indispensável situá-los nos processos sociais globais que lhes dão significação (FARACO, 2009, p. 49, grifo do autor).

Nossas relações são, portanto, mediadas semioticamente. Nossa relação com o mundo é sempre atravessada por valores e, portanto, há em todo enunciado/discurso uma condição axiológica, na qual o sujeito se posiciona, valorativamente, na produção discursiva. Esse discurso, construído nas relações dialógicas, encontra-se, também, sempre imbricado em uma cadeia de enunciação, sempre responsivo a outro discurso e abrindo possibilidades de novos enunciados.

Os signos, portanto, não apenas refletem o mundo, mas também o refratam. Isso no sentido de que nossa produção discursiva, não apenas, descreve o mundo, mas também deposita cargas valorativas (posturas axiológicas) sobre ele, que o interpretam. A refração é o modo como as pessoas se posicionam no mundo de formas diferentes, consolidando as contradições das experiências históricas dos grupos humanos (FARACO, 2009). Ainda para esse autor:

A dinâmica da história, em sua diversidade e complexidade, faz cada grupo humano, em cada época, recobrir o mundo com diferentes axiologias, porque são diferentes e múltiplas as experiências que nela se dão. E essas axiologias participam, como elementos constitutivos, dos processos de significação, daí resultando as inúmeras semânticas, as várias verdades, os inúmeros discursos, as inúmeras línguas ou vozes sociais com que atribuímos sentido ao mundo (FARACO, 2009, p. 52).

A análise proposta nesta pesquisa foi a das relações dialógicas presentes nos discursos dos sujeitos de pesquisa e nos documentos (produções discursivas) coletados. Essa análise buscou alcançar as tensões e dissonâncias existentes entre as diferentes vozes sociais presentes no discurso, compreendendo esses enunciados a partir de seus contextos de enunciação e das cadeias de enunciação dais quais interagem, respondendo ao jogo de forças que os constituem e abrindo possibilidades para outros enunciados.

Contextualizar os discursos, historicamente, possibilita analisar como a micropolítica é atravessada pelas forças e tensões da organização social, ou seja, da macropolítica. Analisar as produções discursivas a partir desse olhar, possibilita compreender a quem esse discurso responde e para quem se destina, problematizar os “não-ditos” do próprio discurso, bem como compreender as condições e os contextos que possibilitam as produções discursivas.

Assim, como aponta Bakhtin (2010a) na citação que finaliza esse texto, a análise das relações dialógicas procura dar visibilidade aos “raios de luz” das produções discursivas, ou seja, às diferentes vozes sociais presentes e ausentes, que estão tensionadas nos discursos dos sujeitos e nas produções discursivas dos documentos.

A análise puramente formal deve tomar cada elemento da estrutura artística como ponto de vista da refração de forças sociais vivas, como um cristal artificial cujas facetas foram construídas e lapidadas a fim de refratar determinados raios de avaliações sociais e, refratá-los sob um determinado ângulo (BAKHTIN, 2010a, p. 312).

Para iniciar a análise das relações dialógicas, as gravações de voz e de vídeo dos grupos focais foram transcritas em um inventário, no qual foram destacados temas relevantes à pergunta de pesquisa, sendo separados por intervalos de tempo. Desse inventário inicial, alguns episódios foram selecionados e separados em frações de análise que auxiliariam a responder o problema da pesquisa.

Os sujeitos foram identificados por letras do alfabeto (A, B, C, D, E, F, J, H, I, J) a fim de preservar a sua identidade durante as análises, sendo que os grupos focais foram caracterizados pelas siglas “GF1” e “GF2”.

Essas frações de análise foram literalmente transcritas e contextualizadas no transcrito dos grupos focais, a fim de que pudessem ser situadas no diálogo com outras vozes sociais, sendo analisadas a partir dos pressupostos da análise das relações dialógicas proposta pelo Círculo de Bakhtin. Ou seja, durante a análise procurou-se contextualizar de que sujeitos estamos falando e com que outras vozes eles dialogam, destacando tensões e dissonâncias entre as diferentes vozes sociais que consolidam os seus olhares sobre a atuação como psicólogos na política de assistência social. Vozes sociais essas, que partem das normativas legais desta política pública, da história da

Psicologia, da formação acadêmica dos psicólogos, dos outros profissionais que atuam nos CRAS, dos gestores desta política pública, de seus usuários e de tantos outros discursos que se tem do fazer de um psicólogo, bem como da voz desta pesquisadora.

Para Brait (2010, p. 29), “a pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem, e do compromisso ético do pesquisador com o objeto, que, dessa perspectiva, é um sujeito histórico”. Assim, como colocado anteriormente, não temos a intencionalidade de tecer qualquer julgamento sobre a atuação desses psicólogos nos CRAS, mas de compreender os significados dessas ações em uma complexa cadeia discursiva.

Para Bakhtin, as ciências humanas se pautam metodologicamente na compreensão, não como mera experiência psicológica da ação dos outros, “mas uma atividade dialógica que, diante de um texto, gera outro(s) texto(s). Compreender não é um ato passivo (um mero reconhecimento), mas uma réplica ativa, uma resposta, uma tomada de posição diante do texto” (FARACO, 2009, p. 42).

Durante a análise dessas tensões e dissonâncias, encontradas durante a pesquisa de campo, foram transcritos alguns episódios dos grupos focais, selecionados para expor o que se analisava. Esses episódios foram marcados pelo intervalo de tempo em que essas discussões foram trazidas durante os grupos focais, sendo que as discussões foram transcritas da forma como foram trazidas pelos sujeitos. Os episódios selecionados também foram destacados pelas siglas “GF1” e “GF2”, a fim de representar se o episódio havia sido retirado do primeiro grupo focal (GF1) ou do segundo (GF2).

Para a análise dos dados, as principais tensões e dissonâncias encontradas nos discursos foram separadas por unidades de análises, tendo como focos: os diálogos entre a formação em Psicologia e a prática dos psicólogos no CRAS; os documentos normativos da política de assistência social e a atuação dos psicólogos no CRAS; e a construção do exercício profissional do psicólogo no CRAS, com seus desafios e possibilidades.

4 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DIALÓGICAS COM OS PSICÓLOGOS QUE ATUAM NOS CRAS

A partir de agora, propomo-nos a dialogar com os psicólogos participantes desta pesquisa, na tentativa de verificar, por meio dos enunciados relacionados à atuação na política de assistência social, como está sendo discutido e construído o exercício profissional destes atores nos CRAS.

Algumas perguntas nos norteiam neste caminho, merecendo destaque: A Psicologia está a serviço de que/quem na política de assistência social? Como as diversas vozes (dos documentos regulamentadores da política de assistência social, dos demais trabalhadores e dos gestores desta política pública, dos usuários, dentre outros) dialogam, tensionam-se, refratam-se e refletem-se nas vozes dos sujeitos desta pesquisa (psicólogos que atuam nos CRAS), a partir do contexto desta enunciação? Como a construção da política de assistência social e da atuação dos psicólogos nesta política pública tem sido percebida pelos sujeitos da pesquisa? Quais perspectivas teóricas e metodológicas tem balizado a atuação dos psicólogos na política de assistência social? Quais projetos éticos e políticos tem sido construídos junto aos usuários na atuação dos psicólogos na política de assistência social? Quais mudanças sociais e subjetivas a atuação dos psicólogos na política de assistência social tem produzido?

Trilharemos este caminho sem a intenção de buscar uma palavra final ao que está posto, mas no sentido de abrir possibilidade de novos diálogos junto aos sujeitos de pesquisa. Não temos qualquer intenção de julgar os profissionais nesta pesquisa, mas de dialogar com os mesmos, compreendendo que suas vozes expressam uma condição axiológica em uma cadeia de enunciação composta por diversas vozes que constroem e desconstroem, cotidianamente, o contexto de enunciação, ou seja, seus cotidianos profissionais.

Pois, como afirma Bakhtin (2010b):

(...) toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao

outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2010b, p. 117).

4.1 TENSÕES ENTRE A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao serem questionados se a formação em Psicologia os embasou na atuação profissional nos CRAS, percebeu-se no discurso dos psicólogos participantes dos grupos focais um tensionamento constante entre a formação e a prática do psicólogo na política de assistência social. Relataram, como importante aporte teórico na construção da atuação nesta política pública, a Psicologia Social. Todavia, em sua maioria, consideram que a formação que obtiveram nesta área foi insuficiente para instrumentalizá-los na atuação como psicólogos nos CRAS, o que fez muitos psicólogos utilizarem pressupostos teóricos da Psicologia Clínica para embasar sua atuação profissional neste espaço.

No episódio do GF2, um dos sujeitos relata sobre a importância da Psicologia Social durante sua formação acadêmica como base para a atuação na política de assistência social.

O que marcou para mim foi a desconstrução daquela visão determinista...de compreender a construção do sujeito, do contexto, das relações, a contextualização das questões...essas são questões que eu lembro bem da Psicologia Social...que aí mudava toda a visão de família, de instituição. (Sujeito G – GF2)

Todavia, em muitos episódios, tanto do GF1 como do GF2, foi possível identificar um tensionamento entre a formação e prática profissional dos psicólogos.

Eu não lembro muito bem, mas o que eu lembro é que a ênfase do curso (referindo-se à graduação em Psicologia⁴) era mais voltada à questão saúde e talvez isso tenha atrapalhado na lembrança. Desde a constituição do curso em torno do centro ciências de saúde e não de humanas nem de sociais. Acredito que já tenha mudado um pouco os professores, para o lado/a visão mais social. O próprio professor com que eu tive Psicologia Social não tinha uma visão muito voltada para a Psicologia Social e Comunitária e que depois vieram outros professores com uma visão mais voltada para essa disciplina. Então o que eu recordo (referindo-se à disciplina de Psicologia Social) é que eu não recordo porque a ênfase do curso era muito na saúde, as disciplinas que tinha de Psicologia Social não era dado tanta importância. Hoje com o conhecimento que a gente tem acho que mudou bastante a formação. Hoje mudou, talvez existam as disciplinas, mas talvez não existam pessoas preparadas para elas, pois os professores não mudaram e não tem tanta experiência na área (Sujeito F – GF2)

Não trabalhando a psicoterapia (no CRAS) as outras coisas a gente vai tentando fazer, o apoio, o aconselhamento, a escuta, até usar um pouco da própria especialização clínica que eu fiz agora...porque me faltava isso, porque são tantas abordagens que a gente tem na faculdade de Psicologia, e eu queria ter um caminho, um norte, aí eu fiz Psicologia Cognitiva, e nos atendimentos (no CRAS) eu tento buscar alguma coisa disso...isso assim interno né, em mim, pra mim poder resolver algumas questões ali, que também me ajuda, mas eu não posso ficar só nisso, porque não é Psicologia Clínica. Então é isso que a gente tem cuidar. Então não fazendo psicoterapia as outras técnicas da Psicologia a gente acaba usando (Sujeito C – GF1)

(..) daí na graduação eu quis experimentar um pouco de tudo, eu fiz estágio com autismo, depois em Psicologia Hospitalar, Clínica, Organizacional e no final da graduação eu comecei a trabalhar com os projetos da Caixa Econômica Federal, porque eu não tinha experiência na Educação, e eu auxiliava a montar

⁴ As partes suspensas entre parênteses nas transcrições das falas dos sujeitos desta pesquisa são acréscimos dos pesquisadores, a fim de que os leitores possam compreender a que os sujeitos estão se referindo durante o diálogo.

projetos do programa de arrendamento residencial da Caixa. Aí quando eu me formei eu fiz pós em Gestão Estratégica de Pessoas, em 2005 e 2006. Aí eu comecei a trabalhar com a Caixa, consegui o credenciamento da Caixa em 2005, em 2006 eu abri uma consultoria, ganhei licitação e virei consultora da Caixa, de 2005 até 2011. Trabalhava eu e daí tinham outras colegas psicólogas que trabalhavam também, outras colegas assistentes sociais, e a gente trabalhou com umas duas mil famílias e foi bem legal e acho que para minha atuação de hoje (no CRAS) eu já ter trabalhado com o social foi muito importante. Minha atuação no social foi sendo construída, nós trabalhávamos direitos e deveres dos moradores, organização comunitária, trabalhava educação ambiental, educação patrimonial, educação financeira, a integração dos moradores, mas no condomínio. Mas eu acho que às vezes dá para generalizar também (referindo-se a este conhecimento). Acho que foi muito válido. Em 2008 e 2009 eu fiz formação em Terapia Familiar Sistêmica Breve e também acho que ajudou muito a ter a formação, principalmente de Familiar, que é o que a gente trabalha lá (referindo-se ao CRAS), com famílias. E, em 2009 eu comecei o Mestrado no departamento de Ginecologia, e o meu trabalho é com mulheres que estão na pós-menopausa e a qualidade de vida dessas mulheres na pós-menopausa que usam ou que não usam terapia de reposição hormonal, que daí é saúde, mas eu gosto de saúde também. E eu trabalhava no Projeto Afrodite na época, com mulheres com dificuldades sexuais, então eu fazia atendimento clínico lá, e era bem legal também. E eu percebo que algumas situações que eu vivi lá e que nesse um mês que eu estou no CRAS já deu para perceber também, questões relacionadas à sexualidade. E esse ano eu estou trabalhando no Hospital, no CRAS e no consultório. Eu utilizo mais como aporte teórico no trabalho no CRAS a Terapia Sistêmica. (Sujeito A – GF1)

Conforme já apontado em capítulos anteriores desta dissertação, a entrada da Psicologia no campo das políticas públicas é recente. Por muitos anos, após a regulamentação da Psicologia como profissão em 1962, os psicólogos serviram a uma parcela muito pequena da população que apresentava condições socioeconômicas suficientes para pagar por este serviço. Nestes anos, a atuação dos psicólogos esteve voltada, principalmente, para a Psicologia Clínica, sendo esta confinada

em consultórios e espaços privados e caracterizada por práticas em que o comportamento humano é tomado em si e por si, desconsiderando-se o contexto histórico-cultural em que esses comportamentos se manifestam. Esse modelo de atuação, segundo Mello (1975), tem como pretensão, apenas, a melhora individual, não provocando mudanças sobre as questões políticas, sociais e econômicas, que propiciam a produção dessas realidades.

Nesse sentido, Reis e Guareschi (2010) também corroboram esta afirmativa, acrescentando que a preocupação com a neutralidade e cientificidade da Psicologia fez com que a formação neste campo fosse sendo construída, majoritariamente, por um olhar tecnicista voltado para o aprendizado e utilização de técnicas que embasassem práticas, sobretudo individualistas, desconsiderando os efeitos destas nos sujeitos com que interage.

Dimenstein (2001), ao discutir sobre as práticas da Psicologia no SUS, acrescenta que:

Historicamente, a Psicologia sempre esteve “miope” diante da realidade social, das necessidades e sofrimento da população, levando os profissionais a cometer muitas distorções teóricas, a práticas descontextualizadas e etnocêntricas e a uma psicologização dos problemas sociais, na medida em que não são capacitados para perceber as especificidades culturais dos sujeitos. (DIMENSTEIN, 2001, p.59).

Com o mercado de trabalho para o profissional liberal começando a demonstrar nuances de crise a partir de 1980, e com a crise socioeconômica que se abate no Brasil também nesta década, agravada na década seguinte, os profissionais de Psicologia começam a ser chamados a atuar em outros espaços, com perspectivas diferenciadas das que a Psicologia Clínica tradicional se propunha. É neste contexto sócio-histórico que o campo das políticas públicas se abre para a inserção e atuação dos psicólogos, exigindo desses profissionais outras perspectivas metodológicas e teóricas que produzam mudanças significativas nos contextos sociais, econômicos e políticos dos sujeitos excluídos socialmente, excluídos, inclusive, do acesso às práticas psicológicas.

Diante desta nova demanda social para a Psicologia e, conseqüentemente, da abertura de um amplo mercado de trabalho para

os psicólogos, há uma exigência no reconhecimento e incentivo, dentro das instituições de formação, a outras discussões nas grades curriculares dos cursos de Psicologia. Perspectivas teóricas antes marginalizadas na formação em Psicologia, como a Psicologia Social e Comunitária, pautadas, dentre outras, em perspectivas teóricas histórico-culturais, passam a ser apreendidas como possibilidades para pautar outros debates e outras perspectivas metodológicas na formação e prática psicológicas. Como aponta um dos sujeitos da pesquisa:

Com a questão do SUAS existe um filão de mercado de trabalho e talvez as pessoas não estão preparadas. A gente realmente está em construção, mas abre muita demanda. Que nem agora nós vamos ter talvez 20 vagas para psicólogos e para assistentes sociais. Minha preocupação é como vão vir esses profissionais, sendo que a maioria das formações...talvez hoje esteja, porque assim antes ninguém dava bola para CRAS e hoje em dia, as instituições de ensino, tudo eles querem fazer dentro do CRAS para utilizar a estrutura do CRAS. Eles não tem nem entendimento do que o CRAS é e eles querem pegar o grosso do que está escrito na política..ai vem curso de Fono, de Psicologia, curso de não sei o que, de não sei o que, imprimir aquilo que para eles é aquela utopia e tudo mais. Então o cuidado é perceber qual é a formação que vai ter a partir de agora, já que se abriu uma etapa diferente e a gente precisa diferenciar isso também. Porque eles encontraram a oitava maravilha do mundo que é o SUAS né, que tem verba e trabalhador em tudo que é lugar e que eles acham que é uma política mais fácil. (Sujeito F – GF2)

Como já citado anteriormente, os sujeitos da pesquisa avaliam que a formação em Psicologia esteve distante das práticas demandadas na atuação em políticas sociais, criando um distanciamento entre a formação teórico-científica e a prática em políticas públicas. Este distanciamento agrava-se, ainda, pelo pouco interesse dos alunos que cursam a graduação em Psicologia no campo das políticas sociais, grande parte ainda incentivado pela concepção social que relaciona a Psicologia com uma perspectiva terapêutica, com a função de curar e remediar (BOCK *et al.*, 2007).

Cabe aqui refletirmos o quanto a dicotomia entre teoria e prática é colocada no diálogo com os sujeitos da pesquisa. Parte desta dicotomia se deve a uma perspectiva essencializada da formação. É

preciso conceber a formação como algo dinâmico que constrói práticas sociais, mas que, ao mesmo tempo, é construída por estas práticas. Portanto, a prática não pode ser tomada como mera aplicação da teoria, mas como algo que a transforma.

Para Kastrup (2010), a aprendizagem não se resume a um processo de solução de problemas, mas inclui a invenção destes, bem como a experiência de problematização. É na experiência, na prática profissional, que o olhar crítico e reflexivo desenvolvido no percurso formativo se atualiza, criando novos saberes com as experiências. Assim, durante a formação, não se tem como objetivo essencial capacitar para algo, mas sim proporcionar experiências que nos deslocam do habitual e nos forçam a pensar.

Eu não sei, mas eu acredito que eu seja a mais velha em idade cronológica e acho que de tempo de formação (...) A minha turma foi a primeira turma que iniciou o curso semi-integral e depois já no final do curso passou a integral, porque antes era só meio período. Então com as disciplinas novas, bem diferente do que está hoje pelo o que eu sei, a Psicologia Jurídica, a Psicologia Comunitária...nós fomos a primeira turma a ser experimentada. Então nem os professores sabiam nem o que estava sendo colocado, principalmente na Psicologia Comunitária. Então eu aprendi na época bem pouco, eu posso dizer isso até da Psicologia Social. Eu não gostava muito de Psicologia Social, eu pensava que eu nunca ia trabalhar com isso mesmo, e fiz a disciplina porque tinha que fazer, e é claro né, não foi tão horrível, mas eu sempre gostei mais de outras áreas da Psicologia (Sujeito C – GF1)

A minha formação teve muitas horas de disciplinas optativas e poucas horas de obrigatórias. Então a gente direcionava para onde a gente queria. Então talvez aí na época da minha formação, minha idéia nunca foi de trabalhar com política pública. Então sempre quanto tinha estágio e a gente podia escolher, que a gente escolhia entre esporte, empresa, escola, eu não cheguei a escolher, talvez se eu tivesse escolhido comunidade, talvez eu teria uma base um pouco melhor. (Sujeito H – GF2)

Dimenstein (2001) aponta para o fato de que na maior parte dos espaços onde as práticas psicológicas tem sido questionadas, percebe-se

que a formação acadêmica em Psicologia não tem fornecido condições para a construção de um profissional preparado a atuar nesses espaços. Esses espaços, assim como as políticas públicas de saúde, educação e assistência social, tem demandado profissionais de Psicologia com intervenção ético-política adequada aos territórios locais, com potência de resposta/ação, de articulação intersetorial e de mobilização comunitária.

Além da graduação, foi possível perceber que as escolhas dos sujeitos da pesquisa na continuidade da formação acadêmica também foram por pós-graduações em Psicologia pouco voltadas para discussões que auxiliem os profissionais a atuar nas políticas sociais. Ao caracterizar os sujeitos no capítulo que trata dos percursos metodológicos da pesquisa, foi possível constatar que a maioria deles possui pós-graduação (especializações e Mestrado). No entanto, grande parte foi voltada para a Psicologia Clínica.

Esses dados corroboram com os obtidos em pesquisa, por meio de consulta pública, realizada pelo CFP/CREPOP (2010) sobre a atuação dos Psicólogos no CRAS. Nesta pesquisa, dos 1331 psicólogos que atuam em CRAS e responderam à consulta pública, 47,7% possuem pós-graduação. Destes psicólogos que possuem alguma pós-graduação, 93,5% são especialistas e 6% são mestres. Dentre as especializações cursadas, as três áreas que mais aparecem na pesquisa foram a Psicologia Hospitalar ou da Saúde (15,8%), a Psicopedagogia ou Psicologia da Educação (15,4%) e a Psicologia Clínica (12,4%).

Desse modo, é fundamental ressaltar a relevância de estudos sobre a realidade da formação profissional dos trabalhadores que compõem a política de assistência social, tanto no nível de graduação como de pós-graduação. Trata-se, segundo Nery (2009), de aprimorar o conhecimento sobre as perspectivas teórico-metodológicas e éticas que vem sendo empreendidas no exercício profissional, ou seja, sobre como os profissionais da política de assistência social tem construído suas práticas profissionais, após egresso das Universidades. Essa é uma das tarefas da Universidade: preparar e qualificar, desde a graduação, profissionais para atuarem nas políticas sociais, de acordo com as demandas sociopolíticas.

Apesar de termos avançado nessas discussões acerca do compromisso social da Psicologia, e sobre a quem os psicólogos estão a serviço, a Psicologia no Brasil, tradicionalmente, tem sido delineada, segundo Bock (2003) pelo,

Compromisso com os interesses das elites e tem se construído como uma ciência e uma profissão para o controle, a categorização e a diferenciação. Poucas tem sido as contribuições da Psicologia para a transformação das condições de vida, tão desiguais em nosso país. (BOCK, 2003, p. 16)

A política de assistência social vem, na última década, ampliando espaços de atuação para os psicólogos no campo das políticas públicas. Essa política pública traz alguns princípios essenciais para sua efetivação, que permeiam o trabalho dos psicólogos nesses espaços. Dentre esses, está a noção de que os sujeitos subalternizados são produzidos na relação com o modelo econômico e social do qual somos integrantes, modelo esse produtor de processos de exclusão, desigualdade e injustiça social.

Assim, a política de assistência social, como veremos mais profundamente em análises posteriores, cumpre um papel ambíguo na sociedade capitalista, pois, ao mesmo tempo em que legitima o papel do Estado no controle social, constitui-se como possibilidade de acesso real a recursos que viabilizam direitos e garantem a cidadania para os segmentos excluídos. Todavia, conforme afirma Yazbek (2009), essa cidadania vai além dos indivíduos, é uma cidadania “que se define no cenário político da sociedade como processo que tem como referência as classes sociais e não apenas os indivíduos” (p. 65).

Assim, ainda para esta autora, as classes subalternas são produto e produtoras da ordem social vigente, ordem essa que desqualifica essas classes e que no movimento cotidiano marcado pela resistência constrói os padrões gerais de sua identidade, consciência e representações (YAZBEK, 2009). E é neste olhar para o processo de reprodução de desigualdades sociais e subalternidade, repleto de ambigüidades, contradições e resistências coletivas, que a atuação dos psicólogos na política de assistência social, especialmente na proteção social básica, deve estar pautada.

No entanto, o que se percebe na fala dos sujeitos desta pesquisa é que, para eles, a formação acadêmica em Psicologia pouco lhes dá subsídios para compreender como se dá todo esse movimento. Isto é, a reprodução das desigualdades sociais provocadas pelo sistema econômico e social vigente, e qual o protagonismo Estatal e, conseqüentemente, da política de assistência social na manutenção desse *status quo*. Fato esse, que contribui para visões reducionistas em algumas práticas psicológicas, nas quais a dimensão individual da

vivência humana sobrepõe-se a categoria social. Contribui também, para a consolidação de respostas particularizadas e pontuais às questões psicológicas, já que, com essa visão reducionista, é apenas no sujeito que se encontram os problemas, bem como as potencialidades para resolução dos mesmos.

Essa ausência de discussão sobre a compreensão do Estado no sistema econômico e social vigente, e sobre as relações sociais e/ou de classes produzidas por este sistema, faz com que os psicólogos não tenham a compreensão dos objetivos primordiais da política de assistência social. Ou, até tenham esta compreensão, mas não consigam ampliar seus olhares e sua atuação para além de análises ainda subjetivas e individualizantes. Mesmo que o olhar saia do indivíduo e volte-se para as relações familiares enquanto núcleo de reprodução primeiro das relações sociais, como a própria política de assistência social propõe, ainda existe um silenciar de vozes, olhares e práticas profissionais voltadas para o comunitário, ou seja, para as relações sócio-comunitárias que se assemelham e necessitam de intervenções outras, que não as psicoterapêuticas. É o que indicam os discursos dos sujeitos desta pesquisa:

(...) Lá (referindo-se à instituição de ensino em que cursou Psicologia) o enfoque também era bem psicanalítico, com uma formação bem clínica, então não teve nada que pudesse contribuir para a política de assistência social, nem se falava de política de assistência, um pouco mais da política do SUS, que acho até que pode fazer um link. Mas eu no fim acabei fazendo estágio dentro do presídio, que lá a gente não chamava de Psicologia Jurídica, a gente chamava de Psicologia Forense naquele período. Aí que eu fiz algumas leituras sobre grupo operativo, a questão da identidade. Fiz estágio também no Fórum, com mulheres que sofriam violência, então daí também fiz algumas leituras, esse era o estágio obrigatório. Aí durante a minha formação, por causa dos estágios, não cheguei tão de pára-quebras. Aí em 2007 eu comecei a trabalhar no CREAS, com a questão da violência, e por mais que eu já tinha feito algumas leituras, já tinha feito o estágio, mas é totalmente diferente quanto tu tá aí lidando com criança e tava se construindo essa política do SUAS, então também não tinha muita leitura. Aí fiz a pós-graduação em atendimento integral à família, que daí deu mais embasamento pra atuar. Aí acabei trabalhando também depois com famílias acolhedoras, também na alta complexidade,

também não né, com outro enfoque, mas também na política de assistência. E agora eu tô no CRAS. Então a minha trajetória me deu um pouco de leitura, embasamento, mas mesmo assim não foi suficiente para eu me sentir segura hoje ali na prática que eu desenvolvo. (Sujeito D – GF1)

(...) Lá (referindo-se à região onde cursou Psicologia) a maior parte das universidades trabalham só com orientação analítica. Então a gente teve toda a nossa formação com base freudiana. Tem as disciplinas e tem os estágios. Nós tivemos Psicologia Comunitária com embasamento freudiano, que eu achei que foi muito bom e que eu consigo usar hoje (...). Aí nós fizemos estágio em Psicologia Social Comunitária e também não tinha...a orientadora era a mesma professora que não tinha domínio nenhum sobre esse assunto...então a gente fazia o trabalho que a gente achava que devia fazer. E também o fato de a gente trabalhar nos estágios casal, família e grupo, eu acredito que também tenha ajudado bastante. Quando eu saí da faculdade, eu terminei em 2005, daí eu fiz pós em gestão ambiental, porque eu achava que eu queria alguma coisa diferente que o curso de Psicologia não estava trazendo, mas eu não sabia exatamente o que era. Eu acho que isso também ajudou em algumas questões de orientação, não no trabalho, mas como orientação. E aí quando eu entrei aqui (referindo-se ao CRAS) eu não tinha conhecimento nenhum na área e o material que vocês estavam discutindo aí do CREPOP, eu acho que é muito...a margem de interpretação é muito grande...você pode interpretar do jeito que você quiser e fazer qualquer coisa, que era a mesma coisa que a gente tinha lá que a professora não entendia e podia fazer o que a gente achava que tinha que fazer (referindo-se à disciplina de Psicologia Social). E aí então a atividade no CRAS para mim teve mais embasamento a partir da experiência da minha colega, que quando eu entrei eu tive a felicidade de ter uma pessoa que entendia o que estava fazendo, que já não é minha realidade hoje. A colega era assistente social. Eu nunca trabalhei com outro psicólogo, desde que eu entrei aqui (no CRAS) só eu. E eu continuo achando que as buscas que a gente continua fazendo são meio vagas, então eu penso que a minha formação o que contribuiu foi a qualidade de escuta que na orientação analítica ela é bem intensa. Então eu procuro a partir daí conduzir as

coisas. Mas enquanto política de assistência social na formação nada. (Sujeito B – GF1)

Eu pra mim essa questão das políticas, essa palavra políticas públicas é nova, apesar de já estar há algum tempo ali (referindo-se ao CRAS), mas é nova. E eu trabalho também com uma assistente social, trabalhava com duas assistentes sociais assim...que o Serviço Social traz mais isso né...é a área deles assim né...e eu me preocupava um pouco mais com a questão da Psicologia mesmo. E hoje eu estou só com uma assistente social, que a outra pediu exoneração, e é assim ela tá sempre...a mesa dela é entulhada dos documentos todos, e eu acabei deixando um pouco para ela isso. Só que eu vejo que hoje a gente já discute mais, a gente teve capacitações a respeito do SUAS, de tudo isso. Falta muito ainda, de 0 a 10 eu estou aí no 1 ou 2, e ela já está um pouco mais até porque já está há mais tempo na assistência e vem do Serviço Social. Então a gente discute a respeito das políticas sim, da política de assistência, e eu consigo sugar dela...aí já não preciso nem ler muito, eu já consigo tirar dela o que traz ali na teoria. E ela é uma pessoa que não tem nada de assistencialista, ela tem a perspectiva de empoderamento, de direitos e deveres, de todas essas coisas que eu também acredito, então a gente consegue ter uma parceria boa de trabalho por isso. E aos poucos então eu tô tentando entender políticas públicas. O ano que vem vai ter as conferências aqui no município, a conferência municipal e todo aquele caminho. E aos poucos eu vou tentando entender um pouco isso daí. O SUAS realmente também é novo, a lei, toda essa lei, e enquanto psicóloga eu acredito que a gente também não tenha que ver o assistencialismo, a gente tem que tentar colocar o usuário aí como um sujeito realmente de direito e deveres. É isso que a minha colega (referindo-se à assistente social) sempre fala ele é um sujeito de direitos. E a partir do momento que a gente consegue ver isso, quando o profissional vê isso, é diferente a nossa atuação. E eu particularmente consigo ver isso, então não vou dizer...não é assim né...a gente olha ali e consegue ver...não é o trabalho, é o acompanhamento da família dentro do PAIF, que é o programa. A gente tá engatinhando nisso sabe? A gente tem se reunido uma vez ao mês, os outros CRAS também, para falar a mesma língua, pra tentar trabalhar os mesmos documentos, documentos assim formulários, documentos

internos. Aí aos poucos um vai colaborando com o outro, e acredito que esse grupo se continuar no próximo ano, a gente possa ter um espaço para estudar mesmo. A gente já tentou dentro do CRAS também, uma proposta de uma vez ao mês parar uma manhã para estudar, pra ler os documentos juntos, que aí a gente vai ter tempo e vai discutir, porque se não for assim a gente não consegue. Eu particularmente não consigo, passo a semana toda trabalhando e mais as outras coisas que a gente tem. E se eu for escolher o que é para mim ler, eu vou escolher ler coisas de Psicologia. (Sujeito C – GF1)

A minha formação foi pouco voltada para as políticas públicas, na verdade não foi nada voltada para as políticas públicas. A Psicologia Social e a Comunitária até me deram uma base. (Sujeito G – GF2)

Os estágios em comunidades não traziam a lógica da política de assistência social, eram bem pontuais, sem pensar no fortalecimento do protagonismo dos usuários. (Sujeito I – GF2)

Como eu trabalhei na gestão da política de assistência, a teoria do que é o CRAS, o que é esse equipamento, o CREAS, a proteção social básica, alta, especial, isso tudo através de leitura, isso ajudou na minha inserção no trabalho no CRAS. Eu trabalhei no acolhimento institucional também. E quando eu trabalhei foi bem quando eu entrei na prefeitura...aí bem perdida né. O concurso foi para a assistência social, para trabalhar no PAIF, mas aí como não tinha CRAS na época eu trabalhei na secretaria, fazia alguns projetos em algumas comunidades, tudo bem pontual, com começo, meio e fim e deu, e depois eu fui trabalhar no acolhimento institucional. No acolhimento institucional eu me via bem perdida, eu pensava meu Deus o que é que eu vou fazer aqui. Na formação do assistente social eles já tem essa luta política, essa busca, essa garra na graduação deles, essa inquietude que eles tem. (Sujeito I – GF2)

Tem profissionais que entram nos serviços e não se preocupam em entender o todo, entender a rede. Às vezes eles não entendem nem como funciona o SUAS, vão entender como funcionam as outras políticas públicas? Nem se interessam por isso. Então, obrigatoriamente neste percurso a gente teve que entender toda a

política de assistência social para poder encontrar o nosso papel aí dentro. (Sujeito G – GF2)

Para Nery (2009), as perspectivas metodológicas que reconhecem o sofrimento humano a partir das relações histórica e socialmente determinadas, conseguem fazer as correlações entre as experiências singulares dos indivíduos e os processos estruturais (econômicos, sociais e políticos) que estão na base da produção das vulnerabilidades sociais. Essas perspectivas “acolhem a expressão do sujeito, reconhecendo sua legitimidade, e da análise dos elos condicionantes e comunicantes com a sociedade, extrai da pessoa a histórica responsabilização pelo sofrimento que lhe é atribuída” (p. 109).

Neste sentido, o que se questiona nesta análise não é a utilização de um saber clínico dos psicólogos que auxilia a compreensão do sofrimento psíquico dos usuários da política de assistência social em virtude de sua condição de subalternidade e exclusão social, mas a intervenção psicoterapêutica pautada em uma perspectiva individualizante e descontextualizada social, econômica e politicamente. O cuidado ao se fazer uso do saber clínico para a compreensão do sofrimento psíquico desses sujeitos exige não encapsular esse referencial, ocultando todos os múltiplos condicionantes que estão entrelaçados na produção deste sofrimento psíquico, os quais requerem, neste sentido, intervenções voltadas a todo este emaranhado social.

Dessa forma, a política de assistência social exige de seus trabalhadores uma análise apurada dos condicionantes do contexto sociopolítico que estão na base das vulnerabilidades sociais e, conseqüentemente, do sofrimento humano, assim como, a construção de posturas e práticas que reconheçam o tensionamento existente nas diversas realidades sociais apresentadas.

Essa dificuldade é demonstrada nas falas dos sujeitos da pesquisa quando estes relatam como principais ações dos psicólogos nos CRAS intervenções individuais e/ou familiares (acolhida, acompanhamentos familiares, visitas domiciliares). Ações essas, que, via de regra, são pensadas com foco no protagonismo e fortalecimento da autonomia dos sujeitos que acessam a política de assistência social, mas, ainda, de certa forma distanciadas de leituras relacionais com os condicionantes históricos, sociais e econômicos que incidem na produção das vulnerabilidades sociais e na autonomia e protagonismo dos sujeitos.

Acho que não trabalhando psicoterapia, as outras coisas a gente vai tentando fazer: o apoio, o aconselhamento, a escuta e até usar um pouco da própria...eu fiz agora especialização em clínica, até porque faltava isso assim, porque são tantas abordagens que a gente tem e na faculdade a gente não tem muitas assim, eu queria ter um pouco assim, um caminho, um norte, aí eu fiz Psicologia Cognitiva e nos atendimentos eu tento buscar alguma coisa disso. Isso assim interno né, em mim para eu poder resolver algumas questões ali. E também me ajuda e eu também não posso ficar só nisso, porque não é Psicologia Clínica. Então é isso que tem que cuidar. Então não fazendo psicoterapia, as outras situações ou as outras técnicas de Psicologia a gente acaba usando. (Sujeito C – GF1)

Outra questão levantada pelos psicólogos durante a pesquisa ao que concerne à formação acadêmica foi a ausência de um enfoque interdisciplinar na formação dos psicólogos, a qual voltou-se, de forma generalista, apenas para a construção de saberes pertinentes ao profissional psicólogo em seus campos de atuação específicos. A ausência deste enfoque interdisciplinar na formação fez com que muitos psicólogos desconhecêssem as atribuições de outros trabalhadores que compõem a equipe de referência da política de assistência social, como os próprios assistentes sociais. Foi possível perceber que o desconhecimento da formação em Serviço Social dificultou a inserção do psicólogo em um trabalho interdisciplinar com o assistente social no CRAS.

Na faculdade eu tive estágio em comunidade...que a gente fez em uma comunidade que era próxima à faculdade...que era com crianças pequenas. Era ainda estágio de observação. A professora ia lá fazia o trabalho com as crianças e a gente participava só da observação. Mas nada interdisciplinar, com outras áreas. (Sujeito M – GF2)

Em todos os meus anos de graduação, isso talvez por falha ou por conta da instituição onde eu estudei, que não possui curso de Serviço Social. Olha se foi duas vezes citado o curso de Serviço Social ou o profissional assistente social eu vou estar mentindo...se foi citado duas vezes. Pelo menos eu nem sabia que existia o Serviço Social, o que fazia e que podia trabalhar junto. (Sujeito F – GF2)

Para ser bem sincera, eu fui descobrir no meu estágio que Serviço Social era uma profissão, que tinha um curso de Serviço Social...eu fui descobrir no estágio que eram 04 anos de graduação. (Sujeito G – GF2)

A ausência de discussões interdisciplinares durante a formação em Psicologia e em outras formações de trabalhadores que compõem a política de assistência social, como os assistentes sociais e os pedagogos, favorece que as representações sociais sobre as profissões, na maioria das vezes, equivocadas e simplistas, sejam fortalecidas. Isto culmina, na prática, em encontros profissionais com expectativas distorcidas sobre o saber e atuação de determinadas profissões, como pudemos perceber na fala dos sujeitos da pesquisa, quando se remetem às expectativas dos outros trabalhadores da política de assistência social, especialmente dos CRAS, sobre o papel do psicólogo nessa política pública.

Como podemos observar em alguns dos diálogos estabelecidos nessa pesquisa, na prática, as ciências pouco se comunicam,

Eu fui conhecer o assistente social também quando eu fui trabalhar em Blumenau e a minha chefia imediata do local era uma assistente social...então ali que eu conheci o assistente social e até então eu nunca tinha tido contato com um assistente social. (Sujeito J – GF2)

Quando a gente fala que o assistente social nos vê sob segundo plano ainda... mas eu acho que a nossa visão no início quanto tu conhece o profissional, a profissão (Serviço Social) tu também pensa o que que eu vou fazer junto com ele. Eu acho que a recíproca é verdadeira. Eu, no meu pensamento, principalmente quanto tu pensa né que o trabalho do psicólogo é com psicoterapia, é clínica, é terapia, eu que sou o cara né. O assistente social é... como que o assistente social vai gerir um grupo? O psicólogo é bem mais preparado para isso. (Sujeito I – GF2)

Eu por estar há um pouco mais de tempo aqui e com a abertura do CRAS e por ser o primeiro CRAS também, quando eu cheguei eu me senti uma psicóloga no meio daquele monte de assistente social...aí só se falava no Assistente Social. Tinha vezes que eu até brigava... só se fala assistente social, não se fala psicólogo.

Isso demorou pra se falar. Ia pra reuniões só Assistentes Sociais, nas capacitações falava-se só do Assistente Social, aí aos pouco tá aparecendo o psicólogo, no último ano, nos últimos dois anos, tá aparecendo o psicólogo na nossa secretaria aqui né, porque teve época de se perguntar se tinha psicólogo no CRAS. Primeiro não se sabia nem o que era o CRAS e o que o psicólogo que cuida de doido tá fazendo aqui dentro do CRAS. Hoje já se sabe que tem o psicólogo dentro do CRAS e se sabe o papel, um pouco até, do psicólogo, até de vir demanda só para a Psicologia. Então isso mostra que tão encaminhando de algum lugar, algum local, algum informação e tá se chegando ali. A equipe por ser super, super reduzida é um entrave enorme, até por a gente não conseguir fazer o PAIF, começar o PAIF...começar não porque já existe, mas a maneira como ao menos poderia ser, por sermos só em dois técnicos. Nós temos a pedagoga mas ela acaba não entrando muito na questão do atendimento. E eu acredito assim que um diferencial nosso, por ser o primeiro CRAS, nós temos uma equipe boa de trabalho. Todo mundo fala vocês tem uma boa equipe, é referência. Acho que por estar há mais tempo, pela particularidade de cada profissional dali, então isso assim acaba nos fortalecendo pra continuar mesmo, mas falta muito, muito mesmo. (Sujeito C – GF1)

Nesta perspectiva, a formação interdisciplinar facilitaria uma prática também interdisciplinar, na qual há um espaço de reflexão constante da ação, promotor de um campo de novas idéias a partir de saberes diferenciados, com vista a construir práticas mais assertivas e condizentes à realidade social dada (RODRIGUES, 2011).

Os psicólogos são vistos pelos assistentes sociais que atuam nos CRAS, conforme os dados aqui analisados, como trabalhadores especializados em dinâmicas de grupos e em psicoterapia individual. Compreendem, muitas vezes, que questões subjetivas dos usuários da política de assistência social só podem ser acolhidas pelos psicólogos, dificultando ações realmente interdisciplinares no cotidiano dos CRAS. Ou seja, a formação distanciada do diálogo com outros saberes refrata na prática profissional o distanciamento entre os diferentes saberes e intervenções. Refração essa, que também pode ser observada nas dificuldades encontradas para consolidar a política de assistência social como uma política pública intersetorial.

É pra trabalhar grupo. Essa é a expectativa dos outros profissionais em relação ao psicólogo no CRAS. E às vezes, não sabem também qual é a função exatamente do psicólogo. Mas se é individual, mas não pode atender individual, então tu vai fazer o que (referindo-se ao que os outros profissionais se questionam sobre a atuação do psicólogo no CRAS). Ta então o psicólogo não resolve nada...dá parte pro senso comum, que a idéia que se passa é que o psicólogo vai chegar lá (no CRAS) e encontrar a solução, quando na verdade não depende só de mim, pensar nessa autonomia é toda a preparação que precisa ter da equipe pra acolher, pra propiciar que isso aconteça. Então se não é individual, é grupo..dá fica focado para pensar só no grupo, não tem muito a troca. Eu vejo que assim como no CAPS se procura muito o psiquiatra, ali na assistência vão direto na assistente social. Chegam lá e perguntam 'quem que é tu', 'o psicólogo'...aí causa um estranhamento nos usuários...aí tu faz o acolhimento...aí que eu acho que dá uma abertura. Agora eu vejo que a coordenação já olha e pensa que aí pode ser o caminho também, além do grupo, mas que eles tem como principal foco grupo para os psicólogos. (Sujeito D – GF1)

Eu tive resistência no início porque antes não tinha psicólogo no CRAS, já estava estabelecido (nos documentos normativos), mas ainda não tinha. E aí a assistente social acreditava que ela bastava para o atendimento. Então eu fiquei um tempo assim...e eu também como eu não sabia o que fazer, procurando a literatura e tudo mais, eu fiquei mais na minha. Só que aí começou a aparecer essa palavra psicossocial nos livros e nas referências, bom então se é psicossocial é porque tem que se juntar. Aí aos poucos, eu senti isso, ela nunca demonstrou mas eu sabia que tinha resistência sim, mas ela nunca deixou transparecer, sempre foi uma pessoa até educada para isso. E depois em alguns momentos ela colocou que foi difícil para ela entender o papel aí (do psicólogo no CRAS), sempre trabalhou sozinha e agora tem uma pessoa do lado. Aí em alguns atendimentos no início eu estava aí, mas eu também pouco me colocava. Hoje a gente já tem uma abertura boa, uma cumplicidade, uma empatia entre os profissionais, mas no começo foi difícil. As outras pessoas da equipe assim nunca questionaram, até porque por ela estar aí, a assistente social, desde o início, ela até hoje é vista como o centro do CRAS. Então

se ela faltar... mas agora eu já tô assim me colocando, nos grupos...até esses dias eu chamei ela e disse 'olha eu acredito que nós precisamos fazer um planejamento juntas'...então aos poucos eu fui me colocando...eu fui me forçando também a isso. E até esses dias ela faltou e fiz um atendimento de urgência, um atendimento que foi pesado assim, e depois todo mundo 'nossa, olha'. Não que eles quiseram dizer 'olha ela consegue fazer alguma coisa sozinha', mas 'que bom'. Então tão conseguindo ver que dá para se caminhar sem o assistente social, porque PAIF não é assistente social, PAIF é psicossocial. Benefício é o assistente social... eu também não vejo assim, porque o benefício também a gente tem que ter aquela escuta, mas assim como tá há tantos anos aqui o assistente social, então ainda continua né. Mas a gente faz o atendimento psicossocial, ela libera o benefício, mas eu levanto também, a gente levanta outras demandas também, que resulta também no benefício. Mas assim, hoje eu vejo com bons olhos, vejo que tá melhor, a equipe nunca me desvalorizou, mas hoje eu vejo que eles me valorizam mais. E quando vem os encaminhamentos, as solicitações para atendimento individual, eu faço aquilo que é possível, o encaminhamento que é possível, até porque não tem muito...na área da Psicologia aqui no município, a gente não tem muito pra onde encaminhar. Quando vem o atendimento pra mim, não é com essa perspectiva que tem que dá jeito... não, eu faço o que é possível e eu vejo que as pessoas saem, às vezes não saem com aquilo que elas precisavam ou queriam, mas saem até bem, 'olha foi bom conversar'. Acho que às vezes eles só querem isso né, aquela acolhida, aquela escuta mesmo, e por estar falando com um psicólogo às vezes também tem essa diferença... 'falei com a psicóloga, vou estar melhor'. Então acho que é uma vantagem nossa também essa. E eu tô muito bem dentro da equipe, me sinto bem. Não vou dizer que não podemos crescer, mas acho que pelo tempo também que estamos juntos... é igual um casamento né. (Sujeito C – GF1)

Eu lembrei agora que no início (da atuação no CRAS) era vai ter uma atividade, a equipe dizia 'tu é psicóloga então pensa na dinâmica de grupo'. Agora já não é tanto, mas era como se a dinâmica de grupo fosse prática exclusiva do psicólogo. (Sujeito D – GF1)

Quando eu fui trabalhar na prefeitura...ah, tu vai ter que trabalhar com o assistente social. Eles vêem uma figura única psicólogo e assistente social...já fala assim ó...assistente social/psicólogo. Eles vêem como uma figura única...e eu não me percebia como uma figura única que todo mundo dizia....aquela figura que tava do meu lado era o social....vamos juntar...o psico é meu e o social é teu. Tanto é que a gente não tinha tanta força com a questão do social. Só que daí com o passar do tempo...pera aí...mas isso é social mas eu também posso fazer e às vezes até levando a questão do indivíduo muito junto, aquela coisa do respeito, não só do coletivo, mas do indivíduo também percebendo ali. E é aí que a gente vai começando a trabalhar com o profissional, tentando descobrir um pouco né. Eu pelo menos tive essa grande dificuldade. (Sujeito F – GF2)

Eu quando eu entrei...que nem eu falei que tinha a lista de atendimento...e aí a gente vinha aqui (referindo-se à AMFRI)...e eu até conversei...conversei bastante com as meninas (referindo-se a outras psicólogas que atuavam nos CRAS) para ver como elas faziam, porque eu via uma dificuldade que mesmo que eu não quisesse fazer os atendimentos, elas não sabiam muito o que fazer comigo sabe? Tinha a sala das assistentes sociais e a minha sala era separada com outra psicóloga. Então a gente ia pra lá pra tentar atender com elas (referindo-se às assistentes sociais), mas não dava assim...parecia. Daí a gente ainda não tinha CRAS, não tinha nada. Com a construção do CRAS que daí a gente começou...ah então vamos começar a fazer os programas certinho, ver como é o PAIF. Daí quando a gente se mudou (para o CRAS) eu já consegui mudar eu e a assistente social, a gente fazia os atendimento juntas. Então coincidiu que essa mudança foi bem em uma hora boa. Então hoje eu com ela, eu e a assistente social, a gente trabalha super bem, fazendo as visitas, os relatórios. Só que daí entrou a pedagoga, e eu sempre converso que a gente também tem a dificuldade de inserir ela nisso. Por enquanto eu faço mais com ela os grupos, que daí a assistente social não participa tanto, mas assim, nessas visitas, nesses atendimentos, a gente tem...e até ela mesmo, como pedagoga ela sempre deu aula, tem um pouquinho mais de dificuldade. Eu volta e meia convido ela para ir numa visita junto, mas a gente vê que sempre tem um tempinho de adaptação. (Sujeito H – GF2)

É importante destacar aqui também, que, além das percepções equivocadas dos outros profissionais da política de assistência social sobre a atuação dos psicólogos neste espaço, há um status social simplista e generalista da função do psicólogo que também merece ser ressaltado. Esse status permeia as representações sociais dos usuários da política de assistência social sobre a função do psicólogo e demonstra como o psicólogo ainda se caracteriza no imaginário social como um profissional que busca a normatização social por meio do trabalho com os comportamentos desviantes.

Muitos vêm o CRAS só para benefícios (referindo-se à concessão de benefícios eventuais⁵) e aí vê o assistente social como aquela pessoa que vai dar o benefício. (Sujeito C – GF1)

Pra pedir alguma coisa você não precisa de um psicólogo. (Sujeito B – GF1)

Aí o psicólogo é só pra louco né. Esses dias eu fui fazer uma visita domiciliar e o senhor falou assim pra mim: ‘ah, mas aqui não tem nenhum louco’. Faz três anos que a gente vai lá, tentando conversar com aquele homem e ele nunca estava, aí aquele dia por acaso ele estava em casa e a mulher dormindo. Aí ele disse: ‘ah, mas a gente não precisa de um psicólogo, aqui não tem nenhum louco’. Aí eu fui explicar o que que era e o porquê a gente estava ali, porque era uma determinação judicial, mas ele não gostou muito não e eu fiquei assim um pouco com raiva ali, mas não falei nem nada, mas depois conversei com minha colega, porque há três anos a gente tentando e aí ele vem com esse comentário...aí eu já encaminhei a adolescente para psicoterapia e ela não ia, agora eu sei porque né, porque o pai pensa assim. (Sujeito C – GF1)

⁵ Benefícios eventuais são “aqueles que visam ao pagamento de um auxílio por natalidade ou por morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo”. E, ainda, em seu parágrafo 2º, “poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situação de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e em caso de calamidade pública”. Decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007 – Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1996. Site MDS (www.mds.gov.br). Acesso em: abril de 2013.

Eu vejo que uma expectativa muito grande que vem é das famílias e das escolas que a gente vai resolver os problemas das crianças. 'Ah essa criança não pára quieta, então a gente precisa de alguém aqui para conversar com ela'. Eu acho que a cobrança maior vem da escola e da família dizendo que você precisa conversar com meu filho porque ele está com problema.
(Sujeito B – GF1)

A partir dos relatos dos episódios dos grupos focais acima descritos, cabe aqui nos questionar o quanto a atuação e formação profissional dos psicólogos tem contribuído, ainda, para a construção de uma profissão socialmente identificada com concepções normalizadoras e normatizadoras, enraizadas em perspectivas individualizantes de sujeitos a-históricos.

Retomando a questão da interdisciplinaridade, Calegare e Junior (2012), pesquisando alguns autores que fazem essa discussão, compreendem-na para além do sentido cognitivo. A interdisciplinaridade é vista como ação ético-política que possibilita quebrar a rigidez e o isolamento disciplinar e proporcionar o diálogo entre os diferentes saberes, a fim de permitir a circulação de conceitos e esquemas, fusões e articulações que propiciam novas formas de acesso às realidades, bem como novas respostas a problemas sociais complexos.

Segundo Calegare e Junior (2012):

[...] a atitude interdisciplinar é ação não apenas como categoria, mas como investigação epistemológica (natureza, fonte e validade do conhecimento), ontológica (o que é o ser, em sua essência, e como constrói o conhecimento) e axiológica (o componente valorativo inerente a cada área do saber). É transgressora à medida que questiona as formas estabelecidas e enraizadas da realidade, contextualizada social, econômica e politicamente, sem com isso deixar de agir nesta mesma realidade textual/contextual. (p. 226)

A política de assistência social tem nas suas bases a concepção de interdisciplinaridade, bem como a intersetorialidade, compreendendo que sem o diálogo entre os diferentes saberes e entre as diferentes políticas públicas não há como fazer resistência aos processos de reprodução das desigualdades sociais. Como afirmam Couto, Yazbek, e

Raichelis (2012a), a intersetorialidade da política de assistência social envolve a articulação e o diálogo entre diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns.

A intersetorialidade, assim como a interdisciplinaridade, pressupõe a articulação de saberes e sujeitos que “atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar propostas e estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos impossíveis de serem equacionados de modo isolado” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012a, p. 62).

Neste sentido, compreender a interdisciplinaridade na política de assistência social é compreender que a atuação de diferentes profissionais favorece a identificação multidimensional dos determinantes das questões sociais, contribuindo, em suas especificidades e convergências, para garantir o efetivo acesso aos direitos socioassistenciais da população, por meio de estratégias construídas coletivamente por diferentes profissionais.

No entanto, uma das dificuldades da política de assistência social, apontada pelos sujeitos da pesquisa, foi a ausência de intersetorialidade das diferentes políticas públicas, mesmo dentro dos diferentes programas e serviços ofertados pela política de assistência social.

Acho que outra dificuldade é o entendimento dos outros...da rede do município em relação ao CRAS. A gente até tem tentado conversar bastante...tem psicólogo na educação e na saúde...a gente tem feito reunião mensal com os psicólogos do município, que são poucos, são quatro...daí a gente faz uma reunião mensal para estabelecer e até discutir casos que a gente atende em conjunto. Mas eu vejo que tem alguns setores que não fazem a mínima idéia. E com o Conselho Tutelar a gente tem muita dificuldade, porque a gente faz reunião, explica o que o CRAS faz, mas não adianta, eles encaminham para atendimento psicológico. A gente explica: não, mas aqui a gente não faz, não adianta encaminhar assim. Daí a gente chega na família e a mãe diz: não, mas a conselheira tutelar falou que era o atendimento com a psicóloga...é mas o que a gente faz é o atendimento com a família. Então nisso a gente tem um pouco de dificuldade também...o fato dos outros não entenderem o que a gente faz lá (referindo-se ao CRAS). (Sujeito H – GF2)

O CRAS foi implantado, não teve uma inauguração, não teve nada. Tem pessoas da assistência social que nunca botaram o pé lá dentro, não conhecem o CRAS, a própria assistente social da proteção social especial, que é presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, foi no CRAS meses depois que ele tava funcionando, sendo que é do lado da prefeitura, a algumas quadras da prefeitura. Então não existe articulação, a gente não faz reuniões e isso é uma questão de gestão né. (Sujeito G – GF2)

Na nossa secretaria, a nossa secretária que tá aí eu acho que é a quarta ou a quinta em quatro anos e são pessoas, claro que tem que buscar, fazer as leituras, elas tem as assessorias delas que são assistentes sociais, mas assim isso é entrave porque entra um secretário ou diretor, até que ele se familiarize com aquilo ali, o que é o CRAS, nas capacitações que a gente teve eles foram no primeiro encontro, nos demais não foram, pra saber o mínimo. E outra, não são capacitações assim que nos capacitaram sabe, foram capacitações que a gente pega aí os manuais, os livros, as apostilas aí e vai ler e tranqüilo. A gestão é um entrave para nós aqui por isso: teve várias mudanças, pessoas que às vezes não entendem e aí fica um pouco naquela coisa do assistencialismo e aí hoje a gente bate, às vezes pede reunião. Nós em particular lá temos uma coordenadora que briga junto com a equipe. É uma pessoa que é moradora do bairro, que ta no CRAS desde o começo também, que saiu mas agora retornou. Então assim ela fala assim: 'pessoal, o que elas fizerem, eu assino embaixo'. Não precisa nem ler, então isso nos ajuda também, nas reuniões por aí que ela vai, ela vai divulgar tudo isso, mas ela dá a cara a tapa. Já pediram que ela saísse de algumas reuniões, já pediram para ela se afastar do Conselho, por isso, por lutar pela causa. E a gestão é um entrave talvez na falta de entendimento mesmo do que é. Eu penso assim que o CRAS deveria ser melhor divulgado...a gente até às vezes faz isso assim de divulgar. Nós fomos solicitados pela Secretaria de Educação, aí teve uma tarde com os professores para apresentar o que é o CRAS... até para eles conhecerem, porque as famílias que estão com eles são as famílias são as nossas famílias também, como é da saúde também. Então a gente tem que trocar essas informações. Porque tem gente da gestão, gestão da secretaria, como outras secretarias, como prefeito, que não sabem o que é o CRAS. Ouve falar na televisão 'ah vai no CRAS', mas o que é esse CRAS. Mas

hoje eu vejo que tá um pouco melhor e é por isso que nós temos que ser efetivos mesmos (referindo-se ao concurso público) para efetivar o nosso serviço ali, em quatro, cinco ou quantos mais anos, para a coisa ficar mais sólida. (Sujeito C – GF1)

Outra coisa que também não tem e que eu lembrei que é uma dificuldade é a questão da contra-referência, que se faz o encaminhamento e não se tem retorno se está em acompanhamento, se já foi atendido, se está aguardando. Também daí a rede não funciona. (Sujeito D – GF1)

Essa ausência de intersetorialidade e de interdisciplinaridade presenciada no cotidiano profissional dos sujeitos da pesquisa torna fragmentada as intervenções e o acompanhamento dos usuários da política de assistência social, dificultando o pleno acesso desses os direitos socioassistenciais.

Trata-se, portanto, de agregar diferentes reflexões, ainda no campo da formação científica, capazes de favorecer o aprimoramento técnico e conceitual dos profissionais que compõem a política de assistência social, de forma a contribuir para o fortalecimento da ação interdisciplinar, resguardando as competências e atribuições singulares de cada profissão (CFP/CFESS, 2007).

4.2 DISSONÂNCIAS ENTRE OS DOCUMENTOS NORMATIVOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PRÁTICA DOS PSICÓLOGOS NO CRAS

Impulsionado pela grande abertura de mercado de trabalho para os psicólogos na política de assistência social, bem como pela preocupação em como esses profissionais tem atuado neste espaço, desde 2007, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem produzido documentos orientadores à prática dos psicólogos na política de assistência social, especialmente, na proteção social básica.

Em 2007, duas publicações foram realizadas, uma em parceria com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), denominada “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na política de assistência social” (CFESS/CFP, 2007), e outra, como resultado de uma consulta pública realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), intitulada “Referências Técnicas para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS” (CFP, 2007).

A própria implementação de um Centro de Referência especializado em pesquisas e informações sobre as relações entre a Psicologia e as políticas públicas demonstra a preocupação do Sistema Conselhos em tornar a Psicologia mais próxima das demandas sociais. O CREPOP preocupa-se em pautar a atuação dos psicólogos em compromissos sociais, bem como instrumentalizá-los a atuar nas políticas públicas com informações relevantes para sua prática profissional.

Além dessas normativas que orientam a atuação dos psicólogos nos CRAS, temos, também, aquelas elaboradas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativas à estruturação e funcionamento da política de assistência social. Dessas normativas, podemos citar como relevantes para a atuação do psicólogo no CRAS, a Lei Federal 12.435/2011 (BRASIL, 2011), que institui o Sistema Único de Assistência Social como organizador desta política pública e suas normas operacionais, bem como as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009c) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – volume 1 (BRASIL, 2012a) e volume 2 (BRASIL, 2012b). Essas normativas também oferecem subsídios para o psicólogo compreender os objetivos e as diretrizes da política de assistência social, e construir sua atuação nesta política pública.

Com o intuito de compreender quais as dissonâncias entre as vozes sociais que compõem os documentos orientadores da política de assistência social e as vozes dos sujeitos psicólogos que atuam nesta política pública, emaranhadas ainda nas vozes destes pesquisadores, seguem algumas pontuações e reflexões sobre como estas normativas tem sido apreendidas na prática dos profissionais que atuam nos CRAS. Ademais, procura-se refletir como os conceitos-chave desta política pública que exprimem seus objetivos de ruptura com a reprodução das desigualdades sociais tem dialogado com as ações dos psicólogos nesses espaços.

Em relação aos documentos que buscam normatizar as práticas dos psicólogos na política de assistência social, foi possível perceber durante os diálogos com os sujeitos da pesquisa nos grupos focais que estes aparecem de forma bastante generalista para os psicólogos. Essa generalização, por vezes, gera insegurança nos profissionais que atuam nos CRAS, pois parecem distanciadas das especificidades e das demandas reais dos territórios referenciados por cada CRAS.

Mesmo havendo uma base normativa orientadora para os serviços ofertados nos equipamentos da política de assistência social, persistem

incompreensões quando os sujeitos relatam como esses serviços são organizados e as ações que neles são desenvolvidas. Tal fato nos dá elementos para perceber que a própria regulação da política de assistência social deixa vácuos e/ou que não responde à complexidade das demandas que aparecem no cotidiano dos serviços.

Eu não vejo que os manuais venham com uma rigidez do papel do psicólogo...eu acho que vem muito mais assim lançado e cada um se adequa conforme a sua realidade, mas é a gente que tem que fazer esse movimento de construção. Não tem uma coisa tão clara que a gente possa seguir e isso causa uma certa insegurança também. (Sujeito D – GF1)

Aquele primeiro documento do CFP tem lá específico assim...porque vem com palavras teóricas...aí colocar aquilo na prática que é mais difícil. Ele fala de uma forma geral sobre o CRAS, depois separado o Serviço Social, depois a Psicologia. E eu vejo assim que vem muito teórico...aí a gente tem que tentar colocar aquilo na prática, esmiuçar aquilo e trabalhar. (Sujeito C – GF1)

É possível depreender, a partir do que foi colocado pelos sujeitos da pesquisa, que, nos espaços de atuação na política de assistência social, nesse caso, especialmente no CRAS, prevalece um distanciamento entre as normativas postuladas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Federal de Psicologia sobre esta política pública, e a prática cotidiana dos profissionais.

Para Paiva *et al* (2012), as normativas da política de assistência social tem como função mediar as práticas profissionais nas ações desenvolvidas e as diretrizes e objetivos da política pública. Assim, “essa previsão normativa, longe de ser estática ou destituída de projetos em disputa, denota definições e quesitos que organizam e delimitam estruturas, serviços e orientam as equipes de trabalhadores” (p. 52).

No entanto, o que se percebe a partir dos dados desta pesquisa é que, para os informantes, esse objetivo de mediação das normativas legais da política de assistência social não está sendo efetivo. Há um esforço dos psicólogos na compreensão e materialização das bases regulatórias desta política pública, no entanto, os sujeitos da pesquisa percebem que esta materialização, conforme preconizada nos documentos publicados, ainda se distancia do cotidiano profissional.

Tal fato remete a fatores que podem estar associados à complexidade e à generalidade das informações contidas nos documentos normativos, as quais parecem estar distanciadas da prática cotidiana dos profissionais. Esse distanciamento, muitas vezes, provoca nos trabalhadores da assistência social uma percepção de que desenvolver esta política pública como está posto nos documentos normativos parece “utópico/idealizado”, conforme um dos próprios sujeitos da pesquisa se refere. Percepção justificada pelas precárias condições de trabalho, ou pela ausência de clareza dos órgãos gestores, ou, ainda, por não refletirem os interesses profissionais ou as demandas sociais vivenciadas pelos trabalhadores no contato direto com os usuários da assistência social.

Ao relatarem que as normativas que tratam da política de assistência social parecem distanciadas da prática dos sujeitos desta pesquisa, podemos refletir que os documentos normativos dessa política pública são enunciados a partir de um contexto de enunciação específico, com características sociais, históricas e culturais específicas. Características essas, muitas vezes distanciadas da prática profissional, ou seja, distanciadas dos contextos de enunciação dos sujeitos desta pesquisa.

Para Brait e Melo (2010, p. 68), “a enunciação vai sendo tecida, sempre numa dimensão discursiva, implicada num caráter interativo, social, histórico, cultural (...) ligando-se a enunciações anteriores e a enunciações posteriores, produzindo e fazendo circular discursos”. Ou seja, o discurso só existe e ganha corpo nas relações dialógicas com outros discursos, com outros sujeitos.

Neste sentido, é fato que a produção dos documentos normativos tem destinatários específicos, concretos, assim como responde responsivamente a outros enunciados, da mesma forma como responde às práticas estatais assistencialistas anteriores a esta política pública (ainda presentes), abrindo uma possibilidade de interação discursiva entre sujeitos. No entanto, o que os informantes desta pesquisa relatam é que percebem que esses enunciados presentes nos documentos normativos apresentam-se distanciados dos contextos de enunciação dos trabalhadores dos CRAS, demonstrando dificuldades de dialogar com essas normativas.

Em complementaridade a estes fatores, também podemos destacar que essa dificuldade, verbalizada pelos sujeitos da pesquisa em relação aos documentos normativos desta política pública, pode ser retratada pela manutenção de práticas alicerçadas em procedimentos metodológicos que perpassam a compreensão de um sujeito a-histórico,

não construído a partir das relações sociais e não construtor dessas. Esse olhar para o sujeito, característico da Psicologia Clínica tradicional, pode contribuir para que as normativas sejam subsumidas no emaranhado cotidiano das eventualidades e do atendimento pontual.

Percebe-se, pois, uma necessidade dos psicólogos de que os documentos normativos sejam produtores de técnicas psicológicas que os auxiliem no fazer profissional no CRAS. Essa busca por técnicas pode ocasionar um afastamento da necessidade de compreensão de como esses sujeitos se constituem no emaranhado de suas relações sociais, históricas, políticas e econômicas. Fernandes e Scarcelli (2005) explicitam, a partir de seus estudos sobre as políticas públicas de saúde mental, que há uma tendência de todos os profissionais que atuam neste campo de procurar teorias e técnicas que apresentam soluções imediatas, ocasionando, muitas vezes, uma desvinculação do olhar para como a configuração social atual influencia nos modos de produção de subjetividades.

Assim, essa tendência em considerar os problemas apenas na esfera privada do sujeito, dissociando-o de uma organização social, econômica e política, que produz essa subjetividade, faz com que questões que deveriam ser discutidas em nível de Estado, como possibilidades diferenciadas de organização social e política, sejam remetidas somente ao sujeito e suas relações familiares. Os efeitos deste processo podem encobrir desigualdades e opressões e produzir soluções enganosas e pontuais para questões emaranhadas em uma complexa organização social (FERNANDES; SCARCELLI, 2005).

Foi possível, também, identificar uma preocupação dos psicólogos com a apropriação das normativas legais da política de assistência social, buscando incorporar no cotidiano institucional conceitos introduzidos pela PNAS e pelo SUAS. No entanto, essa apropriação aparece ainda, muitas vezes, com equívocos e com limitados recursos teóricos e conceituais que prejudicam uma apreensão mais qualificada dos objetivos e das diretrizes da política de assistência social.

Para Paiva *et al* (2012), essa preocupação que os profissionais tem demonstrado em apreender disciplinarmente e expressar em suas ações os norteadores da política de assistência social, colocados em suas normativas legais, pode ser considerada um avanço desta política pública. Pois, ao realizar essa apropriação, os profissionais conferem maior unidade e solidez ao desenvolvimento de ações previstas e demonstram esforço para materializar a base regulatória da política de assistência social.

Eu pra mim essa questão das políticas, essa palavra políticas públicas é nova, apesar de já estar há algum tempo ali (referindo-se ao CRAS), mas é nova. E eu trabalho também com uma assistente social, trabalhava com duas assistentes sociais assim...que o Serviço Social traz mais isso né...é a área deles assim né...e eu me preocupava um pouco mais com a questão da Psicologia mesmo. E hoje eu estou só com uma assistente social, que a outra pediu exoneração, e é assim ela tá sempre...a mesa dela é entulhada dos documentos todos, e eu acabei deixando um pouco para ela isso. Só que eu vejo que hoje a gente já discute mais, a gente teve capacitações a respeito do SUAS, de tudo isso. Falta muito ainda, de 0 a 10 eu estou aí no 1 ou 2, e ela já está um pouco mais até porque já está há mais tempo na assistência e vem do Serviço Social. Então a gente discute a respeito das políticas sim, da política de assistência, e eu consigo sugar dela...aí já não preciso nem ler muito, eu já consigo tirar dela o que traz ali na teoria. E ela é uma pessoa que não tem nada de assistencialista, ela tem a perspectiva de empoderamento, de direitos e deveres, de todas essas coisas que eu também acredito, então a gente consegue ter uma parceria boa de trabalho por isso. E aos poucos então eu tô tentando entender políticas públicas. O ano que vem vai ter as conferências aqui no município, a conferência municipal e todo aquele caminho. E aos poucos eu vou tentando entender um pouco isso daí. O SUAS realmente também é novo, a lei, toda essa lei, e enquanto psicóloga eu acredito que a gente também não tenha que ver o assistencialismo, a gente tem que tentar colocar o usuário aí como um sujeito realmente de direito e deveres. É isso que a minha colega (referindo-se ao assistente social) sempre fala ele é um sujeito de direitos. E a partir do momento que a gente consegue ver isso, quando o profissional vê isso, é diferente a nossa atuação. E eu particularmente consigo ver isso, então não vou dizer...não é assim né...a gente olha ali e consegue ver...não é o trabalho, é o acompanhamento da família dentro do PAIF, que é o programa. A gente tá engatinhando nisso sabe? A gente tem se reunido uma vez ao mês, os outros CRAS também, para falar a mesma língua, pra tentar trabalhar os mesmo documentos, documentos assim formulário, documentos internos. Aí aos poucos um vai colaborando com o outro, e acredito que esse grupo se continuar no próximo ano, a gente possa ter um espaço para estudar mesmo. A gente já tentou dentro do CRAS

também, uma proposta de uma vez ao mês parar uma manhã para estudar, pra ler os documentos juntos, que aí a gente vai ter tempo e vai discutir, porque se não for assim a gente não consegue. Eu particularmente não consigo, passo a semana toda trabalhando e mais as outras coisas que a gente tem. E se eu for escolher o que é para mim ler, eu vou escolher ler coisas de Psicologia. (Sujeito C – GF1)

Tem profissionais que entram nos serviços e não se preocupam em entender o todo, entender a rede. Às vezes eles não entendem nem como funciona o SUAS, vão entender como funcionam as outras políticas públicas? Nem se interessam por isso. Então, obrigatoriamente neste percurso a gente teve que entender toda a política de assistência social para poder encontrar o nosso papel aí dentro. (Sujeito G – GF2)

O que se percebe é que esta apropriação dos conceitos e diretrizes que norteiam a política de assistência social ainda é incipiente entre os sujeitos pesquisados. Além disso, a compreensão se dá em um nível de regulação legal, enquanto normativa que deve ser seguida, sem, no entanto, compreender quais os sentidos éticos e políticos consolidados por esta política pública. Para Yamamoto e Oliveira (2010, p. 22), “traduzir tais princípios, tão genéricos, em ações psicológicas é explorar terreno inóspito”.

Nesta situação, podemos perceber que os informantes da pesquisa percebem, por vezes, os documentos normativos como forças centrípetas em uma tentativa de monologização das relações discursivas. Ou seja, percebem os documentos normativos como certa imposição prescritiva do que deve ou não ser feito na política de assistência social, não conseguindo estabelecer uma heterogeneidade discursiva com esses documentos.

Conforme explicita Faraco (2009), as relações discursivas, enquanto vozes sociais que respondem ao que já foi dito e abrem possibilidades para os mais diversos novos enunciados, podem ser compreendidas como um espaço de luta entre as diversas vozes sociais que as compõem. Vozes essas, que agem tanto na tentativa de buscar um consenso, uma centralidade verboaxiológica, por meio de forças centrípetas, quanto na tentativa de corroer essas tendências centralizadoras, por meio de forças centrífugas.

Há um tensionamento constante entre o que é permitido e vedado pelas normativas legais da política de assistência social na atuação dos

psicólogos e o que realmente é concretizado no cotidiano profissional. Percebe-se certa idealização nos princípios e diretrizes que consolidam o funcionamento da política de assistência social, as quais se afastam das condições precárias de funcionamento dos CRAS relatadas pelos sujeitos, bem como das especificidades dos territórios referenciados pelos diferentes equipamentos. Tal idealização tem provocado nos psicólogos, sujeitos desta pesquisa, sentimentos de insegurança no seu fazer profissional, por acreditarem que estejam distantes daquilo que é idealizado, ou por perceberem que realmente existe esse distanciamento entre o idealizado e o real.

Eu vejo os documentos normativos como um norteador... eu procuro não me prender, até porque a realidade é muito diferente. A gente não tem claro... nem aquela equipe, eu não vou me prender naquilo, eu vou fazer o que é possível, dentro das condições. (Sujeito G – GF2)

A gente tenta não desviar dos objetivos da política de assistência social, mas faz o que é possível. (Sujeito H – GF2)

Sabe quando mudou talvez aí no CRAS, vou te dar um exemplo nosso, quando a gente parou de reclamar: 'ah, essa equipe... é falta de RH'. Vamos fazer o que dá pra gente fazer. 'Ah, porque não tem não sei o quê'. Então nunca vamos ter, porque as coisas são colocadas num ideal. Então não... não é assim ideal. Por isso eu acho importante a tua pesquisa porque vai mostrar realmente a realidade... não a realidade que talvez esteja meio longe da prática. (Sujeito F – GF2)

Pode-se questionar, neste momento, se esse vazio produzido entre o ideal da política de assistência social e o cotidiano profissional nessa política pública não é o retrato de frágeis mediações entre os princípios e diretrizes da política e os profissionais que a executam. Elaborar e viabilizar tais mediações, parecem-nos que seriam atribuições dos gestores da política de assistência social. Todavia, percebe-se uma incompreensão ainda maior dos gestores em relação a essa política pública, os quais, por vezes, mantêm ranços históricos na assistência social, com práticas assistencialistas e tuteladoras para com os usuários, como podemos ver na fala abaixo de um dos informantes desta pesquisa.

Aqui no município onde atuo, na nossa secretaria, a nossa secretária ali acho que é a quarta, a quarta ou a quinta em quatro anos. E são pessoas que, claro né, também tem que se buscar fazer as leituras... elas tem as assessorias delas, que são assistentes sociais que estão assessorando né, mas assim ó, isso é um entrave porque entra um secretário, um diretor, até que ele se familiarize com aquilo ali...o que que é o CRAS...nas capacitações que a gente teve eles foram apenas no primeiro encontro, nos demais não foram...pra saber o mínimo. E outra, são só capacitações assim que a gente pega ali os manuais, as apostilas e vai ler, tranqüilo né. Mas então a gestão é um entrave aqui para nós por isso... teve várias mudanças...pessoas que às vezes não entendem e aí ficam um pouco na visão do assistencialismo. (Sujeito C – GF1)

Como visto acima, existe o engajamento dos profissionais na busca de um discurso uniforme e coincidente com as diretrizes e objetivos da política de assistência social, porém, a concretização desse discurso na prática profissional ainda encontra-se distanciada da realidade dos sujeitos desta pesquisa. Para tanto, devem ser criadas estratégias de mediação e condições objetivas para a efetivação do discurso sobre essa política pública, por meio do fortalecimento e da qualificação da gestão na assistência social, e de uma política de capacitação, que, segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2012b, p. 286) “permita fazer o trânsito entre o que já é conhecido e as novas aquisições que o sistema (SUAS) está a exigir”.

Outro fato que merece destaque nessas análises é a utilização, por alguns sujeitos da pesquisa, dos documentos normativos da política publicados pelo MDS e pelos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social como referenciais teórico-metodológicos balizadores da atuação dos psicólogos nos CRAS. Há uma busca constante nessas normativas sobre o fazer psicológico, sobre técnicas e metodologias que poderiam ser utilizadas por estes profissionais nos CRAS. Essa análise nos faz questionar se a Psicologia ainda vive um momento em que se define pelas técnicas utilizadas e não pela compreensão que ela tem da constituição de sujeitos históricos e sociais, enquanto ciência.

Reis e Guareschi (2010) analisam que a construção do conhecimento da Psicologia, bem como a formação em Psicologia, tem se efetivado, na maioria das vezes, por um olhar tecnicista. A utilização de instrumentos e técnicas que possam apresentar respostas corretas e precisas, sem a preocupação de refletir e compreender o que embasa tais

práticas, e como estas interagem no cotidiano dos sujeitos, tem constituído, muitas vezes, o aprendizado em Psicologia.

O que eu tive em Psicologia Social não que não tenha contribuído para minha atuação, mas eu não me remeto aquilo. Quando eu entrei no CRAS aí eu fui buscar, já que eu tava na área social, eu falei: vou ter que ver alguma coisa. Mas não me contribuiu assim (referindo-se à disciplina de Psicologia Social), pelo menos os livros que eu tinha, alguns textos assim, não. Aí eu fui procurar o que já tinha, que a gente tinha aqueles parâmetros né, as publicações do CREPOP, que quando eu entrei no CRAS só tinha uma, hoje já tem mais né. Aí da Psicologia Comunitária a gente tinha uma apostila, aí eu falei: vou lá ler aquela apostila. Muita pouca coisa assim né. Acredito que também poderia se buscar na questão de grupos, de trabalhar em grupos, mas assim, eu sei que eu tenho que estar buscando sempre isso. Eu tento, mas não dá tempo. As publicações do MDS tô assim até me corrigindo, me policiando mesmo para ler mais. Também as publicações estão sempre sendo renovadas e até acho que é por essas pesquisas, tão melhorando mais. Não vejo assim, no pouco que eu vi até agora, coisas realmente do psicólogo, vem de uma forma geral e a gente tem que tentar colocar no dia a dia. Tenta seguir um critério e depois cada área vai tentando se ajustar, pra depois atender em conjunto né. Mas to conseguindo levar. Acredito assim que tenho que procurar muito mais, estudar muito mais. Eu sempre coloco: ah, eu tenho que ler mais sobre a Psicologia. Tenho que ler...tenho que ler, porque não dá para parar mais. (Sujeito C – GF1)

Lane (2009), ao fazer uma análise da história da Psicologia Comunitária no Brasil, percebeu que em muitos movimentos desta área de conhecimento e deste campo de atuação da Psicologia há uma,

Visão ainda fragmentada do indivíduo: aprendizagem, educação é um processo, terapia é outro, conscientização é outro ainda. (...) As diferentes idéias são discutidas em torno das técnicas ao invés de considerarem a natureza do psiquismo humano e a natureza do indivíduo que interage com os outros (LANE, 2009, p. 23).

Atuar na proteção social básica tem exigido dos psicólogos a criação de outros conhecimentos e mudanças de posturas profissionais marcadas, historicamente, pela noção de “sujeito psicológico”, e de direcionamentos para a intervenção psicológica no sofrimento psíquico, como forma de ajustamento social. É necessário ir além da adequação de um conhecimento teórico-técnico, procurando consolidar uma atuação da Psicologia que associe posicionamento político e crítico, com procedimentos teóricos e metodológicos que realmente se aproximem das demandas desta política pública (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Ainda neste sentido, Cruz e Guareschi (2009) pontuam que a atuação em políticas públicas requer pensar a partir do lugar do usuário e não apenas reproduzir conhecimentos ou aprender técnicas. Essa atuação precisa estar implicada na discussão de novos temas, pouco abordados durante a formação acadêmica em Psicologia, como, assistência social, direitos humanos, cidadania, movimentos sociais e controle social, a fim de que se fortaleçam novos olhares e práticas profissionais cada vez mais próximas das demandas sociais.

Para alguns sujeitos, além das normativas legais servirem de balizadores para a atuação no CRAS, também contribuíram para desmistificar representações sociais que os outros profissionais que atuam neste equipamento tinham do fazer dos psicólogos.

Eu acho que falar que não se pode fazer psicoterapia nos CRAS é uma boa, até porque pro trabalho no CRAS não tem como fazer psicoterapia né. Foi bom para outros profissionais conhecerem que o psicólogo não é apenas psicoterapia, que faz atendimento clínico, que resolve o problema daquela pessoa ali pontual e deu. (Sujeito I – GF2)

Na verdade eu acho que as regulamentações da política de assistência social são um apoio, porque isso ajuda aos outros profissionais que queriam que a gente fizesse psicoterapia no CRAS a compreenderem o papel do psicólogo. (Sujeito G – GF2)

A formação da prática psicológica fundamentada em perspectivas teórico-metodológicas da clínica tradicional ainda é muito consolidada no imaginário social. Em virtude disso, Psicologia e psicoterapia acabam quase por se tornar sinônimos no olhar social para a Psicologia, o que resulta, muitas vezes, em uma demanda provocada pelos outros profissionais que compõem a equipe interdisciplinar do

CRAS, pelos gestores e pelos próprios usuários, para que os psicólogos que atuam neste equipamento tenham uma intervenção psicoterapêutica neste espaço de atuação.

Como podemos observar nos diálogos com os sujeitos pesquisados, ao adentrar no campo da política de assistência social, os psicólogos eram demandados a realizar psicoterapia individual no CRAS. Essa demanda partia dos próprios gestores desta política pública, bem como de outros profissionais que atuavam neste espaço. Fato esse que corrobora a discussão referendada acima de que há uma limitação de compreender a Psicologia a partir da lógica organicista e de demandas de “cura” para o sofrimento psíquico dos sujeitos.

Quando eu entrei no concurso público, já tinha assim: ‘essa é a tua lista de espera de atendimento individual’. E eu comecei a atender então... e atendia seguido assim. Daqui a pouco na primeira reunião que eu fui na AMFRI, eu escutei que psicólogo não fazia atendimento individual no CRAS. (Sujeito H – GF2)

Quando eu comecei a trabalhar na secretaria de assistência social e fazia a proteção social especial, era solicitado que o psicólogo fizesse psicoterapia individual. (Sujeito I – GF2)

Neste sentido, os documentos orientadores produzidos pelo CFP e CFESS, bem como pelo MDS, foram importantes para ampliar a compreensão das possibilidades de atuação dos psicólogos na política de assistência social. Atuação essa, fundamentada em princípios teóricos que vão além de um olhar para o sofrimento psíquico do sujeito, mas para as relações sociais que constituem esse sujeito e produzem subjetividades, a partir de experiências de desigualdade e exclusão social. Olhar que perpassa as relações comunitárias e não apenas o indivíduo. E, neste sentido, as normativas são claras em estabelecer que o CRAS não é um espaço para intervenções que condizem com a psicoterapia clínica tradicional.

Todavia, ao deixar explícito nas normativas legais que o CRAS não é espaço para desenvolver ações voltadas à psicoterapia individual, percebemos que os psicólogos, muitas vezes, não conseguem delimitar outras possibilidades de atuação nesse equipamento e acabam atendendo demandas pontuais e localizadas.

O documento de referências técnicas do trabalho do psicólogo no CRAS elaborado pelo CFP (2007) aponta que:

Em se tratando do trabalho do psicólogo, que, conforme sugerido alhures, deve enfatizar a relação da pessoa com os seus contextos, atentar para a prevenção de situações de risco e contribuir para o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas, este profissional deve pautar sua atuação pelos marcos normativos da assistência social, como o Guia de Orientação Técnica – SUAS N° 1, que versa sobre as diretrizes metodológicas para o trabalho com famílias e indivíduos, bem como sobre os serviços e ações do PAIF ofertados pela equipe de profissionais do CRAS. Portanto, no caso de identificação de demandas que requeiram ações e serviços não previstos nestes aparatos normativos, como, por exemplo, o acompanhamento clínico de natureza psicoterapêutica, o profissional de Psicologia deve acessar outros pontos da rede de serviços públicos existentes no seu território de abrangência ou no plano municipal, com vistas à efetivação dos direitos dos usuários a serviços de qualidade e à devida organização das ações promovidas pelas políticas públicas de seguridade social (CFP, 2007, p. 23-24).

Podemos perceber que existe uma tentativa de apropriação das orientações desses aparatos normativos pelos psicólogos desta pesquisa. No entanto, o que se percebe nos diálogos de alguns deles é uma clara dificuldade de romper com a perspectiva clínica tradicional, gerando tensões e insegurança no fazer profissional dos psicólogos no CRAS. Por vezes, o que se percebe é que os referenciais da psicoterapia aparecem no discurso dos psicólogos apenas com uma nova roupagem, em conceitos trazidos pelos próprios documentos normativos, como “acolhida, entrevista, apoio psicológico”. Nas próprias normativas legais e nos documentos orientadores pode-se perceber que também há incoerências no que se prescreve como atuação do psicólogo na política de assistência social. O que se percebe é que os referenciais que norteiam as práticas são prioritariamente clínicos e que muito pouco se sabe e se é dito ou escrito nos documentos normativos sobre ações com comunidades.

Não trabalhando a psicoterapia (no CRAS) as outras coisas a gente vai tentando fazer, o apoio, o aconselhamento, a escuta, até usar um pouco da própria especialização clínica que eu fiz agora...porque me faltava isso, porque são tantas abordagens que a gente tem na faculdade de Psicologia, e eu queria ter um caminho, um norte, aí eu fiz Psicologia Cognitiva, e nos atendimentos (no CRAS) eu tento buscar alguma coisa disso...isso assim interno né, em mim, pra mim poder resolver algumas questões ali, que também me ajuda, mas eu não posso ficar só nisso, porque não é Psicologia Clínica. Então é isso que a gente tem que cuidar. Então não fazendo psicoterapia as outras técnicas da Psicologia a gente acaba usando. (Sujeito C – GF1)

Aproximando-se dos pressupostos Bakhtinianos, verificamos nas relações dialógicas tensões e dissonâncias entre uma produção discursiva nos documentos normativos que tende à monologia, à centralização e à padronização da atuação dos profissionais na política de assistência social, e entre as diversas vozes dos sujeitos psicólogos que, com posturas axiológicas no plano de alteridade, procuram dialogar com esse movimento de normatização. Assim, pautados pelos seus contextos de enunciação (vivência cotidiana das demandas e das condições de trabalho no CRAS, por exemplo) os psicólogos, nas relações dialógicas entre as diversas vozes sociais que permeiam sua atuação no CRAS, criam vozes responsivas às vozes que procuram tornar esta atuação normatizada.

Essas vozes responsivas, ao tempo que refratam aquilo que está posto nos documentos normativos, criando outras interpretações e valorações diferentes a estes, refletem algumas posturas históricas da Psicologia enquanto ciência normalizadora e tecnicista, manifestando tensões e contradições nessas vozes sociais produzidas no diálogo com os documentos normativos e com a formação em Psicologia.

Faraco (2009), ao discutir os conceitos do Círculo de Bakhtin, aponta que as vozes sociais fazem parte de uma cadeia de responsividade, onde “os enunciados, ao mesmo tempo que respondem ao já dito, provocam continuamente as mais diversas respostas” (p. 58). Assim, o processo dialógico é concebido como inesgotável, pois há sempre movimentos de lutas e resistências contra as produções discursivas que tendem à centralização, ou seja, nos pressupostos do Círculo, nunca há “uma síntese definitiva das contradições” (FARACO, 2009, p. 70).

Neste momento, passaremos a analisar como os principais conceitos que estruturam a política de assistência social, a partir de seu aparato normativo, tem sido compreendidos, e como os psicólogos que atuam nos CRAS tem dialogado com esses conceitos. Dentre os principais conceitos estruturantes da política de assistência social, serão analisados três deles – a matricialidade sociofamiliar, o território e a participação popular.

4.2.1 Sobre o conceito de matricialidade sociofamiliar

A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005b) estabelece que:

A matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de assistência social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de assistência social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2005b, p.41).

Segundo as normativas legais da política de assistência social, as relações familiares e sociais encontram-se, muitas vezes, fragilizadas em função da situação de vulnerabilidade e exclusão social, tornando-se foco de intervenção e acompanhamento pelos profissionais que compõem esta política pública, no intuito de fortalecer essas relações, viabilizar as necessidades sociais dos que compõem essas relações familiares e incentivar a emancipação social.

Isto posto, o primeiro cuidado que devemos tomar ao considerar as famílias em condições de vulnerabilidade e/ou risco sociais e, portanto, foco de intervenção dos profissionais que atuam na política de assistência social, é para a produção e subjetivação desta família enquanto vulnerável. Se considerarmos que as condições de vulnerabilidade são produzidas pelas relações familiares, retrocedemos na política de assistência social no sentido de olhar novamente para o

“necessitado”, descontextualizado das conjunturas estruturais que produzem a condição de vulnerabilidade. Esse cuidado pode ser verificado na voz de um dos sujeitos da pesquisa, conforme demonstrado abaixo, que se preocupa com a postura estigmatizadora que os profissionais podem ter ao avaliar os usuários/famílias que acessam a política de assistência social como “vulneráveis”.

Para a política são as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Mas é complicado você dizer sobre a vulnerabilidade, porque daí entra a nossa visão de vulnerabilidade...será que eles (referindo-se aos usuários da política de assistência social) se percebem em uma situação de vulnerabilidade? Eu que digo que ele é vulnerável? Ta sempre nessa linha tênue aí...que a gente fica se policiando. (Sujeito G – GF2)

Assim, para Lino (2010), a família em situação de vulnerabilidade social deve ser considerada como produção de um contexto econômico e político ampliado, pautado em políticas de mercado, as quais interferem nas políticas de inclusão. Esse olhar ampliado para as condições macro que produzem as “famílias vulneráveis” evita que as intervenções que os profissionais tenham com essas famílias na política de assistência social sejam coercitivas, higienistas e estigmatizadoras da condição de pobreza.

O cuidado de não tornar o conceito de vulnerabilidade em mais uma característica estigmatizadora das famílias, sobretudo das famílias pobres, é o de não trazer normas jurídicas ou regulamentadoras que ocultem as potencialidades familiares, com suas diferentes formas de organização, em favor de uma normatização, como acontecia (ou ainda acontece) com o conceito de ‘famílias desestruturadas’. Para Fonseca (2005), é importante considerar que as demandas que cada família apresenta às políticas públicas se modificam de acordo com suas condições concretas de vida e que, portanto, não podem ser tomadas como representações normativas de uma sociedade, ou da própria constituição da política pública.

A ampliação dos conceitos de vulnerabilidade social na política de assistência social, para além da pobreza, foi importante para definir os usuários desta política pública, bem como possibilitar a intervenção de maneira preventiva, de forma a reduzir incidências de violações de direitos. Ao mesmo tempo, ao ampliar as vulnerabilidades sociais presentes nas relações familiares, precisamos ter o cuidado de não tomá-las como produtoras de identidades.

Fonseca (2005) ainda pontua que, atualmente, no Brasil, grande parte da literatura crítica que trata da desigualdade social no País, “lamenta a pobreza das análises sobre grupos populares, ignorando qualquer positividade nas formas de sociabilidade destes grupos, descrevendo suas práticas e maneiras de pensar o mundo em termos absolutamente negativos, de falta, de carência” (p. 58).

Contrariamente ao que está posto por grande parte da literatura crítica, conforme apontado acima, o conceito de vulnerabilidade não deve ser tratado pelos trabalhadores da política de assistência social como condição estigmatizante de seus usuários. Esses sujeitos de direitos devem ser olhados não a partir de suas carências, mas a partir de seus modos de vida singulares, potencializadores e criativos, diante de circunstâncias econômicas e políticas na maioria das vezes desfavoráveis.

A política de assistência social coloca sua centralidade nas relações familiares por compreender que a família é a principal mediadora na relação entre sujeitos e sociedade. No entanto, essa centralidade requer cuidado para que não se reproduzam práticas conservadoras e moralistas no trato com a família, para que não se ampliem as pressões sobre as responsabilizações que a família deva assumir no processo de empoderamento social (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012a).

É nesse sentido que Mello e Patto (2008) também chamam a atenção para o quanto a atuação dos psicólogos nas políticas públicas, com intervenções nos diferentes arranjos familiares, deve ter o cuidado de não estigmatizar e justificar desigualdades sociais, reduzindo-as a deficiências individuais, neste caso, familiares. Para elas:

Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado do que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta, e sem a consciência da imensa responsabilidade dessas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais das pessoas e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida. Um psicólogo que não adquirir a capacidade de pensar o próprio pensamento da ciência que pratica, ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz, certamente somará, insciente, com o preconceito delirante, a

opressão, o genocídio e a tortura (MELLO; PATTO, 2008, p. 594).

O que se percebe nos dados coletados durante a pesquisa é que apesar de haver uma compreensão da família para além das relações individuais dos membros que a compõem e de modelos idealizados, ainda existe uma dificuldade de envolver todas essas relações, a partir de uma perspectiva que se diferencia daquela anteriormente colocada como “necessitado”, no acompanhamento familiar realizado no CRAS.

Essa dificuldade, demonstrada nas falas abaixo, acaba por trazer uma sobrecarga de responsabilidades para as mulheres, colocando-as em uma perspectiva de mantenedoras e organizadoras destas relações familiares. O que acontece é que por vezes a “família” expressa pela política de assistência social como seu foco de articulação se reduz às mulheres, tornado-as responsáveis pelas medidas e encaminhamentos da política pública, “numa transposição análoga aos papéis estigmatizados pelo patriarcalismo, no qual as tarefas de proteção e cuidado seguem exclusivamente femininas” (PAIVA *et al*, 2012, p. 66).

Esse cuidado de não tornar a família (neste caso expressa pelas mulheres) responsável pelo enfrentamento das desigualdades sociais e de seu processo de pauperização, desvinculando-os de processos sociais e econômicos mais amplos, deve ser prerrogativa na atuação dos profissionais na política de assistência social. Para Couto, Yazbek e Raichelis (2012a):

A ambiência pós-moderna que caracteriza o capitalismo neoliberal na cena contemporânea alimenta a tendência de deslocamento dos conflitos e contradições que tem fortes raízes societárias, como os de classe, gênero ou etnia, para âmbitos privados da esfera doméstica, das relações familiares e comunitárias (p. 77).

Conforme as informações prestadas pelos sujeitos desta pesquisa, temos que o acompanhamento familiar realizado nos CRAS tem alcançado, primordialmente, as mulheres dessas famílias e que, muitas vezes, esses atendimentos ainda ocorrem de forma individualizada, sobrecarregando-as em demandas de mudanças que envolvem, além dos outros sujeitos que mantêm relações familiares e comunitárias com estas mulheres, algumas estruturas políticas e sociais.

A matricialidade sociofamiliar não sei se tem a ver alguma coisa com a composição familiar, não sei. Se for eu vejo assim a composição familiar hoje, a mulher em primeiro lugar sempre, a frente de tudo. Nos nossos atendimentos, eu vou falar nossos porque eu sei que a minha colega também sente isso, da mulher entrar para o atendimento e às vezes o companheiro ficar lá fora esperando, e depois ela não leva aquilo que foram buscar, na questão do benefício, e ainda acaba sofrendo alguma violência né. Então a mulher tá sempre a frente de tudo né. E na família também a mulher é muito cobrada por isso, cobrada um pouco por nós no bom sentido, que o contato é sempre com ela, cobrada pelas outras políticas, pela saúde, pela educação. Então eu acredito assim, a gente tem que trabalhar a família, tem dentro do CRAS, mas eu acredito que é muito mais então a mãe né, por ser mãe, por ser mulher. Eu como mulher me vejo assim né, em tanto papel familiar, principalmente essas mulheres em vulnerabilidade. (Sujeito C – GF1)

A questão da matricialidade familiar, lá vai muita mulher, mas a gente sabe que a proposta é trazer a família. Não acontece nenhum grupo com adolescentes, a gente até fez um momento pra trazer os homens, os companheiros dessas mulheres,mas não houve sucesso em nenhum momento...um ou outro vai lá, mas a gente não consegue fazer um resgate pra família estar ali né. É 99% mulheres mesmo. (Sujeito D – GF1)

A questão das famílias, eu acho que deve ser uma cultura de todos (os CRAS), a mulher é quem acaba tomando a frente, talvez porque é a que tem que ficar em casa, tomando conta das crianças, tomando conta da casa e fazendo faxina na casa de uma e lavando roupa pra outra, enquanto o marido sai para o trabalho registrado e tudo mais. Então ela é quem tem tido esse tempo pra vir até nós...ela que toma a frente no único grupo que a gente tem que é do benefício eventual, que é o nosso cartão social. A maioria da participação é das mulheres e a gente hoje tá pensando que pra trazer as mulheres pro CRAS, a gente vai ter que trazer as crianças também, porque elas ficam em casa com as crianças e quando elas virem, as crianças ficam com quem? Mas a gente não tem pedagogo, nem educador social no CRAS, então a gente ainda não tá conseguindo fazer essa logística. (Sujeito E – GF1)

O cuidado ao se tomar a família como centro organizador das ações da política de assistência social é que as medidas, ao invés de se tornarem protetivas às famílias, possam vir a se tornar sobrecarga para essas famílias, exigindo que essas assumam novas responsabilidades diante do Estado e da sociedade (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012a).

Todavia, ao dialogar sobre o acompanhamento familiar e a matricialidade sociofamiliar nos grupos focais, percebe-se que há uma melhor compreensão de como se constituem as relações familiares, porém não há clareza do porquê essas relações familiares são foco de intervenção da política de assistência social com o principal objetivo de transformação social que tem esta política pública. Os próprios documentos normativos demonstram-se deficientes e inequívocos nestas conexões, existindo um vácuo que gera compreensões inconsistentes sobre a relevância de centrar a intervenção da política de assistência social na família e o alcance do principal objetivo desta política pública, que é o enfrentamento às desigualdades e vulnerabilidades sociais.

O espaço privado e santificado da família, fruto do capitalismo, mais uma vez aparece na política de assistência social, por meio de seus aparatos normativos, como *locus* primordial de acompanhamento e trabalho dos profissionais que compõem essa política pública. No intuito de centrar a política de assistência social na família, os documentos normativos deixam os objetivos da política de assistência social incoerentes e inconsistentes, fato este que se reflete nas práticas profissionais implementadas nos equipamentos dessa política pública, as quais tem como foco o acompanhamento familiar, mas perdem de vista o seu objetivo primordial que é o enfrentamento dos intrincados e contraditórios processos de reprodução das desigualdades sociais e de pauperização.

Nesse sentido, o trabalho na política de assistência social, ao retirar o foco do “indivíduo necessitado” e se voltar para as relações familiares, pode estar repetindo o mesmo engano se particulariza cada família como um universo único, destituído de identidade coletiva e de universalidade. Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2012a), trabalhar as particularidades das famílias só tem sentido na política de assistência social se for com o intuito de fazer com que elas se percebam como um coletivo, que tem suas necessidades sociais básicas negadas em virtude de um projeto societário e econômico, contra o qual deve se fortalecer para movimentos de disputa e resistência.

Portanto, apesar dos documentos normativos colocarem a família como centro orientador das intervenções na política de assistência

social, é preciso compreender que essas famílias estão entrelaçadas a condicionantes conjunturais e estruturais e, portanto, devem ser priorizadas as formas de atendimento coletivo nesta política pública, com vistas a processos emancipatórios.

Para Paiva *et al* (2012):

(...) reconhecer a importância da família como esfera privada das relações sociais, e talvez por isso matriz da proteção socioassistencial básica, não é pretexto para sua supervalorização ou entificação, ou seja, sua pseudo-afirmação como sujeito, vez que efetivamente isto é uma impossibilidade. Tal percurso equívoco, além de encobrir as contradições do processo de pauperização, tem submetido às famílias sujeitos de direitos da assistência social a uma solitária e contraditória condição de protagonista social, cuja proteção de seus membros deve ser assegurada, sob auspícios dos serviços socioassistenciais. Mas não só proteção, sobretudo cabe a este fantasmático ente a tarefa de sair da pobreza. (PAIVA *et al*, 2012, p. 64)

É claro, nos diálogos entre os sujeitos pesquisados, que o acompanhamento familiar não deve ser utilizado como um instrumento coercitivo para as famílias, de forma a culpabilizá-las por situações de pobreza que vivenciam, ou pela falta de cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, por exemplo. Os sujeitos da pesquisa compreendem que o acompanhamento familiar tem como foco a garantia de direitos dos usuários e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Todavia, em virtude das condições precárias de trabalho dos psicólogos, principalmente, as relacionadas aos recursos humanos insuficientes nos CRAS, o acompanhamento familiar tem sido pouco efetivado pelos profissionais que atuam nesses equipamentos.

A partir do momento que se definem os serviços, os objetivos, que a gente tem um norte mais claro, fica mais claro o que eu tenho que fazer (enquanto psicólogo)...não é só assistente social.
(Sujeito G – GF2)

Quando você faz o planejamento para trabalhar com as famílias, para você pode tirar de alguma forma, não tirar, mas fazer com que ela não precise mais daquele benefício, que é a bengalhinha dela né, tá ali com aquele cartãozinho. Quando você começa a acompanhar e mostrar outros caminhos para ela, de mercado de trabalho, de educação, de saúde, de auto-estima né, dela realmente ser protagonista da história dela, você vê...mas tá difícil. Mas a gente está partindo para isso agora...esse ano eu realmente tô vendo uma pegada geral boa...o que nos faltam são subsídios de quem tá gerindo, dos gestores, do equipamento que não condiz com as ações que a gente tem em mente, que pensa em fazer, e não ajuda muito isso aí. São muitos fatores que emperra. (Sujeito J – GF2).

Eu percebo que tenho contribuído nessa viabilização deles...e acabo acompanhando mais isso muito mais naquelas mulheres que estão ali inseridas nos cursos do PRONATEC, que só pelo fato de estarem aí, buscando uma autonomia financeira, mas que estão tendo que bancar muita coisa em casa e, às vezes, é uma conversa, que não é nem um atendimento individual, mas é uma escuta que aconteça aí, que tu faz...ela já vem contando novidades e eu acho que isso é gratificante. Não vai mudar...a gente não consegue atingir muitos, mas são poucos que estão lá e é isso que motiva né...essa possibilidade de eles se viabilizarem, de não ficarem vinculados a um benefício, de terem essa autonomia...eu acabo vendo muito mais agora na questão desses cursos profissionalizantes...elas se sentem super empoderadas por pensar já em uma profissão, que não ficar em casa cozinhando ou responsável unicamente pela educação dos filhos...percebendo que elas são outras coisas além disso né. (Sujeito D – GF1)

Mas é preciso destacar aqui que, para que sejam observadas outras questões relacionadas à família considerando-a como grupo afetivo básico que contribui de maneira significativa para o desenvolvimento pleno de seus membros, é preciso, antes, que as necessidades sociais básicas dessas famílias sejam atendidas. Para tanto, a concessão dos benefícios eventuais deve vir articulada a outras ações de politização e emancipação social que criem movimentos de luta pela conquista de direitos que garantam essas necessidades sociais básicas.

O grande desafio que se apresenta na política de assistência social é, pois, ir além das relações familiares. Intervir no complexo mosaico, repleto de contradições, formado por estas relações, pelas relações destas famílias com outras esferas da sociedade, especialmente o Estado, compreendendo que a produção da pobreza, das desigualdades sociais e dos vínculos fragilizados se dá nessas relações, instala-se como o grande passo a ser alcançado pelos profissionais que atuam na política de assistência social.

Assim,

(...) apesar da maioria das análises convergir em aceitar, unilateralmente, a importância da família em virtude da sua condição de provedora de afeto, socialização, cuidado e proteção, é fundamental referenciá-la, no cerne da sociedade burguesa, como espaço contraditório de reprodução das relações sociais tipicamente capitalistas, assim imprescindíveis para exercer a função de cuidado primário dos seus integrantes, mas totalmente inócuas como campo da política de assistência social, se referenciarmos a mesma no âmbito do processo de universalização da seguridade social e do enfrentamento dos processos que geram a pobreza e a desigualdade social, vez que estão enraizados na esfera pública e política, pois, na luta de classes (PAIVA *et al.*, 2012, p. 68).

4.2.2 Sobre o conceito de território/territorialização

Quanto ao conceito de território ou territorialização, a Política Nacional de Assistência Social traz em seus documentos normativos a necessidade de que os seus serviços, programas e projetos sejam definidos e orientados de acordo com as leituras da realidade dinâmica demográfica e da dinâmica socioterritorial em curso (BRASIL, 2005b). O que significa dizer que a implementação da política de assistência social não se dará de forma homogênea nas diferentes regiões do país. A política de assistência social será pensada e implementada de acordo com as especificidades de cada território, no sentido de convergir esforços locais para o enfrentamento das desigualdades e vulnerabilidades específicas daquele território.

Para a PNAS:

A operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação da prática dessa política. Trabalhar em rede nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (BRASIL, 2005b, p. 44).

O território é compreendido como um espaço de uso coletivo, resultado de interações entre os homens e síntese das relações sociais, como possibilidade de articulação das ações e serviços organizados naquele espaço, e como local onde as necessidades sociais e as resistências e lutas coletivas se evidenciam (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012a).

Partindo de concepções da geografia crítica, Andrade (2012) encontra em Milton Santos a definição de território como espaço que vai além do físico-geográfico, mas como um “território usado”, onde disputas, resistências e contradições se evidenciam e “onde o agir sociopolítico e econômico-cultural passa a ser compreendido, construído, disputado e usado por sujeitos individuais e coletivos orientados por diferentes interesses” (p. 20).

Na concepção de Santos (*apud* ANDRADE, 2012, p. 151), o território usado é compreendido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nesta perspectiva, o território é algo dinâmico e contraditório, que se constrói cotidianamente na concretude da vida dos sujeitos e na interdependência entre a natureza e a ação humana e, portanto, está sempre aberto a novos movimentos de resistência, lutas e organização comunitária. No território se expressam particularidades que representam uma sociedade inteira, com todas as suas contradições e desigualdades.

Esta é uma visão que requer outros pressupostos teórico-metodológicos e outras práticas profissionais no cotidiano da política de assistência social. Segundo Andrade (2012), o que se impõe aos trabalhadores e gestores desta política pública é:

A necessidade de aproximação da dinâmica da realidade socioterritorial concreta, altamente desigual, dinâmica e complexa (...) busca-se a aproximação com o cotidiano da população usuária, considerando que é através dele que as condições e o modo de vida da população se expressam concretamente (ANDRADE, 2012, p.17).

Assim, esse eixo estruturante e inovador da política de assistência social contempla uma densidade teórica e metodológica, pois ao aproximar a política de assistência social do cotidiano de seus usuários requer dos profissionais um olhar para o território enquanto produção coletiva, repleta de desigualdades, contradições e resistências, que precisam ser trabalhadas, também, no coletivo.

O que podemos perceber no diálogo dos sujeitos da pesquisa com os documentos normativos sobre o conceito de territorialização trazido pela PNAS foi que, por vezes, este conceito é apreendido pelos psicólogos como uma mera divisão físico-geográfica dos espaços de intervenção do CRAS. Como espaço geográfico organizador dos serviços que facilitam o acesso aos usuários da política de assistência social, de acordo com as demandas específicas de cada território.

Eu não sei se é o que a gente já faz na prática...eu vou colocar o que a gente faz tá. A territorialização seriam os territórios que o CRAS atende. O nosso CRAS aí por território ele atende 10 bairros...é uma dificuldade imensa. Os outros (CRAS) atendem isso também, acho que uns 08, 09...é muita gente pra pouca equipe técnica. E a gente tá sempre brigando, no bom sentido, colocando isso né: 'nós precisamos de mais serviços'...e discute, e tenta colocar isso para os gestores, até que chegue lá no mais alto né. Eu acredito que eles até saibam que tinha que ter mais serviços, mas acaba ficando por isso né, acabam às vezes perdendo recursos por não, acho que por não darem tanto valor. Então assim, por territorialização é isso, mas então assim nós atendemos 10 bairros...é muito difícil de atender. Nós estamos

em um desses bairros, então a gente já atende um pouco melhor aquelas famílias que ali estão... os mais distantes a gente vê, pelo nosso município aqui ter um tipo de atendimento por benefício (referindo-se à concessão de benefícios eventuais), que não era para estar ali, mas está ali no CRAS, a gente acaba tendo maior contato com algumas famílias, por meio desses benefícios. E por existirem esses benefícios, a gente acaba não tendo tempo de trabalhar o PAIF, que é o principal. Hoje a gente entende que a gente até trabalha sim o PAIF, mas tá bem longe do que deveria ser, por essa questão do território ser muito grande. (Sujeito C – GF1)

Eu tava pensando na questão do território lá no município onde trabalho...o CRAS existe, está lá naquele espaço há dois anos, e quando eu entrei há 01 ano, a gente falava: 'ah, vamos conhecer quem é o público aqui do bairro...conhecer o território, qual que é a demanda dele'. Fizemos um questionário... que a idéia era fazer visitas domiciliares para conhecer, já que não teria uma equipe específica para fazer essa pesquisa...mas no fim eu sei que isso nunca aconteceu. O que eu sei é que o CRAS abriu lá em razão de ter o maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família. Então foi por isso que se instalou o CRAS lá. Mas é a única informação que tem... não se sabe se tem mais idosos...deve ter no cadastro lá de quem faz o Bolsa Família (referindo-se ao Cadastro Único⁶)...mas a gente já pediu o levantamento do perfil né, com relação aqueles dados, mas nunca foi feito. A gente não sabe...não conhece o nosso território. (Sujeito D – GF1)

Ao reduzir o conceito de território à sua localização físico-geográfica perde-se de vista a dimensão sócio-política deste espaço, no qual se concretizam as manifestações das desigualdades e exclusão social e, ao mesmo tempo, se materializam os tensionamentos e as possibilidades para o seu enfrentamento. Considerar o território nesta

⁶ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que tem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. (FONTE: Site do MDS – www.mds.gov.br. Acesso em 07 de maio de 2013).

perspectiva mais ampla é estar atento à cadeia enunciativa e responsiva das relações dialógicas que se produzem nos territórios, buscando encontrar as diferentes vozes sociais que a compõem, as tensões, as contradições e as resistências no contexto da enunciação, ou seja, no território.

Assim, ao se apropriar deste conceito como uma estratégia de aproximação dos serviços à vida cotidiana dos usuários da política de assistência social, conforme proposição também das normativas legais desta política pública para materialização de sua descentralização político-administrativa, deve-se ter o cuidado para não criar mecanismos que aumentem ainda mais a segregação socioespacial vivida por estes sujeitos. Compreender as particularidades de um território sem incluí-lo no movimento contraditório de produção e reprodução social, fragmentando um território específico de sua inserção na cidade, pode isolar e distanciar os conflitos sociais, tornando os territórios estigmatizados como “vulneráveis”.

Dependendo da forma como este conceito é compreendido e trabalhado na política de assistência social pode-se reforçar o estigma e *guetificação* dos territórios vulneráveis, assim como apontado anteriormente no trabalho com as famílias em vulnerabilidade social, criando estratégias de controle e vigilância da população que necessita de proteção social. Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2012a, p. 76) “a territorialização é um elemento-chave para que os serviços sejam ofertados próximos à população, para que o território seja provido de recursos que melhorem as condições de vida da população e principalmente para que esse território pertença à cidade”.

Ao mesmo tempo que o conceito de territorialização expresso na PNAS permite agregar as diversas políticas públicas consolidadas no território, a fim de atender de forma integrada e articulada os usuários da política de assistência social, ele também expressa a possibilidade de compreensão de como as condições sociais, econômicas, políticas e culturais são construídas nos diferentes territórios.

Neste sentido, as falas dos psicólogos durante os grupos focais demonstraram a compreensão de que é preciso conhecer as particularidades de cada território referenciado ao CRAS, a fim de que as intervenções possam ser construídas a partir dessas especificidades, visando ao enfrentamento coletivo das condicionalidades do território que produzem as vulnerabilidades sociais. Para Andrade (2012, p. 154), “a centralidade da ação profissional deve estar direcionada para a captura do território em movimento que a população empobrecida

impulsiona e ‘dá vida’ todo dia, através das relações sociais e articulações que estabelece com a cidade”.

Lá no município onde atuo, em relação à territorialização, eu estou aprendendo ainda porque eu não sou daqui. Eu tô conhecendo o município, entendendo a cultura, entendendo quem são as pessoas, da onde que elas vêm, porque elas estão ali, o que elas acham dali... então é muita informação. Mas eu percebo assim, o município tem um CRAS, mas ele é um município grande... então tem muitas comunidades e essas comunidades são atendidas de maneiras diferentes. Então tem atividades que são pra todo mundo e atividades que são de cada comunidade. Eu percebo que no município tem muita gente que vem do Paraná pra trabalhar como mão-de-obra mesmo (...). Então são pessoas de fora, que às vezes trazem a família também... tá atendendo, eles dizem: ‘tô eu, o meu irmão, a minha avó’...às vezes voltam, às vezes ficam...esse trânsito é muito grande. E os usuários mesmo são maciçamente pessoas de fora do município, que migraram. (Sujeito A – GF1)

No CRAS que eu trabalho também, em relação à territorialização, é um CRAS muito amplo também porque ele é e não é um CRAS rural... ele não é denominado um CRAS rural, mas toda a abrangência dele é praticamente rural. Então todos os bairros e comunidades que ele atende são muito distantes... são distantes entre si e muito distantes do CRAS também. Não é uma localização ótima para todos, já por ser uma região mais afastada do centro, tem muita dificuldade na questão de locomoção, de ônibus e tudo mais...tem um ônibus que vai para o centro e outro que volta para o bairro...então vai às 8 horas da manhã e volta ao meio-dia...vai uma hora da tarde e volta às sete ou oito horas da noite...então é bem difícil essa questão. Até em função disso, já entrando na questão das visitas do PAIF e tudo mais, dos benefícios eventuais, a gente tem bastante dificuldade, temos bastante demanda reprimida em função disso né, porque a gente tem essa questão do carro que é dado duas vezes por semana, uma de manhã, outra à tarde, que não atende nem a metade da necessidade (...). Em relação à territorialização também a gente tem algumas questões específicas aí da nossa abrangência, tem as olarias, então é muito forte as olarias ali na região...deve ter umas 7 ou 8 olarias...e isso gera muito trabalho

de menor, gera trabalho escravo, gera trabalho sem carteira assinada, informal e é bem complicado mesmo. A gente tem muitas famílias que se uniram com outras famílias e que dessas famílias veio uma outra família e assim por diante. Então o fato de famílias incestuosas, praticamente eu acho que mais da metade deve ter algum caso, bastante adolescentes grávidas e reincidentes também nesta gravidez quando adolescente. O que nesses dois casos a gente acaba trabalhando também, as menores grávidas e os casos de incesto, com doenças mentais nas famílias, que tem um grande número na região, e a gente tá agora mais movimentando essa questão também. (Sujeito E – GF1)

Outro fato importante de ser destacado é que a territorialização tem sido adotada pela gestão municipal da política de assistência social como estratégia político-administrativa para a implantação dos CRAS nos territórios considerados de maior vulnerabilidade social. Essa análise geralmente se dá por meio de diagnósticos das vulnerabilidades sociais nos diferentes territórios do município, a fim de identificar em quais se encontram as maiores e mais expressivas condicionalidades que configuram situações de vulnerabilidade social.

Essa estratégia tem o intuito de fazer com que os agentes públicos das diferentes políticas públicas possam se apropriar das peculiaridades de determinado território e planejar, de forma articulada e integrada, políticas públicas que garantam direitos e ampliem a condição de cidadania de seus usuários. Todavia, o que percebemos nas falas dos sujeitos da pesquisa foi que os gestores municipais da política de assistência social tem implementado os CRAS sem uma leitura anterior das particularidades e especificidades de seus territórios, dificultando a atuação dos profissionais nesses equipamentos que, por vezes, também não conhecem os territórios onde atuam.

Eu penso que a territorialização é o que serve para nos facilitar né, que a gente sempre uso esse termo, primeiro para não aumentar a nossa demanda de trabalho, e acho que também as características daquela comunidade que se assemelham. Mas no município onde trabalho não foi feito diagnóstico do território para identificar de fato as características, algumas visualmente são evidentes, mas não tem nada que defina o perfil dessas pessoas ou coisa assim. Já se tentou fazer e todas as vezes que se

tentou fazer isso foi dito que não precisava fazer porque já foi feito, mas não existe. (Sujeito B – GF1)

Novamente, é possível perceber que as mediações entre as diretrizes do aparato normativo e a atuação dos profissionais no CRAS de responsabilidade da gestão da política de assistência social apresentam dificuldades de efetivação prática. Segundo Couto *et al* (2012), o conceito de território enquanto diretriz organizativa da política de assistência social requer dos gestores desta política pública um aprofundamento neste conceito, “assim como o necessário desvendamento, problematizações e identificação das interconexões existentes entre concepção, método e estratégias de gestão” (p. 248). Portanto, a política de assistência social, ao trazer no seu escopo organizativo conceitos inovadores, como o de território, requer uma gestão qualificada que compreenda esses conceitos de forma ampliada e, a partir deles, possa dar novos direcionamentos ao processo de gestão desta política pública.

Mesmo com a ausência destas mediações dos gestores da política de assistência social na implantação e implementação dos CRAS, os psicólogos que atuam nesses espaços percebem que a ação profissional cotidiana tem tornado este equipamento uma referência para a comunidade pertencente ao território de abrangência do CRAS. Fato esse que demonstra que, mesmo com a necessidade de um aprofundamento conceitual maior sobre a diretriz de territorialização da política de assistência social, os profissionais tem conseguido se inserir na comunidade e acompanhá-la, mediante as condições possíveis de trabalho, no movimento de (re)construção de seus territórios.

O CRAS serve de referência por estar no território. Porque hoje eu vejo assim que para as próprias questões de saúde, quem orienta (os usuários) é o CRAS. (Sujeito F – GF2)

Eu tenho essa sensação que, às vezes mesmo o CRAS não tendo educador, não tendo muitos profissionais, o trabalho tem mais essa inserção na comunidade que a Estratégia de Saúde da Família, que às vezes a Agente Comunitária de Saúde está sempre na casa, mas é aquela coisa muitas vezes mecânica. E não tem esse vínculo, e a pessoa nem sabe o nome da Agente Comunitária de Saúde que passa na casa, muitas vezes. (Sujeito G – GF2)

(...) Eu percebo que os usuários já estão nos chamando para outras coisas, que não é mais visto só como ir lá (no CRAS) pegar meu benefício. Eles estão vendo que a gente pode ajudar na construção de outras coisas. (Sujeito H – GF2)

A gente é referência às vezes pra tudo. Eles tem o posto de saúde do lado, mas vem perguntar as coisas para nós por já ter confiança nessa referência (...) Eles te vêem muito como parte daquilo mesmo, no que precisar. (Sujeito F – GF2)

Estar inserido no território amplia as possibilidades aos profissionais que atuam nos CRAS de viabilizar o acesso às demandas dos usuários postas no cotidiano, bem como possibilita o contato com a realidade deste território. Essas condições favorecem que a atuação dos profissionais da política de assistência social crie espaços de reivindicações e direitos sociais aos usuários que vivem neste território. Dessa forma, estar no território permite aos trabalhadores da assistência social decifrar a dinâmica do mesmo e possibilitar sua organização coletiva (PAIVA *et al*, 2012).

4.2.3 Sobre o conceito de participação popular

A participação popular também é colocada como um dos eixos estruturantes da PNAS (BRASIL, 2005b). Esta normativa da política de assistência social ressalta como espaços primordiais de participação popular os mecanismos de controle social institucionalizados pela Constituição Federal de 1988, como os conselhos e as conferências de assistência social.

Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias somam força a esse processo (BRASIL, 2005b, p. 51).

Esses dois mecanismos de controle social são colocados pela PNAS como forma de participação, principalmente, dos usuários da política de assistência social, para o monitoramento e implementação desta política pública, visando, prioritariamente, o fortalecimento desta e a garantia de direitos.

No processo de conferências de assistência social do ano de 2009, que teve como tema de discussão “a participação e o controle social no SUAS” percebeu-se o grande desafio de fortalecer a participação dos usuários da política de assistência social em todos os espaços de participação popular, institucionalizados ou não, visando o trânsito destes usuários da condição de subalternidade para uma outra condição de protagonismo, autonomia e afirmação de direitos (BRASIL, 2009a).

Neste sentido, o CRAS enquanto equipamento da proteção social básica que tem como um de seus principais focos de atuação o fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos usuários, bem como da organização e mobilização comunitária, tem a participação popular como um dos principais eixos estruturantes dos serviços nele desenvolvidos. Assim, questionar a compreensão dos psicólogos sobre a participação popular e as estratégias utilizadas por estes profissionais que atuam nos CRAS para o fortalecimento desta participação nos auxiliou a compreender como as ações destes profissionais nesses equipamentos estão dialogando com o fortalecimento do protagonismo dos usuários e da mobilização comunitária.

Fortalecer o protagonismo e a participação popular, por meio das ações socioassistenciais é, para Paiva, Rocha e Carraro (2010), criar estratégias de politização e de desenvolvimento social, com vistas à ampliação da democracia. É fazer com que o povo participe para além dos mecanismos de controle social institucionalizados pela CF de 1988, criando espaços de participação nas reformas políticas, sociais e econômicas, visando à garantia de justiça e equidade social.

Ao dialogarmos com os sujeitos desta pesquisa sobre o sentido que o conceito da participação popular trazido pela PNAS tinha para eles, obtivemos como principal análise a analogia que os sujeitos fazem entre a participação popular e o incentivo e a abertura à participação dos usuários da política de assistência social nos mecanismos de controle social institucionalizados (conselho e conferência) e no cotidiano dos serviços e atividades desenvolvidas no CRAS.

(...) E a participação popular nossa aí eu vejo que ela é boa. Se eu for olhar os 10 bairros, não, mas também por serem distantes né. Mas assim, essas duas últimas conferências que teve enquanto eu estive ali... a primeira que eu estive era uma noite de chuva e de frio, mês de junho, e nós tivemos quase 90 usuários. Então por ali já mostra assim até o nosso trabalho, o nosso empenho de convidar e da sensibilização... então isso nos fortalece também e nos impulsiona né. E no ano retrasado teve a

outra que eu participei também e foi dentro do nosso CRAS aí, também era um dia de chuva, aí foi numa tarde, uma tarde de chuva e de muito frio e tinha também oitenta e poucas pessoas. Então assim a participação na conferência e na pré-conferência, tinham pessoas de todos os bairros... o CRAS tá aberto pra todos os 10 bairros, mas acaba nesse grupo, como eu falava, mais os próximos estar participando. Então eu vejo que por a gente ser o CRAS mais antigo também, por estar numa região, vamos dizer assim, bem... é claro a proposta é essa de estar em uma região vulnerável, mas a nossa está assim numa região bem vulnerável, tem a questão do tráfico, da pobreza em geral, eles ainda participam bem. Fica a desejar, mas acho que tá ótimo assim, tá bom. Claro né, é um avanço, mas aqueles que estão já estão conseguindo, depois de 05 anos, já mostrar alguma autonomia, alguma potencialidade. Eu ouvi isso em algumas capacitações né, o trabalho que a gente tá fazendo hoje aí, de 2005 pra cá, só vai aparecer daqui 10 ou 15 anos, porque assim a maioria que vai ali são os idosos...e os idosos tentam passar para a família alguma coisa. Então esses jovens aí, adolescentes, daqui uns anos vão mostrar os resultados do nosso trabalho. (Sujeito C – GF1)

(...) E com relação à participação social lá no município onde trabalho não acontece essa participação, até porque a gente enquanto técnico que poderia estar viabilizando... chamando...convidando...fazendo um investimento nisso, a gente não sabe o que acontece na própria rede. A gente não sabe quando tem reunião do Conselho, porque daí é comunicado no dia... não sabe quando tem algum grupo, algum momento lá de prevenção, enfim, em uma unidade de saúde ou outra ação, a gente não fica sabendo...aí fica difícil fazer com que haja essa participação. Então tá bem defasado lá onde atuo isso. (Sujeito D – GF1)

(...) Eu penso que a participação do usuário e a matricialidade da família são as nossas maiores dificuldades, assim como o território vem para nos facilitar, essas outras são nossos maiores desafios, porque lá também não tem participação dos usuários...pra concessão de benefícios as pessoas vão e mesmo assim nem sempre comparecem. E se tu chamar para uma atividade diferente, daí nem pensar (...). A participação é bem

difícil até porque a gente não tem a quantidade de pessoas suficiente pra trabalhar e também estar próximo da comunidade. As pessoas do quarteirão, às vezes não sabem que o CRAS está ali. E a matricialidade da família eu acho que ela tem um negócio complicado por conta da maneira que as pessoas interpretam isso né, porque não é porque você nasceu naquela família que você tem a obrigação de amar todo mundo e ser feliz com todo mundo. Eu acho que entender que as pessoas vivem em grupos, que não necessariamente precisa ser naquele grupo que você nasceu, mas na comunidade ou em algum lugar onde você possa ter pessoas para se aproximar e para te apoiar... e não necessariamente você tenha que amar todo mundo, poder respeitar as diferenças. (Sujeito B – GF1)

(...) E a participação, o CRAS ali que estou conhecendo tem 2 anos. O primeiro ano não aconteceu, o CRAS não teve participação nem da comunidade, nem da equipe. Daí então assim, tudo ali tá muito novo, o coordenador está há 5 meses, a assistente social está há 3 meses e eu estou há 2 meses ali...então tá tudo muito começando...então claro né, o indivíduo, o sujeito também tá começando a frequentar o CRAS... então agora que ele tá começando a ser referência ali, agora que tá se tornando um espaço dele também, que ele tá começando a se sentir mais a vontade para ir ali, pra ter uma participação. Mas a gente tem uma boa participação da comunidade, visto esse caminhar do CRAS, eu acho que até tem uma boa contrapartida. (Sujeito E – GF1)

Reduzir a participação popular à frequência nas atividades desenvolvidas pelos serviços do CRAS é transformar a principal potencialidade da política de assistência social na efetivação da democracia e da justiça social em mera ação burocrática, esvaziada de protagonismo. Já a mobilização dos usuários para a participação nos conselhos e nas conferências municipais de assistência social, dependendo da maneira como se efetiva essa participação, pode se constituir, mesmo que de forma mais institucionalizada, em uma abertura inicial à mobilização, à politização e à efetiva participação popular.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o fortalecimento da participação popular nos mecanismos de controle social instituídos pode realmente funcionar como uma ação inicial de incentivo a outras

mobilizações comunitárias, desde que esta participação não tenha o único intuito de responder às necessidades da gestão da política de assistência social, desconsiderando as demandas concretas dos usuários desta política pública. Essa participação, se bem fortalecida, pode se constituir em um espaço de disputa dos recursos destinados à política de assistência social e da própria concepção desta política pública, aproximando-a das demandas reais de seus usuários.

Na tentativa de criar espaços que protagonizem a participação dos usuários na política de assistência social, os profissionais se dispõem a construir espaços de diálogo com esses usuários, que permitam que as diversas vozes que se refletem e se refratam no cotidiano dessas pessoas possam ser expressas. A construção de um projeto ético e político se consolida na abertura para que as várias verdades, os diferentes discursos, as inúmeras vozes sociais com que atribuímos sentido ao mundo, possam ser ouvidas e compartilhadas pelos sujeitos, em uma cadeia incessante de enunciação (FARACO, 2009).

Couto *et al* (2012), chamam a atenção para o cuidado de evitar institucionalizar os espaços de mobilização comunitária existentes na política de assistência social, tornando-os espaços despolitizados. Para esses autores, “a organização a partir do território deverá potencializar a participação dos usuários nos espaços de controle social da política, na reivindicação pela melhoria da qualidade de vida da população e na perspectiva de que a cidade é espaço de todos” (p. 274).

Ao analisarmos as estratégias utilizadas pelos profissionais que atuam nos CRAS, percebemos que o estímulo à participação popular dos usuários destes equipamentos se dá de forma bastante pontual e individual.

Pra ser bem sincera a gente não tem conhecimento de qual conselho está funcionando no município. O que acontece é que algumas atividades de conselhos que a gente soube que aconteceram, ficava sabendo depois. A gente encaminha as pessoas quando sabe, mas aí algumas pessoas foram desrespeitadas, barradas, dizendo: ‘é aquela pessoa que vai ou é daquela instituição’. A gente percebe mais assim individualmente, mas com relação às outras atividades que são de controle social, não. (Sujeito B – GF1)

O que eu percebo é que quando a gente atende as famílias a gente sempre tenta priorizar a família que o adolescente está em casa...então a gente incentiva a participar...tem capoeira, é tudo

gratuito ali. Mais é nesse sentido, informando as coisas. A gente sempre divulga os equipamentos, os serviços que o município oferece. No momento está tendo isso...isso sim. (Sujeito A – GF1)

Agora a gente tá querendo fomentar nos usuários essa questão da pré-conferência né. Em algumas reuniões que já teve, a gente tá dizendo: ‘olha, vão pensando no que o bairro tá precisando, procura a associação dos bairros, vem aqui, reclama, busca o teu direito’. Bem essa questão de dar a voz mesmo, pra ele poder reclamar e pedir aquilo que ele tá precisando. Eu acho que nesse sentido alguma coisa está acontecendo. (Sujeito E – GF1)

Nessas conferências, como eu comentei, o número eu acho que até poderia ser maior, mas acreditamos que foi um número bom...oitenta e poucos né. E eles falavam muito, falavam...eram chamados a falar...isso na pré-conferência porque também eles estavam num local que eles conhecem né...e foi dividido em grupo, então...mas eles falavam. Depois foi representante para a conferência municipal, e aí eles colocaram também. E depois tiveram dois ali nossos (referindo-se aos usuários do CRAS onde atua) que foram pra Brasília também e a gente soube que eles fizeram boas colocações. Mais no individual mesmo...ali na conferência é claro que é no âmbito do grupo, mas quando se tem uma solicitação e aí eles vêm e perguntam: ‘ah, o que que vocês acham?’. Aí a gente diz que até ajuda a construir um documento se precisar, mas lá na hora quem vai são vocês, e eles vão. (Sujeito C – GF1)

Parte desta dificuldade de incentivo à mobilização comunitária como forma de construção da participação popular se deve às próprias diretrizes dos documentos normativos da política de assistência social, as quais não dão conta de explicitar a participação popular como forma de organização coletiva para a luta pela garantia de direitos, para além dos mecanismos institucionalizados de controle social. Essa explicação reduzida da participação popular nos documentos orientadores se reflete na dificuldade da compreensão da amplitude desta *práxis* pelos profissionais que atuam na política de assistência social. As condições de trabalho colocadas a estes profissionais, como a ausência de recursos humanos suficiente nos CRAS, também dificultam que estratégias de organização e mobilização comunitária sejam mediadas por eles.

Paiva *et al* (2012) corroboram a afirmação de que essa dificuldade de compreensão em relação à participação popular decorre da própria imprecisão deste conceito na PNAS, na qual o controle social (conselhos e conferências) é reconhecido como espaço privilegiado de participação popular. Assim, ao olhar para este conceito nesta perspectiva,

(...) a participação é aprisionada ao controle social representativo institucional, classificada como o processo exclusivo de atuação popular protagonista, como se isto esgotasse a conflitualidade e as disputas essenciais em nossa sociedade ou, pior, como se o fórum conselhistas fosse suficiente para o exercício da democracia que nos cabe e merecemos (PAIVA *et al*, 2012, p.83).

Para Yazbek (2009), os segmentos subalternizados pela sociedade capitalista não são privados apenas do consumo e da riqueza socialmente produzida, mas de espaços que promovam o conhecimento e a politização, a fim de que possam compreender as relações sociais das quais fazem parte e as circunstâncias em que vivem. Nesse sentido, a política de assistência social, principalmente por meio da proteção social básica, deveria ter a função de criar esses espaços de politização, de forma que os sujeitos subalternizados socialmente possam refletir sobre essa condição e se perceberem como sujeitos de direitos, com vistas à mobilização para o enfrentamento coletivo da condição subalterna.

Assim, a participação em acontecimentos pontuais e solenes, como tem sido a participação dos usuários nos conselhos e nas conferências, não cria por si só a condição de que esses sujeitos possam refletir sobre suas condições diante do complexo mosaico social. Segundo Paiva, Rocha e Carraro (2010):

Os espaços de controle social, através desse modelo representativo e restrito, tendem a reproduzir os mesmos impasses da democracia representativa, isto é, o distanciamento das massas e das suas reais necessidades, a corrupção, a representação de interesses pessoais e privados, a burocratização, etc. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 251).

O que se pode observar nos diálogos dos sujeitos da pesquisa é um distanciamento desta proposta politizante, mobilizadora e protagonista, no cotidiano do CRAS. Estratégias para este fim são utilizadas de forma muito pontual e restrita, de forma a responder apenas ao que é proposto pelos documentos regulamentadores da política de assistência social enquanto mecanismos de incentivo à participação popular, ou seja, a presença dos usuários nos conselhos e nas conferências de assistência social. E, mesmo nestes espaços representativos de controle social, conforme informações dos sujeitos desta pesquisa, a participação popular está distante de se constituir em um processo permanente de mobilização de classe, lutas sociais e espaços de desalienação.

Apenas em uma experiência, citada abaixo por um dos psicólogos que atuam em CRAS, foi possível perceber que este equipamento tem criado estratégias para que a comunidade se organize em torno de lutas coletivas para a garantia de direitos e encontre neste espaço possibilidades de reflexão politizada acerca das relações sociais em que sua condição de subalternidade é produzida.

(...) Ali nós temos muito a questão do bairro... que estão numa luta pra reurbanizar, e tem um processo na Caixa Econômica Federal e prefeitura há muitos anos...á eles não podem mexer nas casas porque depende desse plano aí...só que vai, passa ano, passa ano e as casas não saem. E eles falam, se organizam... é claro que quem tá vivendo a situação. Eles se organizam mas a gente está por trás. Esse último ano a gente não mexeu muito com isso não, mas até o ano passado a gente mexeu. (Sujeito C – GF1)

Para Yazbek *et al* (2012), o CRAS, pela premissa de localização territorial e a proximidade do cotidiano dos usuários da política de assistência social, deve ser um equipamento protagonista no trabalho coletivo e no incentivo à organização social. Essas autoras afirmam que “o estímulo e fortalecimento da organização local articulado às distintas dimensões da vida social tem que estar entre os objetivos estratégicos das unidades territorializadas do SUAS” (p. 215).

Nessa direção, o CRAS deve ser implementado como um espaço de democratização, onde são incentivadas condições concretas de participação dos usuários da política de assistência social que estimulem e fortaleçam a organização nos territórios. Há que se construir uma nova institucionalidade política na assistência social, implementando espaços

de gestão democrática e participativa nesta política pública, a fim de que os sujeitos possam construir caminhos e estratégias de debates e lutas coletivas na garantia de direitos (PAIVA *et al*, 2012).

Assim, para Paiva, Rocha e Carraro (2010):

Se a dificuldade de reproduzir a vida não gera condições automáticas para conscientização e mobilização, capazes de nutrir de convicção e estímulo a expectativa para a participação, aí sim é mais urgente e necessário o trabalho da política de assistência social na perspectiva do protagonismo popular, se pretendemos dotar de possibilidades a luta contra a desigualdade e a favor da garantia de direitos sociais plenos e universais (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 251).

4.3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS PSICÓLOGOS NOS CRAS: TENSÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Nesta parte da análise nos aproximamos do cotidiano de trabalho dos psicólogos nos CRAS, com o intuito de investigar e avaliar as tensões e os desafios colocados na atuação destes profissionais nesta política pública, bem como as possibilidades vislumbradas por esses sujeitos de uma Psicologia em construção nesse espaço.

Durante os grupos focais, percebemos que os sujeitos da pesquisa encontram-se inseridos em um cotidiano, muitas vezes, de exploração do trabalho, com condições precárias, como, a insuficiência de recursos humanos e a conseqüente sobrecarga e flexibilização no trabalho, a ausência de condições físicas adequadas ao trabalho, a falta de compreensão dos gestores da política de assistência social sobre o papel do psicólogo no CRAS, assim como, sobre a própria política pública, e a alta rotatividade de profissionais.

Diante desses desafios e de outros já apontados nas análises anteriores, esses profissionais tem sido convidados a construir uma atuação diferenciada do processo histórico de constituição elitista da Psicologia como profissão no Brasil, bem como a construir um projeto societário diferenciado e transformador, garantidor de direitos e fortalecedor do protagonismo dos usuários, que tem balizado a discussão da constituição da política de assistência social no Brasil recentemente (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Construção essa, que dialoga e se tensiona, dialeticamente, a todo momento, com resquícios históricos de uma cultura assistencialista, clientelista e patrimonialista da constituição da assistência social no Brasil, bem como com os próprios resquícios da constituição elitista e instrumentalista da profissão da Psicologia em nosso País, e com um viés socioeconômico que não tem dentre seus objetivos a justiça social e a emancipação comunitária. Reconhecer essas tensões parece-nos o primeiro grande passo para nos fortalecermos nos desafios cotidianos que estão postos na atuação dos psicólogos nos CRAS.

Um dos primeiros tensionamentos demonstrados pelos sujeitos pesquisados no cotidiano profissional nos CRAS refere-se à cultura assistencialista que ainda permeia o trabalho dos profissionais nesses espaços, assim como as dificuldades de perceber se a atuação dos sujeitos encontra-se pautada ainda nesta cultura de manutenção da tutela e da subalternidade, ou, se tem contribuído no fortalecimento da cidadania, da autonomia e do protagonismo popular.

(...) Eu vejo que empoderar esse usuário talvez seja o principal objetivo da política de assistência social...dar recursos para que ele saia dessa zona de vulnerabilidade, mas será que é com o cartão-social que a gente tem aqui, será que é com uma cesta-básica, será que é com uma formação profissional...como é que é isso tudo. E aí cada vez mais eu vejo pessoas que talvez não estejam preparadas, assim como eu também não estou neste momento preparada para trabalhar com isso e estão lidando com o usuário que tá nessa situação vulnerável. Então tá faltando capacitação...tá faltando a gente discutir isso. (Sujeito E – GF1)

Eu vejo que é um dilema assim sabe...parece que é do cotidiano essa questão: até onde? Até onde você vai? Até que ponto começa a ser assistencialismo? Nossa, a gente se pergunta muito isso. Será que tá certo mesmo? (...) Vai de caso para caso... 'ai será que essa família realmente está passando por um momento de vulnerabilidade ou será que isso já é um padrão, até que ponto foi aprendido assim'. Ai, é bem difícil, bem difícil. Eu percebo que dentre as questões que a gente conversa, essa é uma das que mais se repete: até que ponto que a gente vai ou até que ponto a gente espera uma contrapartida também da família. (Sujeito A – GF1)

Dependendo da forma como os profissionais se colocam perante esse usuário e, sobretudo, a maneira com que lidam com as questões sociais e econômicas produtoras e reprodutoras da exclusão social, as ações socioassistenciais podem significar a manutenção da tutela e a reiteração da subalternidade, ou um lugar de reconhecimento e acesso ao protagonismo (YAZBEK, 2009). Ou seja, se as situações forem tomadas numa ótima individualizante e a-histórica, possivelmente, a atuação desses profissionais juntos aos usuários dos CRAS não produzirá novos sentidos e significados que façam com que esses usuários desenvolvam uma consciência de coletividade, protagonizando-os no processo enfrentamento de sua condição subalterna.

Zanella (2003), ao discutir a atuação dos psicólogos em contextos de escolarização formal aproxima-se muito dos propósitos da atuação dos psicólogos juntos aos usuários dos CRAS, em uma perspectiva emancipatória e de enfrentamento aos resquícios assistencialistas, disciplinadores/controladores e tuteladores da política de assistência social. Para esta autora,

O psicólogo como profissional que, juntamente com os muitos outros com os quais trabalha, é responsável pela constituição de espaços interpsicológicos em que sentidos possam fluir, emergir, transitar livremente, onde significados cristalizados sejam problematizados e avaliados quanto à adequação ao projeto político que coletivamente empreendem para, em conjunto, estabilizarem outros sentidos. É responsável, portanto, pela criação de espaços de troca, de diálogo, em que o direito à voz para todos seja uma realidade, bem como o reconhecimento de constituírem-se como agentes da História. Na atuação do psicólogo, porém, que busca a reflexão sobre as próprias relações sociais e o que estas produzem/reproduzem, o elemento balizador das discussões é outro: o projeto de sociedade e sujeitos que norteiam as ações naquele contexto. Significados, portanto, nesses espaços, necessariamente precisam ser polemizados. (ZANELLA, 2003, p. 73).

Dessa forma, a fim de não constituírem-se em práticas profissionais coercitivas e assistencialistas, as perspectivas

metodológicas a serem utilizadas pelos psicólogos nos CRAS devem promover espaços coletivos de diálogos, onde sentidos e significados passam a ser questionados, a partir de uma visão crítica da produção das relações sociais, visando projetos políticos e societários mais democráticos e com menos desigualdade social.

Daí a importância da linguagem na mediação das relações sociais trazida pelo Círculo de Bakhtin, pois, nessas relações dialógicas contidas por múltiplas vozes, há a construção de uma diversidade de idéias, e, também, de conflitos e contradições. O debate de várias vozes sociais resulta no dialogismo, isto é, em uma tensão entre estas vozes responsivas na complexa cadeia de enunciação. Para Faraco (2009, p.58), essas diversas vozes sociais presentes nas produções discursivas “vão se apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiar, se arremedar, polemizar, velada ou explicitamente”.

Nossas relações são, portanto, mediadas semioticamente. Nossa relação com o mundo é sempre atravessada por valores e, portanto, há em todo enunciado/discurso uma condição axiológica, na qual o sujeito se posiciona, valorativamente, na produção discursiva. Esse discurso, construído nas relações dialógicas, também se encontra sempre imbricado em uma cadeia de enunciação, sempre responsivo a outro discurso e abrindo possibilidades de novos enunciados (FARACO, 2009).

E é nesta possibilidade de abertura para novos enunciados, que os psicólogos precisam se colocar enquanto mediadores e facilitadores desta construção de cadeias enunciativas. Essa mediação possibilita compreender que essas relações dialógicas, constituídas em condições históricas, sociais e econômicas específicas, constituem esses sujeitos usuários da política de assistência social, muitas vezes, na sua condição de subalternidade, como também possibilita abrir cadeias enunciativas que poderão fortalecer sujeitos protagonistas e resistentes a todas as forças monologizantes que tendem a um discurso único e autoritário.

As palavras proferidas por um sujeito são sempre dialógicas e fazem parte da cadeia de enunciações, sendo seus sentidos produzidos a partir das tensões geradas nesta dialogia, pela responsividade presente no discurso e pela condição axiológica valorativa do mesmo. É, portanto, na alteridade, na relação com outras várias vozes, que o enunciado é produzido. Assim, o discurso não é uma obra fechada. Ele se atualiza, materializa-se no enunciado, no contato com a realidade sócio-histórica.

As indagações colocadas pelos sujeitos da pesquisa quanto à atuação que vem sendo construída junto aos usuários da assistência social demonstram a compreensão de que a política de assistência social tem entre seus principais objetivos o fortalecimento da autonomia e o incentivo ao protagonismo popular. Todavia, percebe-se que as ações desenvolvidas nos CRAS não tem tido estes alcances esperados, pois, inclusive em virtude das condições precárias de trabalho, não há uma articulação entre a concessão dos benefícios eventuais e o acompanhamento dos usuários, visando ao fortalecimento da autonomia e do protagonismo popular.

Quando a gente faz aquele plano de acompanhamento familiar...daí fica: 'ah tá em acompanhamento por conta de...quais que são as vulnerabilidades?' Se é financeira, afetiva...daí a financeira no fim é a mais objetiva, é mais fácil de a gente verificar aí né, mas em termos afetivos, de laços, de vínculos familiares...até que ponto a família pode ser desligada pois já conseguiu essa autonomia, esse empoderamento que a gente fala tanto, ou até que ponto 'não vamos deixar aqui, vamos ficar acompanhando', já como resultado desta tutela né. A partir do nosso olhar de repente, que daí vem com toda essa bagagem assistencialista, de tá acompanhando, não querendo a dependência, mas ao mesmo tempo reforçando aquela dependência. Eu também acabo me pegando nesse sentido né. Que a política, ela tá se construindo, e a gente que tá ali dentro tá fazendo um movimento, mas que é difícil não trazer esse histórico todo e tentar fazer. Até porque daí no município onde eu trabalho a política de assistência social é bem reforçadora do assistencialismo. Claro, se fala muito em autonomia, mas a gente sabe que não é isso a finalidade. Tanto que tudo se volta à assistente social, os grupos daí não são bem estimulados, a participação da comunidade também não é estimulada, os conselhos, enfim. Então a gente sabe que teoricamente é lindo, mas a política em si ela tá, pelo menos no município que eu atuo, tá engatinhando. E é difícil fazer um movimento contrário a isso, porque daí tu é uma com profissionais que não dão eco. (Sujeito D – GF1)

Destacam-se, aqui, as dificuldades encontradas pelos sujeitos da pesquisa em “identificar” as vulnerabilidades sociais, a fim de reconhecer quais famílias devem ou não ser acompanhadas nos CRAS.

Essas verificações comprovadoras da necessidade tornam mais uma vez as relações com os usuários individualizantes e se desviam do princípio garantidor de direitos que baliza a política de assistência social. Todavia, essa contradição é própria da constituição dessa política pública enquanto sistema operativo, pois, ao tempo que tem como um de seus princípios a “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (BRASIL, 2005b, p. 32), não garante essa universalidade das provisões e seguranças socioassistenciais, pois coloca dentre seus objetivos “prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam” (BRASIL, 2005b, p. 33, grifo nosso). Ou seja, solicita que sejam comprovadas as condições de vulnerabilidades sociais para que essas famílias possam acessar esta política pública.

Distante de garantir direitos, incentivar a autonomia e fazer com que seus usuários compreendam que a condição de subalternidade é produto de uma construção social e econômica excludente, essa necessidade de comprovação de vulnerabilidades consolida práticas ainda conservadoras, reguladoras e tuteladoras na política de assistência social. Para Yazbek (2009, p. 29), “as políticas de corte social, ao regularem as relações sociais, não só favorecem a acumulação e oferecem bases para a legitimação do Estado, como reproduzem a dominação”.

Essa tensão que permeia o cotidiano profissional dos psicólogos no CRAS é refratária das contradições implícitas da constituição da política de assistência social que não altera questões estruturais e, muitas vezes, ainda as oculta. Neste sentido, conforme afirma Yazbek (2009), a assistência social pode assumir uma função ideológica na busca de um consenso, a fim de garantir a relação entre dominação e subalternidade, e uma função política de alívio e neutralização das tensões existentes nesta relação.

A própria maneira como a política de assistência social é implementada em âmbito municipal, demonstrada pelas falas dos sujeitos, confirma que a relação do Estado, por meio desta política social, com seus usuários ainda é, por vezes, uma relação marcada pelo clientelismo e assistencialismo. Relação essa, que comporta a concessão de benefícios, não como uma garantia do direito socioassistencial para atendimentos das necessidades humanas mais básicas, mas como uma troca de favores, onde direitos não são reconhecidos e espera-se lealdade dos que recebem os benefícios.

Pra nós o que ainda barra bastante é na cultura assistencialista. O CRAS foi implementado ainda antes da política ser construída. Nós o CRAS foi colocado há um tempo atrás, com uma rotatividade enorme dos outros profissionais...acho que só os psicólogos na verdade que não rodam, porque a gente não tem pra onde ir, ou a gente vai pro CREAS ou pro CRAS. (Sujeito F – GF2)

Mas o próprio profissional às vezes se coloca na postura de: ‘eu vou resolver todos os seus problemas, eu vou te dar aquela passagem, aquela cesta básica, e não vou fazer mais nada, mas eu detenho o poder de liberar a tua cesta básica’. Aí é uma questão que eu coloco quando eu via isso do benefício eventual (...) é que todo trabalhador social...não precisa passar pela assistente social...para conceder os benefícios. Por que as vezes as pessoas...isso não acontece mais, mas acontecia bastante: ‘por que eu to conversando com um psicólogo, se quem detêm o poder da caneta é lá o assistente social’. E isso já mudou bastante, mesmo ela continuando com a caneta...já mudou muito assim. As pessoas estão entendendo que é uma coisa complementar...e aí o usuário, a visão dele já mudou bastante. Só que eu acho que inicialmente isso prejudica demais...acho que ta na hora de mudar. (Sujeito G – GF2)

Para Yazbek (2009), essa matriz clientelista e assistencialista que ainda permeia a política de assistência social no Brasil, “reforça as figuras do ‘pobre beneficiário’, do ‘desamparado’ e do ‘necessitado’, com suas demandas atomizadas e uma posição de subordinação e de culpabilização pela sua condição de pobreza” (p. 62).

Para Paiva *et al* (2012):

O acesso aos serviços que deveriam ser universais, ao serem mediados pelos critérios de seletividades dos benefícios e ao se confundirem com metodologias terapêuticas produzem focalizações perversas no acesso e a subalternização no trato com os sujeitos de direitos (PAIVA *et al*, 2012, p. 94).

Ressalta-se, aqui, que o que se questiona, inclusive pelos sujeitos da pesquisa, não é se deve haver a concessão dos benefícios eventuais

ou não nos espaços de atuação dos CRAS, mas a maneira como isso tem se dado na política de assistência social. Nery (2009) lembra que a marca histórica do atendimento emergencial e residual, de forma caritativa na política de assistência social, pode favorecer a vinculação da concessão de benefícios, como uma das estratégias desta política social, com os antigos “plantões sociais”, nos quais era garantido o acesso imediato aos usuários dos benefícios socioassistenciais, porém de uma forma conservadora e subalternizante.

As dificuldades que podem ser evidenciadas nas falas dos sujeitos da pesquisa se dão em como proceder à articulação da concessão dos benefícios eventuais, como garantia de provisões socioassistenciais para necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária (BRASIL, 1993), com inovadoras metodologias de trabalho, na direção do fortalecimento da convivência familiar e comunitária, bem como da autonomia e do protagonismo popular.

Lá no município onde atuo o benefício é por 03 meses quando a gente dá, pra tentar recuperar de alguma forma a estabilidade da família né. (Sujeito H – GF2)

Eu vejo como um misto...que culturalmente é conhecida como uma cidade assistencialista...tá se mudando? Tá. Hoje quase não que exclusivamente...existe o benefício, mas depende também de nós utilizar aqueles usuários que estão aí pra amarrar com outras coisas. Hoje a gente ta conseguindo então trabalhar dessa forma, criando estratégia e compartilhando com aquilo que tem, que é a concessão de benefício. (Sujeito F – GF2)

A partir do momento que eu defino os serviços, os objetivos, que a gente tem um norte mais claro, fica assim: ‘ah, eu tenho o que fazer’...que não é só o assistente social. (Sujeito G – GF2)

Quando você faz o planejamento, quando você parte para trabalhar com as famílias, pra poder tirar de alguma forma...não tirar...mas fazer com que ela não precise mais daquele benefício...que é a bengalinha dela, tá ali com aquele cartãozinho...quando você começa a acompanhá-la e mostrar outros caminhos para ela, de mercado de trabalho, de educação, de saúde, de auto-estima né, dela realmente ser protagonista da história dela, dela pegar e sair para outra coisa, você vê...mas é que ta difícil. A gente ta partindo pra isso. Esse ano eu to vendo

assim uma pegada geral boa. O que nos falta são subsídios de quem tá gerindo, dos gestores, do equipamento que não condiz com as ações que a gente tem em mente fazer... e não ajuda muito isso aí...um dos fatores que emperra. (Sujeito J – GF2)

O usuário culturalmente ele está acostumado a ter o seu cartão ou seu benefício há 08, 10 anos, 12, 15 anos recebendo... lá trás acontecia assim. Agora nós estamos num momento que se ele tiver acesso ao cartão, é emergencial, ele faz uma compra e devolve. Tem aqueles que continuam por uns 06 meses, 03 né, que estão lá. Mas, a gente tá, o nosso trabalho hoje, tá sendo também estar conversando com esse usuário, fazendo com que ele entenda que ele pode partir pra outros caminhos que não o cartão né. (Sujeito J – GF2)

Na verdade os profissionais precisam explicar aos usuários e até aos profissionais do equipamento o que são os benefícios eventuais, pois tem pessoas dentro do equipamento que tem um preconceito com as pessoas que vão lá buscar esse tipo de ajuda...porque não são capacitados para tal. (Sujeito F – GF2)

A fim de constituir-se enquanto um espaço de resgate do protagonismo dos subalternizados e de reconhecimento público da legitimidade das suas demandas, a política de assistência social precisa ter seu trabalho organizado, de forma articulada, entre os benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais desenvolvidos nos CRAS, a fim de que se alcance resolutividade nas intervenções profissionais no campo das seguranças sociais (NERY, 2009).

No entanto, cabe-nos refletir aqui também o quanto, por vezes, as falas dos sujeitos da pesquisa, ao dialogarem sobre o empoderamento dos usuários da política de assistência social, os responsabilizam pela construção de estratégias que o façam sair da condição de subalternidade e pobreza. As estratégias utilizadas pelos profissionais na política de assistência social para empoderar os usuários, assim como as estratégias descritas nos documentos normativos desta política pública para este fim, podem reforçar a lógica de que parte da iniciativa do usuário a construção de possibilidades para que possa sair de sua condição de vulnerabilidade social.

É preciso compreender que o enfrentamento das desigualdades sociais passa por lutas coletivas em relação a determinantes estruturais (políticos, econômicos, sociais) produtores dessas desigualdades.

Portanto, as estratégias de empoderamento dos usuários vão muito além da busca pelas seguranças garantidas pelos documentos normativos da política de assistência social, como, a segurança de sobrevivência, de acolhida e de convivência familiar. As condições sociais e históricas para o enfrentamento das desigualdades sociais não se dá pelas ações construídas com cada família, mas com a construção de espaços coletivos, onde a participação popular possa ser fortalecida e um projeto político possa ser construído coletivamente.

Para isso, o psicólogo, juntos aos outros trabalhadores da política de assistência social, precisa desenvolver perspectivas metodológicas que se aproximem dos usuários, não de forma disciplinadora e controladora, mas com o intuito de contribuir para o fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas. Assim, essa dimensão socioeducativa implícita na política de assistência social não é algo dissociado da concessão de provisões materiais, lhe é inerente, conferindo-lhe sentido e direcionamento. Conforme Sposati *et al* (apud YAZBEK, 2009):

(...) a prática assistencial voltada aos interesses destas classes não se reduz à provisão imediata de ajuda, transformando-se em instância de mediação fundamental ao avanço da consciência e apropriação de bens e serviços pelas classes subalternizadas. A assistência é uma instância de mediação que atua na trama das relações de confronto e conquista (SPOSATI *et al*, apud YAZBEK, 2009, p. 70).

Dentre as atividades desenvolvidas pelos psicólogos juntos aos outros trabalhadores da política de assistência social (neste caso, primordialmente assistentes sociais e pedagogos), foram citados o atendimento psicossocial, as visitas domiciliares, atendimentos individuais, desenvolvimento de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, algumas ações intersectoriais com as escolas, oficinas e cursos profissionalizantes.

Além do atendimento psicossocial e individual em algumas eventualidades...individual tanto meu quanto do Serviço Social, nós temos os grupos. Esse grupo que já acontece há bastante tempo, então ali nesse grupo...o grupo chama "Construindo Cidadania". Dentro dessa oficina a gente procura trazer tudo

que diz respeito à cidadania... a gente leva e se há algum assunto que eles queiram falar, como a habitação, a gente também discute. E é o que a gente coloca... a gente monta alguma coisa, ajuda a organizar, e vocês vão. Um exemplo disso é que nós trabalhamos ali no mês de agosto e setembro a questão das eleições, e por último apresentamos o plano de governo dos candidatos à prefeito daqui do município. E depois na última oficina a gente construiu isso: 'se vocês fossem candidatos o que vocês proporiam' ou 'o que vocês pediriam também para o candidato'. Aí eles foram colocando: 'ah, na comunidade falta isso, falta aquilo... trânsito, acessibilidade, habitação e assim por diante'. E foi um grupo que eles não queriam parar...queriam continuar mesmo depois da previsão de término do grupo. Então isso mostra que realmente era um assunto que eles tem interesse. E eles participam bem mesmo disso sabe. Nós estamos até sendo privilegiados, porque o meu CRAS é próximo de uma universidade. Então eles precisam de nós e nós precisamos deles né. Porque os grupos já estão formados... então eles vêm com os projetos de extensão...então assim a gente traz assuntos de todo tipo, de saúde, e tudo mais. E depois temos o grupo de adolescentes, que é uma demanda difícil de trabalhar, pela questão da própria adolescência assim né. Esse grupo é coordenado pela educadora social e por um educador físico (...). E depois nós temos o grupo do cartão-social, que é um benefício que nós temos aqui, que se pensou em grupo também porque o MDS pede muito que se trabalhe em grupo no CRAS. E aí nós pensamos então vamos juntar a questão do cartão-social (...) e aí se aproveitou também a recarga deste benefício pra se trabalhar alguns temas de interesse. Então começamos a trabalhar a cada 03 meses e hoje pela demanda ser grande e serem poucos os trabalhadores, acontece a cada 06 meses. Amanhã mesmo nós vamos ter esse grupo e já tem previsto 50 pessoas, porque vai ser a última recarga também... se eles perderem essa, depois só no próximo mês. Então eles tem essa condição de participar deste grupo para receber a recarga do cartão. Se faltar 03 vezes ao grupo, perde o benefício. A grande maioria a gente só vê nessa época... que não era pra ser assim né. Até uma proposta que a gente está estudando para o ano que vem é que o CRAS tenha uma equipe pra trabalhar o PAIF e uma equipe pra trabalhar esse cartão-social (...). Muitas famílias de Ministério Público a

gente também atende e faz aquelas visitas mais pesadas, aí depois tem que fazer relatórios né. (Sujeito C – GF1)

Na fala deste sujeito da pesquisa a participação das famílias que recebem benefícios socioassistenciais (benefícios eventuais e Programa Bolsa Família) nos grupos estão vinculadas a esta concessão. Cabe aqui ressaltar que esta contratualidade imposta às famílias pode representar uma perspectiva de controle e coerção desses usuários pelos profissionais, afastando-se da esfera da garantia de direitos como condição de satisfação das necessidades humanas. Perspectivas como estas, controladoras de condutas, estão na contramão do incentivo à autonomia, compreendida aqui como “a defesa da democracia como recurso capaz de livrar os indivíduos não só da opressão sobre suas liberdades (de escolha e de ação), mas também da miséria e do desamparo” (PEREIRA, 2000, p. 70).

Lá no CRAS onde eu atuo a gente faz visita domiciliar, os grupos, que daí o psicólogo ta sempre junto. Antes eu ia até o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes... eu ia, mas eu também vejo que não seja um dos papéis do psicólogo fazer as atividades em si. Claro que daí a gente tem um grupo para acompanhar aquelas famílias das crianças que estão lá, mas não o trabalho em si lá com as crianças... daí agora não ta acontecendo, mas eu também já fiz. A gente também faz grupo no centro de convivência para idosos e daí também sou eu e a assistente social, quando tem. E atendimento individualizado também quando há demanda para isso. (Sujeito D – GF1)

Eu faço reuniões do Bolsa Família (referindo-se aos beneficiários do Programa Bolsa Família), eu acompanho os grupos de convivência, faço visitas domiciliares do PAIF, atendimento individual. (Sujeito A – GF1)

Nós estamos hoje com os atendimentos psicossociais, com os atendimentos individualizados, visitas domiciliares, também psicossociais e individualizadas quando há a necessidade. A gente ta começando com as atividades do PAIF, o plano de acompanhamento. A gente tá bem assim engatinhando ainda nesse sentido... a gente ta ensaiando...a gente tá fazendo assim uns pilotos. Estamos com um projeto em relação à cidadania, que

é de fomentar essa questão neles, pra discutir sobre isso, mas até então nenhum grupo está funcionando. A gente tem hoje oficinas, mas todas externas né, que vieram para o CRAS. Então tem uma oficina “Reciclando com Arte”, que é os batusques que a meninada faz com latas, com tambor e tudo mais. E tem os cursos profissionalizantes que o PRONATEC trouxe pra dentro do CRAS né...então assim não é nada do CRAS. (Sujeito E – GF1)

A gente faz grupo de crianças, grupo de famílias, do Bolsa Família e grupo de adolescentes. O grupo do Bolsa Família a gente levanta com elas no início do ano os temas que elas gostariam que a gente pudesse falar...é um grupo mais de orientação. O grupo com as crianças trabalha mais as questões da semana, da família, não tem um tema pré-estabelecido. E o grupo de adolescentes também, a gente trabalha a situação ali do momento...na verdade são vários adolescentes encaminhados do Programa de Medidas Socioeducativas pro CRAS e a gente trabalha mais o momento. Os objetivos que a gente tem com os grupos é o estabelecimento de vínculos, fortalecimento da família, então a gente até no grupo de crianças trabalha bastante a questão da família, dos pais, dos adolescentes também. Para os adolescentes a gente também tem cursos, cursos de manicure, fora esse grupo né. (Sujeito H – GF2)

O psicólogo faz acolhimento, visita domiciliar, a coordenação de grupos, um projeto que eu faço nas escolas (...) bem voltado para a prevenção e o fortalecimento de vínculos, a gente também fala sobre projeto de vida, sobre relações familiares. Eu só não consigo fazer um trabalho sistemático com as famílias...de ter uma coisa com começo, meio e fim...isso eu não consigo fazer. As visitas são muito difíceis porque não tem carro na data que eu preciso...aí eu agendo e fico na mão. Então eu não consigo sistematizar nada. (Sujeito G – GF2)

A partir dos relatos descritos dos sujeitos da pesquisa, podemos observar que na percepção dos informantes as atividades desenvolvidas pelos psicólogos nos CRAS cumprem o que está posto nos documentos normativos da política de assistência social em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Um desses documentos cita como ações a serem desenvolvidas pelos profissionais no PAIF a acolhida (individual ou em grupo), as oficinas com famílias,

as ações comunitárias, as ações particularizadas e os encaminhamentos (BRASIL, 2012b).

No entanto, o que percebemos é que, em algumas situações, os psicólogos, assim como os outros profissionais que atuam nos CRAS, se apropriam das prescrições acerca de como os serviços são orientados a funcionar pelos documentos regulamentadores da política de assistência social, como os manuais produzidos pelo MDS, sem uma leitura maior da realidade socioterritorial e das relações sociais e subjetividades que ali estão sendo produzidas.

Ou seja, conforme as informações dos psicólogos participantes da pesquisa, apesar de compreenderem de certa forma que a psicoterapia não é uma técnica psicológica a ser utilizada nesses espaços, acabam se apropriando de outras técnicas psicológicas, como os grupos, a escuta e os atendimentos psicossociais, sem, contudo, apropriarem-se de uma leitura mais ampla das relações sociais produzidas e reproduzidas nos diferentes contextos. Fato este que culmina, por vezes, em ações pragmáticas, esvaziadas da mediação primordial da política de assistência social, que é o fortalecimento do protagonismo popular por meio de diálogos com análises políticas e econômicas que desvendam a alienação.

Não podemos discutir e construir a política de assistência social partindo, apenas, da garantia do acesso a direitos, programas, serviços e benefícios. Essa, sem dúvida, é parte importante do trabalho dos profissionais que atuam nesta política pública. Porém, as perspectivas metodológicas desses profissionais precisam estar atreladas a uma *práxis* política, verdadeiramente libertária, a fim de que a cidadania seja muito mais que um código de direitos e deveres, mas seja vista e compreendida como uma possibilidade de autonomia para o protagonismo na construção de espaços democráticos.

Parece-nos, portanto, que a preocupação primordial dos psicólogos na atuação com os usuários nos CRAS não deve estar atrelada a que técnicas devem ou não ser utilizadas nesses espaços, preocupação essa, que aparece implícita nos documentos normativos. Parece-nos, enfim, que sua atuação deve estar vinculada a projetos políticos e de sociedade, a fim de que subjetividades ativas e protagonistas da própria história possam ser construídas nas relações, possibilitando-se, assim, refletir sobre a exclusão e a subalternidade a que usuários da política de assistência social estão colocados.

O que diferencia a especificidade da atuação do psicólogo dos demais profissionais que atuam nos CRAS é a perspectiva de como os sujeitos usuários da política de assistência social se constituem nessas

relações sociais. Portanto, trazer a mediação da Psicologia nesta política pública, a partir da constituição de subjetividades, não é individualizar a questão social, mas compreender como esses sujeitos são constituídos e constituem as relações sociais, econômicas e históricas, às quais estão axiologicamente imbricados.

Conforme Zanella (2003), a atuação do psicólogo é singular, pois tem a constituição do sujeito como questão fundamental que norteia a sua formação e prática profissional. Para essa autora, a constituição de sujeitos pode ser “entendida como processo em que, via apropriação das significações produzidas e veiculadas nas atividades que engendram, sujeitos em relação se produzem enquanto singulares e, ao mesmo tempo, coletivos” (p. 73).

Na fala do sujeito da pesquisa descrita a seguir, gostaríamos de destacar, ainda, dois pontos de discussão relativos à atuação dos psicólogos nos CRAS. Um deles refere-se, como já citado em falas transcritas anteriormente nesta pesquisa, ao desenvolvimento de cursos profissionalizantes ou de artesanato para os usuários dos CRAS como proposta de fortalecimento da autonomia e do protagonismo, por meio de aquisições materiais.

Eu faço o atendimento psicossocial, as visitas psicossociais (parceria entre psicóloga e assistente social) e que eu faço também sozinha, os grupos e por último temos um grupo lá que tá como grupo de artesanato... que não seria demanda de CRAS artesanato né, mas assim o grupo começou espontâneo... apareceu uma, apareceram duas senhoras, vieram outros grupos e foi ficando ali. E a proposta para o ano que vem é que elas vão lá para fazer a atividade delas e eu faço palestras também a cada 15 dias, pra justificar, porque a gente tem fiscalização... então essa seria a minha participação. Faço o atendimento individual quando vem a demanda específica para o atendimento do psicólogo. A gente tem também algumas famílias com idosos e pessoas com deficiências que é público ali do CRAS, mas que não tem condições de estar vindo, que a gente faz visita. E relatórios para o Ministério Público... eu falo Ministério Público, mas não é Ministério Público...é aquela Vara da Infância né. São famílias então que é do território e que já tem os direitos violados, mas vem uma solicitação... sabe aquela solicitação...que temos que atender, que temos que acompanhar aquela família e que tem que prestar depois todo esse informativo. É uma situação que a gente vem discutindo assim às vezes nos nossos grupos porque a gente

sabe que não é demanda de CRAS o relatório em si. São famílias que estão no território que a gente vai atender de uma forma ou outra, mas não esse relatório...que nunca sai um relatório, que até hoje eu nunca soube dizer o que sai aí. E os documentos não falam que enquanto psicóloga... nós temos aquelas normas, aquela resolução de 2003 (referindo-se à resolução do CFP), que o relatório ou o relato que seja, não entra naquilo ali. Então eu tô fazendo de uma forma lá... não sei... como não tem anda escrito então a gente tá fazendo conforme tem um certo entendimento. Queremos agora começar a construir o plano de acompanhamento familiar... a gente já tentou com algumas famílias, mas a continuidade é que é o entrave, por falta de tempo mesmo, por ter 30 horas semanais só para realizar tudo isso. (Sujeito C – GF1)

O principal objetivo do desenvolvimento de cursos profissionalizantes nos CRAS parece ser a aquisição material para o rompimento do assistencialismo, enquanto instrumento que tem como direção única a concessão de benefícios, sem qualquer outro trabalho desenvolvido com as famílias e comunidades. Isso fica evidente na fala transcrita abaixo de um dos sujeitos desta pesquisa.

Eu percebo que tenho contribuído nessa viabilização deles...e acabo acompanhando mais isso muito mais naquelas mulheres que estão ali inseridas nos cursos do PRONATEC, que só pelo fato de estarem aí, buscando uma autonomia financeira, mas que estão tendo que bancar muita coisa em casa e, às vezes, é uma conversa, que não é nem um atendimento individual, mas é uma escuta que aconteça aí, que tu faz...ela já vem contando novidades e eu acho que isso é gratificante. Não vai mudar... a gente não consegue atingir muitos, mas são poucos que estão lá e é isso que motiva né... essa possibilidade de eles se viabilizarem, de não ficarem vinculados a um benefício, de terem essa autonomia... eu acabo vendo muito mais agora na questão desses cursos profissionalizantes... elas se sentem super empoderadas por pensar já em uma profissão, que não ficar em casa cozinhando ou responsável unicamente pela educação dos filhos...percebendo que elas são outras coisas além disso né. (Sujeito D – GF1)

No entanto, o que podemos problematizar nessa questão é a tendência de direcionar o trabalho social com as famílias e comunidades no CRAS apenas para o fomento de prontidões para o mercado de trabalho. Com o intuito de romper com o assistencialismo, a qualificação profissional tem se tornado um dos principais focos de atuação do CRAS, principalmente, por meio de oficinas profissionalizantes para as mulheres e os adolescentes. O trabalho com as famílias também pode ser neste sentido, mas não como via única para o fortalecimento da autonomia dos usuários. Estas ações também devem estar atentas para possíveis inserções precárias e subalternas no mercado de trabalho, após conclusão dos cursos profissionalizantes.

Para Yazbek *et al* (2012):

Estes aspectos evidenciam dificuldade de percepção dos âmbitos específicos que caberiam à política de assistência social enfrentar, fazendo com que acabe assumindo tarefas e funções que não lhe cabem, reforçando improvisações e experiências laborativas precárias e de baixa qualificação e efetividade (YAZBEK *et al*, 2012, p. 199).

A autonomia, neste sentido, ainda confunde-se, na fala dos sujeitos da pesquisa, com a possibilidade das famílias alcançarem as provisões materiais. Neste sentido, como afirma Paiva *et al* (2012, p. 100), “o protagonismo é sinônimo de predisposição do cidadão para superar sua pobreza e a autonomia é a satisfação das suas próprias necessidades e de sua família, ou seja, para que não dependa da renda do benefício socioassistencial e se emancipe, através da inclusão no mercado de trabalho”.

Todavia, a autonomia que se busca por meio do trabalho com usuários na política de assistência social é aquela em que o sujeito é capaz de compreender de forma crítica as condições sociais e econômicas que o constituem enquanto sujeito e, dialeticamente, também são constituídas pelo sujeito, construindo, de forma coletiva, possibilidades que o afastem das condições de exclusão e de subalternidade. Essa autonomia e esse protagonismo que se pretende construir junto aos usuários da política de assistência social não poderão ser alcançados apenas por meio da oferta de cursos e oficinas profissionalizantes, da forma como vem sendo realizado nos CRAS, sem estratégias de atuação que busquem espaços de diálogo que possibilitem

que os sujeitos se construam como agentes da própria história de forma desalienada.

Na fala do sujeito da pesquisa descrita abaixo aparece esta compreensão diferenciada de autonomia, sendo que, além disso, o referido sujeito situa, ética e politicamente, a atuação do psicólogo no CRAS, como possibilidade de empoderar o usuário e torná-lo consciente dos processos de alienação a que está emaranhado.

Outra coisa que é legal é a essa lógica da garantia de direitos né. Estar dentro de uma prefeitura, mas trabalhar com aquele cidadão para que ele tenha uma visão crítica, ensinar para ele: 'tá, não tô gostando disso, a minha rua tá cheia de buraco, mas tem um protocolo (na prefeitura), um setor de protocolo, podes ir lá, fazer uma reclamação, dizer qual o serviço que tu procura neste caso'. Então isso também é muito motivador. Então essa lógica de garantia de direitos eu acho muito bacana, fazer parte dessa construção de uma mudança social gigantesca né, que é a política pública que faz. (Sujeito G – GF2)

O outro ponto citado na fala descrita anteriormente, também recorrente no cotidiano de atuação dos profissionais no CRAS, é a judicialização das questões sociais, com a interferência direta do Poder Judiciário e do Ministério Público nas ações desenvolvidas pelos profissionais nesses espaços. O Poder Judiciário tem sido cada vez mais acionado na construção de respostas às desigualdades sociais e à afirmação de direitos. No entanto, considera-se como *locus* privilegiado para essa construção o Estado, por meio de suas políticas sociais, já que essas respostas devem ser coletivas e estruturais, e não individuais e focalizadas, como quando encaminhadas ao Poder Judiciário (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006).

O processo de judicialização da política ou dos conflitos sociais, como é conhecido, caracteriza-se “pela transferência, para o Poder Judiciário, da responsabilidade de promover o enfrentamento à questão social, na perspectiva de efetivação dos direitos humanos” (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p. 21). Enfraquecidas de estratégias de reivindicação coletiva e política, cada vez mais, as pessoas tem acessado o Poder Judiciário para a garantia de direitos sociais individuais.

Essa tendência atual à supervalorização do Poder Judiciário no trato com a afirmação de direitos na sociedade brasileira tem trazido repercussões no cotidiano profissional daqueles que atuam na política de

assistência social, inclusive nos CRAS. Com insuficientes equipes técnicas auxiliares (como psicólogos e assistentes sociais), o Poder Judiciário tem acionado esses profissionais, principalmente, os que atuam na política de assistência social, a fim de garantir avaliações e pareceres técnicos que balizem as decisões judiciárias acerca de processos que envolvem questões sociais.

Este fato, além de sobrecarregar ainda mais os trabalhadores do CRAS com funções que não são próprias da política de assistência social, pelas quais não recebem qualquer remuneração suplementar, contribui para tornar as questões sociais individualizadas e garantir direitos de forma antidemocrática, muitas vezes, moralizante, controladora, e também individual. Antidemocrática, pois enfraquece ainda mais os movimentos de organização popular na luta coletiva pela afirmação de direitos. Moralizante e controladora, pois as práticas judiciárias tem se mostrado, muitas vezes, carregadas de autocracia e moralismo na gestão de conflitos sociais e nas mediações com a realidade concreta, ampliando formas de controle e de criminalização da pobreza. E isso, com respostas individuais para demandas que são coletivas e estruturais (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006).

Com este fato sendo parte do cotidiano profissional no CRAS, conforme apontado por um dos sujeitos desta pesquisa, cabe aos profissionais organizarem-se no sentido de discutir junto ao Poder Judiciário esta questão, com vistas a fortalecer o Estado por meio do fortalecimento de suas políticas sociais, e não do Poder Judiciário, cumprindo, efetivamente, as determinações que lhes tem sido impostas. Cabe, ainda, compreender o quanto as demandas de garantia de direitos individuais que tem origem no Poder Judiciário e chegam aos profissionais do CRAS precisam ser analisadas e tratadas por estes enquanto questões sociais, coletivas e estruturais.

Outro ponto a ser analisado, relativo ao exercício profissional dos psicólogos nos CRAS, refere-se à construção cotidiana da atuação desses profissionais na política de assistência social, como já apontado anteriormente. As falas dos sujeitos desta pesquisa revelaram o quanto as práticas psicológicas tem sido construídas a partir de mediações com o cotidiano profissional, possibilitando o criar e o recriar de estratégias perante novos desafios que são colocados a estes profissionais, formados, principalmente, por perspectivas clínicas tradicionais, conforme analisado anteriormente.

Eu acho que a gente aceitou entrar em uma zona de desconforto, porque é confortável né... ah, ele vem aqui eu não sei o que fazer então eu vou dar uma cesta básica...eu não tenho equipe, eu não tenho estrutura, não tá bem claro o meu papel, só tem a cesta básica pra me salvar. Então quando a gente aceita ficar nessa zona de desconforto: 'tá, eu vou ter que construir essa política, eu vou ter que pensar em estratégias, não tem nada pronto, é uma construção coletiva e isso gera uma angústia'... eu acho que daí que vem a produção, a construção. (Sujeito G – GF2)

No entanto, essa abertura à criação de novas estratégias de atuação que se diferenciavam da psicoterapia enquanto prática individualizante fez com que os psicólogos, de certa forma, perdessem um dos principais aspectos que lhes conferiam identidade profissional. Esse fato, ao tempo que contribuiu para que esses profissionais se disponibilizassem a cotidianamente construir sua atuação nos CRAS, também pode ter tornado a atuação do psicólogo bastante flexibilizada e vaga, conforme apontado nos relatos descritos abaixo.

Lá no CRAS que eu atuo não existe uma definição ainda do que é função de cada um, quem tiver aí é que vai fazer. Eu procuro nunca fazer uma atividade sozinha. A gente faz o acompanhamento. O que eu acabo fazendo mais assim é a acolhida, que daí marca hora e eu procuro conversar mais com as pessoas. Antes nós fazíamos mais grupos, mas é meio sazonal, cada vez acontece alguma coisa que vai mudando... as coisas são bem desorganizadas. Nós fazíamos grupos das condicionalidades (referindo-se aos beneficiários do Programa Bolsa Família), grupo de gestantes, acompanhávamos o serviço de convivência que hoje a gente também acompanha. A gente tá fazendo planejamento e organização de todas atividades que funcionam dentro do serviço. A implementação do plano de acompanhamento familiar, que a gente tá tentando começar. Na verdade eu sempre briguei para não fazer coisas que não nos cabia. Aí eu brigava pelo que não me cabia e o que não cabia para a minha colega, mas aí eu só podia responder por mim. Então quando mudou o grupo de trabalho, nós voltamos à estaca zero. Então o que a gente tinha conseguido construir, a gente regrediu. A gente tá dependendo desse planejamento pra organizar de novo as atividades, porque, primeiro nós não tínhamos educadores... era eu, uma assistente social e uma

coordenadora que nem ficava ali. Aí a gente queria fazer alguma coisa pra não ficar sem fazer nada, aí éramos nós que pensávamos e executávamos os grupos. E aí depois passamos a acompanhar o serviço de convivência e daí vieram os educadores, mas que já estavam destinados a este serviço. E hoje o grupo que a gente tem lá, que tem um educador...e esse educador foi cedido porque ninguém queria na Secretaria de Cultura e foi pro CRAS...e ele tá fazendo um trabalho bem interessante assim, as pessoas gostam das atividades, mas a gente não vê perspectiva de continuidade. Então tudo que se começou não se terminou. Essa é nossa grande dificuldade. Mas de todas as indicações a gente já fez alguma coisa. Hoje a gente faz visita domiciliar, acolhida, acompanhamento, o plano, a orientação para o serviço de convivência, o planejamento das atividades, o acompanhamento das famílias do serviço de convivência que não são acompanhadas pela proteção social especial. Na verdade a gente acaba fazendo um pouco de tudo né. Como a gente não tem uma coordenadora que entende alguma coisa, a gente acaba fazendo atividade de coordenação, a gente começou a fazer o contato e o levantamento da rede, de quem são as pessoas, o que tem. (Sujeito B – GF1)

O psicólogo aqui dentro dos CRAS, ele talvez por ser um coadjuvante no começo, começou a ser muito versátil, ele começou a explorar outras coisas. A gente acabou talvez de certa forma sendo muito versátil e aí foi acumulando...acumulando. (Sujeito F – GF2)

Na verdade dentro do CRAS a gente faz um pouco de tudo...de tudo um pouco. Uma hora você é um auxiliar, técnico administrativo, você tá lá fazendo relatório. Às vezes você tá lá recepção, você tá entregando fralda, às vezes tu tá lá fazendo cafezinho. (Sujeito J – GF2)

Essas dificuldades, apontadas pelos sujeitos da pesquisa, tem contribuído para a construção de práticas profissionais afastadas, muitas vezes, dos principais objetivos da política de assistência social. Também tem feito com que, em alguns momentos, os atendimentos psicológicos, sob resquícios da lógica da psicoterapia tradicional, ainda se constituam enquanto estratégias que conferem identidade ao profissional de Psicologia na equipe do CRAS. Para Oliveira *et al* (2011, p. 147), “se

não existe uma determinação clara do ‘como fazer’ algo diferente, opta-se por uma prática sobre a qual, supostamente, o psicólogo tenha um melhor domínio”.

Nas falas dos sujeitos da pesquisa foi possível perceber que os psicólogos tem se reconhecido como “profissionais da escuta” (*sic*) e que é isso que os tem diferenciado dos demais profissionais que atuam nos CRAS. Também apontam para uma postura ética diferenciada perante os usuários da política de assistência social, que possibilite a expressão, a escuta e a compreensão desses sujeitos.

Quando eu penso na formação eu vejo que essas questões que eu trouxe da Psicologia Social, a visão do sujeito, constituição do sujeito, identidade, alteridade, dialética, e todas essas questões fazem a diferença da visão do profissional. A visão que eu tenho, que talvez outra psicóloga não possa ter ou que um assistente social e outro não tem, que é isso, não se colocar nessa posição de detentor do saber: ‘ah, eu sei o que é melhor pra tua vida, eu sei o que tu tem que fazer, esse daí não é o melhor modelo de família. (Sujeito G – GF2)

A gente é profissional da escuta. Eu vejo que um dos grandes problemas é a questão de atenção. Então assim as pessoas querem ser escutadas. (Sujeito F – GF2)

Cabe tensionarmos como está se construindo esta relação de escuta e acolhida entre os profissionais de Psicologia e os usuários da política de assistência social. A escuta, neste caso, parece ser significada pelo sujeito da pesquisa como “a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (FREIRE, apud ZANELLA, 2003, p. 72).

Porém, se esta escuta for tomada apenas de forma passiva, sem produzir estratégias de organização e mobilização na direção da garantia de direitos, bem como de espaços intersubjetivos de produção coletiva de projetos políticos, o psicólogo deixa de atuar com o viés de emancipação e protagonismo que a política de assistência social se propõe junto aos seus usuários. A escuta como instrumento de abertura ao diálogo abre possibilidades de retirada do usuário da condição de subalternidade, inclusive, na relação com o profissional da política de assistência social, fortalecendo sua autonomia e seu protagonismo na construção de projetos de vida e societários.

Percebemos, enfim, que o CRAS ainda é um território inóspito e desconhecido para os psicólogos, que a atuação desses profissionais vem sendo construída a partir do cotidiano e, que, mesmo com as dificuldades encontradas para construir outras perspectivas metodológicas que não a clínica tradicional, e com objetivos ainda poucos claros na sua atuação, os psicólogos tem se movimentado em espaços diferentes dos tradicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a trilha das últimas páginas desta cadeia enunciativa de relações dialógicas, formadas por diversas vozes sociais, retomando algumas vozes que levaram esta pesquisadora a percorrer este caminho. Vozes essas, de diálogos construídos na prática profissional na política de assistência social, com os sujeitos desta política pública, ou seja, os diversos trabalhadores que a constroem cotidianamente, seus usuários, seus gestores e colegas, os quais também discutem e efetivam esta política pública. Vozes trazidas, também, de cenas cotidianas que escancaram aos nossos olhos a desigualdade e injustiça social que vivenciamos.

Agora percebemos o quanto esses diálogos despertavam inquietudes, tensões, construções e desconstruções da atuação desta pesquisadora como psicóloga na política de assistência social, e como foram constituindo-se em processos de luta por relações sociais mais solidárias. Percebemos, também, o quanto este cenário impulsionou esta pesquisadora para adentrar nesse programa de pós-graduação, na tentativa de buscar respostas a algumas dessas inquietudes e para compreender como está acontecendo o processo de construção do exercício profissional do psicólogo na política de assistência social, especialmente na proteção social básica. Impulsionou-nos, também, o desejo de contribuir para a construção de outras formas de relação humana, que acreditamos possíveis, com menos injustiça, preconceito, subalternidade e, nas quais, a riqueza econômica e cultural socialmente produzida possa ser acessada por todos em condições de igualdade.

Buscamos compreender as dissonâncias e tensões existentes nas relações que os psicólogos que atuam nos CRAS dos municípios vinculados à AMFRI estabelecem com os documentos normativos da política de assistência social, no intuito de investigar como está sendo construída a atuação desses psicólogos, quais suas dificuldades e potencialidades, quais perspectivas teóricas e metodológicas estão balizando essa atuação. Essa tentativa, é importante explicitarmos, também era de refletir sobre a prática de quem já pisou neste mesmo chão que os sujeitos desta pesquisa pisam, ou seja, desta pesquisadora. A principal inquietação que nos moveu (e ainda mobiliza) foi avaliar se a atuação como psicólogo na política de assistência social reproduz condições de subalternidade e exclusão social, com práticas elitistas trazidas da constituição histórica da Psicologia, ou se alcança estratégias

metodológicas que anunciam ou promovem a emancipação humana e social.

A escolha pelos pressupostos teóricos e metodológicos propostos pelo Círculo de Bakhtin para orientar nossos diálogos com os sujeitos desta pesquisa foi uma escolha ética. Nesse sentido, não temos a intencionalidade de fechar diálogos, de tecer julgamentos profissionais, ou qualquer outra possibilidade que anule a fala, o saber do outro, sujeito desta pesquisa. Buscamos analisar as relações dialógicas estabelecidas pelos sujeitos da pesquisa compreendendo que todo enunciado é produzido a partir de um contexto de enunciação que, por sua vez, é constituído histórico e socialmente. Assim, os diálogos estabelecidos com os sujeitos desta pesquisa fazem parte de um contexto de enunciação que se amplia, interligando-se a enunciações anteriores e enunciações posteriores a esses diálogos.

Algumas pesquisas já tem sido realizadas e publicadas em outros Estados, como São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte⁷, sobre a atuação dos psicólogos na política de assistência social, com o intuito de discutir como está sendo construída a prática dos psicólogos nesta política pública. No entanto, esta pesquisa é a primeira com este objetivo a ser desenvolvida no Estado de Santa Catarina, mais especificamente na região da Foz do Rio Itajaí.

Percebemos durante o transcorrer da pesquisa a relevância de discutir o exercício profissional dos psicólogos na política de assistência social como possibilidade de aproximação entre perspectivas teórico-metodológicas, projetos ético-políticos e práticas profissionais. Pois, durante a pesquisa, fica clara a necessidade dos psicólogos em refletir sobre questões que permeiam a consolidação de uma política de assistência social, com foco na proteção social básica, a partir da análise de elementos estruturais e ampliados de constituição do Estado. Essa reflexão possibilita rever práticas profissionais que tem sido construídas junto aos usuários dessa política pública, muitas vezes desvinculadas de uma compreensão mais ampliada da produção e reprodução social vivenciada pelos usuários em condições sociais e econômicas específicas.

Nesse sentido, esta pesquisa abre possibilidades de discutir como tem sido estruturada a formação em Psicologia, perante a abertura de novos campos de atuação profissional que colocam desafios e exigências para o trabalho dos psicólogos, como, nesse caso, a política

⁷ Para informações mais detalhadas sobre as pesquisas sugerimos ver Macedo (2007), Fontenele (2008), Dias (2009), Seixas (2009), Araújo (2010), Rodrigues (2011).

de assistência social. Esses novos espaços de atuação para os psicólogos exigem debates sobre compromissos sociais, éticos e políticos da Psicologia com uma realidade social produtora de exclusão social, bem como uma capacidade reflexiva sobre as práticas construídas no cotidiano profissional.

As análises da atuação profissional do psicólogo, nessa política pública, não tem como pretensão a busca por modelos de trabalho predefinidos ou por técnicas que auxiliem o fazer profissional nesses espaços, como se houvessem manuais para as situações que são enfrentadas por esses profissionais, cotidianamente. Concordamos com Sarmiento (2009), para quem a técnica deve ser compreendida como “um conhecimento empírico, elaborado, desenvolvido pela capacidade humana como prolongamento de sua racionalidade para realizar coisas” (p. 08). A técnica é um ato criativo do profissional frente a uma leitura crítica da realidade (histórica, social, cultural, econômica), sendo que este profissional tem uma “participação ativa, uma vez que elabora finalidades e produz conhecimentos orientando as ações e se constituindo nelas” (SARMENTO, 2009, p. 08).

Percebemos que uma das principais necessidades dos psicólogos que tem se proposto a construir práticas profissionais na política de assistência social é encontrar espaços de reflexão e diálogo sobre esta política pública. Porém, diálogos que ampliem discussões para além do que é proposto pelos manuais produzidos sobre esta política pública, na tentativa de compreender como são construídas as relações em contextos econômicos, sociais e históricos específicos, e qual a função das políticas sociais neste contexto.

Apesar dos documentos que regulamentam a política de assistência social em nível nacional, produzidos como manuais (e em grande escala), principalmente pelo MDS, serem justificados como enunciados que orientam as ações dos trabalhadores da política de assistência social, percebemos que os mesmos encontram-se distantes da realidade cotidiana dos trabalhadores dessa política pública. Realidade essa, demonstrada nesta pesquisa, permeada de condições precárias de trabalho, de gestores com pouca compreensão da política de assistência social e ainda com resquícios assistencialistas, e de trabalhadores que se sentem pouco preparados para atuar nesta política pública.

Esse distanciamento do cotidiano produz tensões entre o que está posto nos documentos normativos e a prática profissional, ou seja, entre o ideal e o concreto. Essas tensões também foram percebidas entre a formação acadêmica e a prática desses psicólogos, gerando sentimentos de insegurança dos psicólogos quanto a sua própria atuação nos CRAS,

bem como incompreensões de suas atribuições e seu fazer profissional nesse espaço.

Apesar da política de assistência social constituir-se, após a regulamentação da PNAS e do SUAS, como uma política social que visa, sobretudo, a garantia de direitos, o empoderamento do sujeito e a emancipação social, o que percebemos é que os próprios documentos normativos dessa política pública deixam vácuos, dissonâncias e margens para a não compreensão de seus principais objetivos. Eixos estruturantes dessa política pública, como a matricialidade sociofamiliar, a territorialização e a participação popular, não são conceituados nos documentos normativos com a clareza que realmente a política de assistência social se propõe, que é criar espaços de diálogos, com vistas à organização e construção de projetos éticos e políticos coletivos na tentativa de enfrentamento às condições sociais, econômicas e históricas produtoras de desigualdade e exclusão social.

Os psicólogos, sujeitos desta pesquisa, demonstraram tentativas de apreensão dos documentos normativos da política de assistência social. Todavia, pela falta de um olhar mais ampliado para os contextos econômicos, históricos e sociais, como apontado anteriormente, essa tentativa, muitas vezes, tem se mostrado como forças centrípetas na busca por um discurso centralizador/monológico. Ou seja, os psicólogos, por vezes, tem apreendido os discursos produzidos nos documentos normativos dessa política pública como manuais para a construção da prática profissional nos CRAS.

Nesse sentido, Paiva *et al* (2012) apontam para o fato de que a tradução da legislação e do arcabouço regulatório da política de assistência social exige dos trabalhadores não só o conhecimento formal de seus conceitos estruturantes, mas “sua incorporação dialética pelos seus trabalhadores” (p. 59). Ou seja, nas relações dialógicas construídas com os usuários dessa política pública, e a partir das análises de seus contextos de enunciação, é que os documentos normativos devem ser apreendidos e dialogados, viabilizando-se a construção de práticas profissionais que estejam atreladas a essas relações discursivas, sem buscar um discurso centralizador.

Assim, ao percebermos que a base normativa dessa política pública realmente atua e interfere na concretização da política de assistência social, pois é apropriada pelos profissionais que atuam nela, constatamos a necessidade de sua permanente reatualização. Porém, essa reatualização deve ser feita no intuito de dialogar com os sujeitos concretos que compõem a política de assistência social, ou seja,

usuários, trabalhadores, gestores, conselheiros de assistência social e entidades socioassistenciais.

Com isso, evidencia-se a relevância dessa pesquisa, pois, por meio da análise das tensões existentes entre os documentos normativos e os enunciados em torno da prática dos psicólogos na política de assistência social, especialmente nos CRAS, oferecem-se subsídios para analisar e problematizar o processo de construção e mediação das previsões normativas dessa política pública. Esses mesmos subsídios, ao servirem para a análise das tensões entre a formação em Psicologia e a prática profissional dos psicólogos nos CRAS, também conferem novos rumos ao debate do processo de construção da formação em Psicologia em curso.

É preciso ampliar discussões relacionadas à interdisciplinaridade, à função social da Psicologia, perspectivas teóricas que tratam da constituição de sujeitos, e outros temas destacados pelos sujeitos desta pesquisa como deficiências decorrentes dessa formação (em Psicologia). Concordamos com Sarmiento (2009) quando afirma que essa construção se faz em um movimento permanente “de compreensão da relação entre teoria e realidade, que implica um conjunto de mediações entre os sujeitos profissionais e suas relações sociais nos mecanismos da produção e reprodução social” (p. 03).

É preciso, ainda, que os psicólogos sejam formados para realizar leituras mais críticas da realidade, a fim de evitar a produção de preconceitos, de estigmas remodelados ou normatizações dos usuários que acessam a política de assistência social. Pensar em uma atuação que seja pautada na emancipação humana e social e que se proponha a enfrentar a produção da desigualdade, resulta, em última análise, em uma atuação que não é aquela sobre a qual se erigiu a Psicologia como profissão.

A partir dessa visão relacional entre homem, trabalho e modelo econômico-social vigente, ampliam-se as perspectivas metodológicas para as intervenções da Psicologia nessa política pública, compreendidas para além dos comportamentos humanos, de forma a evitar a psicologização de problemas sociais. A compreensão de que os sujeitos subalternizados fazem parte de uma sociedade comum a todos e, portanto, as vulnerabilidades e riscos sociais não devem ser compreendidos como situações individuais, demanda do psicólogo, assim como dos outros profissionais que atuam nesta política pública, outras formas de atuação. Os olhares dos trabalhadores do SUAS devem ser voltados para esses sujeitos de forma coletiva, interdisciplinar e intersetorial, não intervindo de forma individualizante e,

consequentemente, culpabilizante, afastando a noção de sujeitos que apresentam comportamentos desviantes dentro de uma norma social vigente.

Constatamos, ainda, que o CRAS é um terreno inóspito e desconhecido para os psicólogos, e que atuar neste espaço significa estabelecer relações de tensão constantes com os resquícios históricos do assistencialismo que precedeu a essa política pública, com a produção de saberes normatizantes e moralizantes de sujeitos a-históricos, própria da constituição histórica da Psicologia como ciência e profissão. Perceber essas tensões e dialogar com as mesmas nos parece ser um dos caminhos para fortalecer os psicólogos que atuam nos CRAS, a fim de que possam construir ações coletivas voltadas ao reconhecimento dos usuários e de sua condição de subalternidade nas relações sociais.

Nesse sentido, percebemos que a atuação do psicólogo na política de assistência social, a partir de concepções teóricas e metodológicas que pautam o agir profissional, acaba gerando práticas dissonantes. Ora fortalecendo criticamente sujeitos subalternizados e excluídos socialmente, a fim de que compreendam e enfrentem a realidade social da qual são integrantes, ora contribuindo para que esses sujeitos permaneçam na condição de subalternidade, ocultando conflitos e resistência sociais e legitimando a dominação.

Os atendimentos psicossociais, os atendimentos individuais, as visitas domiciliares e a realização de grupos, foram as principais ações destacadas pelos sujeitos da pesquisa que caracterizam a atuação dos psicólogos nos CRAS. Porém, percebemos que essas ações, muitas vezes, são realizadas a partir de leituras que naturalizam e despolitizam os fenômenos psicológicos presentes nas relações sociais que os constituem, pois sua gênese sócio-histórica é ignorada. Desvincular a constituição de subjetividades das relações que esta estabelece com uma totalidade histórica e social concreta, pode contribuir para a consolidação de práticas profissionais que reiteram a condição de subalternidade dos usuários da política de assistência social.

Consideramos imprescindível refletir sobre os efeitos éticos e políticos que a produção de saberes e as práticas profissionais acarretam. E, dessa forma, acreditamos que a Psicologia possa contribuir para a construção de projetos coletivos que visem à emancipação humana e social, inserindo-se, assim, em novos campos de atuação de forma crítica e inventiva.

É importante também destacar que, as análises realizadas nesta pesquisa sobre o exercício profissional dos psicólogos na política de

assistência social, compreendem que não são esses profissionais os responsáveis pelas deficiências nesta política pública. A própria construção e consolidação da política de assistência social em um estado neoliberal é permeada de contradições que, por vezes, favorecem a (re)produção de desigualdades sociais. No entanto, faz-se necessário compreender e refletir sobre essas contradições, a fim de que a atuação dos psicólogos nessa política pública evite contribuir com a lógica neoliberal presente na constituição da política de assistência social em nosso país.

Como dito, essa pesquisa não tem a pretensão de encerrar diálogos referentes à atuação dos psicólogos nos CRAS, mas abrir possibilidades de novas cadeias enunciativas com diferentes vozes que permeiam a construção desse exercício profissional – as instituições de ensino em Psicologia, os Conselhos de Psicologia, os profissionais que elaboram os documentos normativos dessa política pública, os profissionais que a constroem cotidianamente, e, os usuários que a acessam.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; ALENCASTRO, Ecleria Huff de. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais do Poder Judiciário. **Revista Katálisis**, Santa Catarina, Florianópolis, ano 9, n. 1, p. 19-26, jan/jun 2006.

ANDRADE, Iraci de. **Território e Assistência Social**: uma análise do Serviço Social a partir da produção social do espaço. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), 2012.

ARAÚJO, Fabiana Itaci Corrêa de. “...**Mas a gente não sabe que roupa deve usar**””: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sonia Maria Guedes; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. O Psicólogo Brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BOCK, Ana Maria Bahia. Psicologia e sua Ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, Ana M. B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOCK, Ana Maria Bahia *et al.* **Psicologia Sócio-histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. A quem nós, Psicólogos, servimos de fato? In: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire (Orgs.). **Escritos sobre a Profissão do Psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Resolução n. 8/2004, de 18 maio 2004, **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 p., Seção I, 2004a.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2004b.

_____. **Lei orgânica de assistência social – LOAS** (1993). 5. ed. Brasília: MDS/CNAS, 2005a.

_____. Política nacional de assistência social – PNAS/2004. **Resolução n. 145/2004**. Brasília: MDS/CNAS, 2005b.

_____. Norma operacional básica da assistência social – NOB/SUAS. **Resolução n. 130/2005**. Brasília: MDS/CNAS, 2005c.

_____. Norma operacional básica de recursos humanos do sistema único de assistência social – NOB/RH/SUAS. **Resolução n. 001/2007**. Brasília: MDS/CNAS, 2007.

_____. VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Anais...** Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2009a.

_____. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Resolução n. 109/2009**. Brasília: MDS/CNAS, 2009b.

_____. **Orientações técnicas centro de referência de assistência social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009c.

_____. **Lei orgânica de assistência social (2011).** Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011. Brasília: MDS, 2011.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF:** o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. v.1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012a.

_____. **Orientações técnicas sobre o PAIF:** trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família. v. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012b.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1983.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar, JÚNIOR, Nelson da Silva. Inter e/ou Transdisciplinaridade como Condição ao Estudo de Questões Socioambientais. **Revista Internacional Interdisciplinar – INTERthesis**, Santa Catarina, Florianópolis, ano 9, n. 2, p. 216-245, 2012.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A Função Social do Psicólogo. In: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire (Orgs.). **Escritos sobre a Profissão do Psicólogo no Brasil.** Natal: EDUFRN, 2010.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Por uma invenção ética para os direitos humanos. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, RJ, ano 20, n. 2, p. 89-102, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS.** Brasília: CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA e CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na política de assistência social.** Brasília: CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Atuação dos psicólogos no CRAS/SUAS: relatório descritivo preliminar de pesquisa.** Brasília: CFP/CREPOP, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas *et al* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. Conclusão geral: Contradições do SUAS na realidade brasileira em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas *et al.* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

COUTO, Berenice Rojas *et al.* A implantação e implementação do SUAS no Paraná e no Rio Grande do Sul: um processo em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas *et al* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DIAS, Daniela Duarte. **Política pública de assistência social, entre o controle e a autonomia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009.

DIMENSTEIN, Magda. O Psicólogo e o Compromisso Social no Contexto da Saúde Coletiva. **Psicologia em Estudo**, Paraná, Maringá, ano 6, n. 2, p. 57-63, jul./dez. 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as idéias linguísticas do Círculo de **Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERNANDES, Maria Inês Assumpção; SCARCELLI, Ianni Regia. Psicologia e Políticas Públicas de Saúde: da construção de modelos à implementação de práticas. In: AMARANTE, Paulo (Org.). **Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. v. 2. Rio de Janeiro, NAU, 2005.

FLORES, Joaquín Herrera. Los Derechos Humanos en el Contexto de la Globalización: Tres Precisiones Conceptuales. In: RÚBIO, D. S.; FLORES, J. H.; CARVALHO, S. de (Orgs.). **Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidade desde a Teoria Crítica**. 2 ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, ano 14, n. 2, p. 50-59, mai/ago 2005.

FONTENELE, Adna Fabíola Guimarães Teixeira. **Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS**: estudo sobre a inserção dos psicólogos nos centros de referência da assistência social – CRAS's. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, 2008.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. O Movimento da Lente Focal na História Recente da Psicologia Social Latino-Americana. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs.) **Paradigmas em Psicologia Social: a Perspectiva Latino-Americana**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária – práticas de Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A. Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações. In: RIVERO, Nelson Eduardo E. (Org.) **Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações**. Santa Maria: ABRAPSO SUL, 2001.

KASTRUP, Virgínia. Experiência Estética para uma Aprendizagem Inventiva: notas sobre a acessibilidade de pessoas cegas a museus. **Informática na educação: teoria & prática**, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, volume 13, n. 2, p. 38-45, jul/dez 2010.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LINO, Michelle Villaça. **“Família em vulnerabilidade social”**: uma produção da demanda. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

MACEDO, João Paulo Sales. **O Psicólogo no campo do bem-estar**: cartografias de práticas na saúde e assistência social. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2007.

MATTOS, Laura Kemp de; NUERNBERG, Adriano Henrique. A Intervenção de Psicólogo em Contextos de Educação Especial na Grande Florianópolis. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, Marília, ano 16, n. 2, p. 197-214, mai/ago 2010.

MELLO, Sylvia Leser de. **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo: Ática, 1975.

_____. Psicologia: características da profissão. In: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire (Orgs.). **Escritos sobre a Profissão do Psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRRN, 2010.

MELLO, Sylvia Leser de; PATTO, Maria Helena Souza. Psicologia da Violência ou Violência da Psicologia? **Psicologia USP**, São Paulo, SP, ano 19, n.4, p. 591-594, out/dez 2008.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NERY, Vânia Baptista. **O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social: saberes e direitos em questão**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius de. A produção da identidade profissional no diálogo com o Estado. In: Conselho Federal de Psicologia. III SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais...** Salvador: CFP, 2005.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de *et al.* A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, BH, ano 23, n. spe, p. 140-149, 2011.

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Revista Katálises**, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010, p. 250-259.

PAIVA, Beatriz Augusto de *et al.* **O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva.** Relatório final de Pesquisa – 2011/2012, Edital CNPq/MDS 036/2010. Coordenadora: Beatriz Augusto de Paiva, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Encontros e Desencontros entre Psicologia e Política: Formando, Deformando e Transformando Profissionais de Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, ano 30, n. 4, p. 864-867, 2010.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Os psicólogos e os assistentes sociais nas políticas públicas:** sentidos da interdisciplinaridade nos centros de referência de assistência social – CRAS's, na cidade de São José dos Campos/SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PU/SP), 2011.

SADER, Emir. Estado, políticas sociais e conjuntura. In: Conselho Federal de Psicologia. V SEMINÁRIO NACIONAL PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: subjetividade, cidadania e políticas públicas. **Anais...**Brasília: CFP, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumental técnico e o serviço social.** Trabalho apresentado no Simpósio de Juiz de Fora, 2009.

SCARPARO, Helena; BERNARDES, Nara Maria Guazelli. Psicologia social comunitária como possibilidade de sensibilidade social e discutibilidade na história da ciência psicológica. **PSICO**, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano 31, n. 2, p. 185-194, jul/dez. 2000.

SEIXAS, Pablo de Sousa. **Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2009.

SEN, Amatyá. Elementos de uma teoria de direitos humanos. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Orgs.). **Deficiência e discriminação.** Brasília: Letras Livres, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TOROSSIAN, Sandra D.; RIVERO, Nelson E.. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.) **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; OLIVEIRA, Isabel F. de. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, ano 26, n. spe, p. 9-24, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita *et al.* O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais – desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas *et al* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ZANELLA, Andréa Vieira. Reflexões sobre a Atuação do(a) Psicólogo(a) em Contextos de Escolarização Formal. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, ano 23, n. 3, p. 68-75, 2003.

APÊNDICE A – CARTA DA PESQUISADORA AOS GESTORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS VINCULADOS À AMFRI

Caros(as) Gestores(as) Municipais da Política de Assistência Social,

Meu nome é Eluana Frare e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste programa, venho desenvolvendo uma pesquisa sobre a atuação do(a) psicólogo(a) na política de assistência social, sob a orientação do Professor Dr. Adriano Adriano Henrique Nuernberg.

A pesquisa tem como recorte os profissionais que atuam no equipamento público da proteção social básica, ou seja, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios vinculados à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI).

Esta pesquisa tem como principal objetivo identificar e compreender como está sendo construída a *práxis* nesses espaços e quais as tensões existentes entre estas práticas e as normativas regulamentadoras desta atuação consolidadas nos princípios e diretrizes propostos pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social.

Para dar conta do objetivo da pesquisa, estamos organizando, em parceria com a Assistente Social da AMFRI – Neuza Terezinha Bottega – um grupo focal com os(as) psicólogos(as) que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios vinculados à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), na sede administrativa desta mesma Associação, situada a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, Bairro São Vicente, Itajaí/SC.

O grupo focal acontecerá no dia 05 de novembro de 2012 (segunda-feira), a partir das 13h30m, na sede administrativa da AMFRI.

Para tanto, solicitamos o apoio dos(as) gestores(as) da política de assistência social destes municípios na liberação dos(as) psicólogos(as) e condução dos trabalhadores que atuam nos CRAS até a sede da AMFRI, a fim de que possam participar deste momento de encontro e diálogo entre os profissionais que tem construído a inserção da Psicologia na política de assistência social.

Ressaltamos que a participação desses sujeitos na pesquisa é voluntária e estará condicionada ao consentimento dos próprios sujeitos,

conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética.

Após análise dos dados e defesa da dissertação de Mestrado, os resultados da pesquisa serão disponibilizados e apresentados para os(as) trabalhadores(as) e gestores(as) da política de assistência social.

Atenciosamente,

Eluana Frare
Itapema/SC
(47) 9932.3435 / (47) 8435.0004
eluanaf@hotmail.com

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Eluana Frare, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e estou realizando uma pesquisa sobre **a atuação do psicólogo na política de assistência social na Região da Foz do Rio Itajaí**, sob orientação do Professor Dr. Adriano Henrique Nuernberg.

A pesquisa tem como objetivo investigar a atuação dos psicólogos da Região da Foz do Rio Itajaí que atuam na política pública de proteção social básica de assistência social, identificando práticas que caracterizam sua inserção profissional no âmbito desta política pública. O objetivo central do estudo é investigar as tensões, dissonâncias e conflitos existentes entre as práticas dos psicólogos na política de assistência social e as normativas regulamentadoras desta política pública.

Outros objetivos são identificar as dificuldades, potencialidades e deficiências encontradas pelos psicólogos em sua atuação na política de assistência social, bem como verificar as perspectivas teóricas, metodológicas e ideológicas que configuram a atuação dos psicólogos na política de assistência social.

Para realizá-la serão utilizados como procedimentos metodológicos o desenvolvimento de grupo focal e a análise de documentos de domínio público regulamentadores da política de assistência social, bem como da atuação do psicólogo nesta política pública, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelos Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social.

A pesquisa justifica-se pela crescente ampliação do campo de atuação dos psicólogos na política de assistência social, bem como pelas dificuldades e tensões encontradas na inserção desses profissionais neste campo. É esperado que esta pesquisa contribua para a construção da prática do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social, especialmente na proteção social básica.

Sua participação nesta pesquisa será por meio de discussões durante o desenvolvimento do grupo focal, o qual será mediado por meio de perguntas e colocações realizadas pela pesquisadora responsável por esta pesquisa. Ressalto que o desenvolvimento do grupo será filmado, bem como todas as falas serão gravadas com gravador de áudio, a fim de propiciar uma melhor análise dos discursos.

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Se você se recusar a participar, não terá prejuízo nenhum na sua relação com a pesquisadora ou com qualquer outra instituição ou seu representante que esteja envolvida com esta pesquisa.

Caso esteja de acordo em participar, garanto que sua identidade estará em sigilo e suas informações terão cunho confidencial, sendo utilizadas apenas nesta pesquisa e nos produtos decorrentes da mesma, como artigos e trabalhos a serem apresentados em eventos científicos.

A participação na pesquisa não terá restituição financeira e não trará riscos para os sujeitos. No entanto, os benefícios relacionados à sua participação são muito importantes. Sua participação poderá oferecer informações que subsidiarão a elaboração de propostas curriculares diferenciadas para os cursos de graduação em Psicologia que se aproximem das demandas e necessidades das práticas profissionais. Também possibilitará evidenciar as dificuldades e potencialidades da atuação do psicólogo na política de assistência social, contribuindo para que gestores, conselheiros e outros trabalhadores desta política pública organizem estratégias que reconheçam e fortaleçam essa atuação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora responsável por esta pesquisa, que poderá esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Obrigada por sua colaboração e por merecer a sua confiança.

Pesquisadora PPGP/Mestrado/UFSC

Eluana Frare

Fone: (47) 9932-3435

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Declaro também que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____ -SC, ____ de _____ de 2012.

Sujeito da pesquisa

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Dados que caracterizam os profissionais de Psicologia e sua atuação na CRAS

1. Idade:	2. Sexo: () M () F
3. Ano de término da graduação em Psicologia: _____	
4. Nível de Escolaridade:	() Ensino Superior Completo () Especialização () Mestrado () Doutorado
5. Se realizou pós-graduação (Especialização, Mestrado e/ou Doutorado), descreva em quais áreas: _____ _____	
6. Vínculo Funcional:	() Efetivo [Concurso Público] () Comissionado () Terceirizado () Contrato Temporário () Outro. Especifique: _____
7. Tempo em exercício no CRAS: () Até um ano () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos () 6 anos.	
8. Descreva suas experiências profissionais como psicólogo anteriores à atuação no CRAS e, caso atualmente, também trabalhe em outro campo de atuação profissional, também o descreva: _____	
9. Carga horária de trabalho semanal no CRAS: () 20 horas () 30 horas () 40 horas	

10. O CRAS em que você atua possui trabalhador técnico de nível médio:

sim não

Se sim, em que funções _____

11. O CRAS em que você atua possui trabalhador de nível superior das áreas de:

Serviço Social

Pedagogia

Terapia Ocupacional

Outros (as). Especificar: _____

12. O CRAS em que você atua possui trabalhador com função específica de coordenação:

sim. Especifique a

formação: _____

não

APÊNDICE D - ROTEIRO ORIENTADOR DO GRUPO FOCAL

1. Quais conhecimentos oriundos da graduação ou pós-graduação foram ou são os mais significativos para seu trabalho atual?
2. Descreva como foi sua trajetória profissional até a sua inserção na política de assistência social e em quais serviços você já atuou na política de assistência social antes de se inserir no CRAS;
3. Descreva o que é a política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social, bem como seus conceitos-chaves (territorialização, matricialidade sociofamiliar, participação popular/controlada social);
4. De que modo você percebe que esses conceitos-chaves da política de assistência social são concretizados na atuação dos psicólogos nos CRAS?
5. Quem são os usuários da política de assistência social e como você os caracteriza?
6. Como os usuários participam dos serviços desenvolvidos no CRAS? Você utiliza estratégias/mecanismos na sua atuação que potencializem a participação dos usuários na elaboração e/ou organização das atividades dentro do CRAS? De que forma?
7. Quais são seus principais instrumentos e práticas de atuação nesse contexto?
8. O que a política de assistência social, em seus documentos regulamentadores, demanda em termos de atuação dos profissionais de Psicologia na proteção social básica?
9. Quais são as ações desenvolvidas pelos psicólogos no(s) Centro(s) de Referência de Assistência Social?
10. Quais são as dificuldades/entraves encontradas na atuação dos psicólogos na política de assistência social, especialmente na proteção social básica?

11. Quais são os facilitadores ou as potencialidades encontradas na atuação dos psicólogos na política de assistência social, especialmente na proteção social básica?
12. Como é a relação dos outros trabalhadores da política de assistência social com os psicólogos? O que eles tem como expectativas da atuação do psicólogo nessa política pública?
13. Como são construídas as atuações com as famílias entre os profissionais que compõem a política de assistência social e os usuários?
14. Como avalia o impacto da sua atuação juntos aos usuários e comunidades acompanhadas?
15. Quais sugestões você recomendaria para melhorar a atuação do psicólogo na proteção social básica da política de assistência social?